

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

**A RELAÇÃO DOS PC's COM O MDB-PMDB NO CENÁRIO
DA TRANSIÇÃO E AS ELEIÇÕES DE 1982 NO RS**

**Porto Alegre
2009**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

**A RELAÇÃO DOS PC's COM O MDB-PMDB NO CENÁRIO
DA TRANSIÇÃO E AS ELEIÇÕES DE 1982 NO RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Políticas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mercedes Maria Loguercio Cánepa

**Porto Alegre
2009**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

A RELAÇÃO DOS PC's COM O MDB-PMDB NO CENÁRIO DA TRANSIÇÃO E AS ELEIÇÕES DE 1982 NO RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Políticas.

Aprovada em 26 de Agosto de 2009.

Prof. ^a Dr.^a Mercedes Maria Loguercio Cánepa – Orientadora (UFRGS)

Prof. ^a Dr.^a Maria Izabel Saraiva Noll (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi (UFRGS)

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (PUCRS/UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer a um conjunto de pessoas que me ajudaram a realizar esta dissertação. Primeiramente, agradeço a minha mãe, pois através dela tive as minhas primeiras e elementares noções de políticas, enfatizando-me acerca da necessidade de ter posição e alinhamento político.

Posteriormente, agradeço aos meus professores. Profissionais que, no fim da década de 90, resistiam bravamente à política de FHC, acreditando numa educação pública e de qualidade como a oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Destaco como referência um elenco de professores que foram importantes na minha formação, e, obviamente, Mercedes Maria Loguercio Cánepa, no curso de Ciências Sociais. Ao entrar no mestrado já sabia exatamente qual o tema e o objeto que estudaria e que a minha orientadora poderia ser a Mercedes, pois tinha a certeza que ela acreditaria no meu projeto. Também agradeço a Maria Isabel Noll, por ter aceitado a sugestão da turma do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP e realizado o seminário de política do Rio Grande do Sul, que foi de fundamental importância para a revisão bibliográfica de minha dissertação.

É muito importante, ainda, agradecer às pessoas que “viajaram” junto comigo na minha pesquisa, abrindo as suas casas, se dispondo a dar entrevistas e me doando material. Entre esses destaco Domingos Todero, possuidor de uma das mais completas bibliotecas da esquerda do Rio Grande do Sul, e, também, Beto e Márcia Léa, com a coleção completa dos jornais do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, servindo-me como fonte de pesquisa.

Também destaco o apoio fraterno de vários colegas da UFRGS, de todas as fases da minha formação, graduação e mestrado, que me incentivaram a fazer, tanto a inscrição no mestrado quanto o processo de consecução da minha dissertação. Entre esses, Iuri Barbosa, da Geografia, pelo incentivo para eu escrever sobre o tema, Patrícia Cardoso, da Ciências Sociais, por insistir que eu retomasse a academia e Michele Nascimento, da Ciências Sociais, por me ajudar na fase final. Ainda, meus agradecimentos especiais ao grande camarada e companheiro Giovani Silêncio, pelo fundamental apoio ao longo do meu mestrado, revisando os meus textos, verificando o uso da Língua Portuguesa.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria o inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que representam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, por que nós não somos os mesmos de então e por que nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valores (...) (BOSI, 1994, p.55)

RESUMO:

A presente dissertação tem como objetivo fundamental o estudo da relação do PCB e do PCdoB com o MDB-PMDB no processo de distensão política da ditadura militar. Entre as questões estudadas destacam-se o processo de aproximação das agremiações comunistas ao MDB, enfatizando que este processo era reflexo dos limites impostos pelo regime autoritário, dando origem à dupla militância, por parte dos comunistas: legal (MDB-PMDB) e ilegal (PCB e PCdoB). Examinam-se as eleições no RS desde a instauração do bipartidarismo, com especial ênfase às eleições de 1982, que foi a última eleição em que essas três agremiações funcionaram como uma “unidade” partidária. Para tanto, analisa-se a linha tático-estratégica dos comunistas em consonância com o PMDB e as suas aspirações com respeito ao fim do regime, assim como o próprio cotidiano da vida partidária e os reflexos advindos desta dupla militância na dinâmica infrapartidária. Trata-se de um trabalho de reconstituição histórica em que, além das fontes bibliográficas e dos resultados eleitorais, faz-se uso da documentação partidária do período e de entrevistas com militantes partidários sobre as eleições de 1982.

Palavras Chaves: Transição de Regime; Partido- MDB/PMDB; PCB; PCdoB -; Eleição; Redemocratização no Brasil.

ABSTRACT:

This dissertation aims to study the fundamental relationship between the PCB and the PCdoB with the MDB-PMDB distension in the policy of the military dictatorship. Among the issues examined included the process of approximation of the MDB communist associations, emphasizing that this process was reflective of the limits imposed by the authoritarian regime, leading to double militancy on the part of communists: legal (MDB-PMDB) and illegal (PCB and PCdoB). It examines the elections in RS since to begin the bipartisan system, with special emphasis for election of 1982, which was the last election in that the three associations functioned as a "unity" party. Thus, it examines the strategic-tactical line of the communists in line with the PMDB and aspirations with respect to the end of the procedure, so as the daily life of the party and reflexes arising in the dynamics of double militancy into partisan. This paper is about a historical reconstitution where, besides the bibliographical sources and the electoral results, use the partisan documentation of the period and interviews with militant partisans the 1982 elections.

Keywords: Transition Regime; Party- MDB / PMDB; PCB; PCdoB -; Election; redemocratization Brazil

LISTA DE SIGLAS

AI-2 – Ato Institucional n. 2
AI-5 – Ato Institucional n. 5
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BOC – Bloco Operário e Camponês
CEBRAD – Centro Brasil Democrático
CEBRAP – Centro Brasileiro de Pesquisa
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DOI-CODI – Depto. de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
IEPES – Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais
MDB – Movimento Democrático Nacional
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PC's – Partidos Comunistas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCI – Partido Comunista Italiano
PDT – Partido democrático Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC – Partido Operário Comunista
POLOP – Política Operária
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PRC – Partido Revolucionário Comunista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
TS – Tendência Socialista
URSS – União das Repúblicas Socialista Soviética

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MODELO DE ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA.....	28
QUADRO 2 - CÂMARA FEDERAL – 1966.....	51
QUADRO 3 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – 1966.....	52
QUADRO 4 - ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA – 1966.....	52
QUADRO 5 - ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS NO RGS –1966.....	53
QUADRO 6 – RESULTADOS ELEITORAIS GERAIS NO BRASIL: NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL – 1966.....	53
QUADRO 7 - ELEIÇÃO PARA CÂMARA FEDERAL – 1970.....	58
QUADRO 8 - ELEIÇÕES PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – 1970.....	59
QUADRO 9 - ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA - 1970.....	59
QUADRO 10 - ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS NO RGS –1970.....	60
QUADRO 11 – RESULTADOS ELEITORAIS GERAIS NO BRASIL: NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL – 1970.....	60
QUADRO 12 - ELEIÇÃO PARA CÂMARA FEDERAL – 1974.....	66
QUADRO 13 - ELEIÇÃO PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – 1974.....	66
QUADRO 14 - ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA – 1974.....	67
QUADRO 15 - ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS NO RGS –1974.....	67
QUADRO 16 – RESULTADOS ELEITORAIS GERAIS NO BRASIL: NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL – 1974.....	68
QUADRO 17 - ELEIÇÃO PARA CÂMARA FEDERAL – 1978.....	74
QUADRO 18 - ELEIÇÃO PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – 1978.....	75
QUADRO 19 - ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA – 1978.....	75
QUADRO 20 - ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS NO RGS –1978.....	76
QUADRO 21 – RESULTADOS ELEITORAIS GERAIS NO BRASIL: NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL – 1978.....	76
QUADRO 22 - SÍNTESE DO BIPARTIDÁRISMO - RS.....	77
QUADRO 23 - REALINHAMENTO PARTIDÁRIO - CÂMARA FEDERAL – JANEIRO DE 1982.....	84
QUADRO 24 - REALINHAMENTO PARTIDÁRIO CÂMARA FEDERAL – AGOSTO DE 1982.....	85
QUADRO 25 - REALINHAMENTO PARTIDÁRIO – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – RIO GRANDE DO SUL.....	87
QUADRO 26 ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR DO ESTADO – 1982.....	114
QUADRO 27 - ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA – 1982.....	116
QUADRO 28 - ELEIÇÕES PARA CÂMARA FEDERAL – 1982.....	116
QUADRO 29 – ELEIÇÕES PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA -1982.....	117
QUADRO 30 - RESULTADOS NACIONAIS DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNOS DE ESTADOS.....	118
QUADRO 31 - SÍNTESE DO COLÉGIO ELEITORAL.....	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 - MARCO TEÓRICO: APORTE CONCEITUAL SOBRE TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA E ESTUDOS PARTIDÁRIOS.....	18
INTRODUÇÃO.....	18
1.1 - A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL: BREVE CARATERIZAÇÃO.....	18
1.2 - PARTIDOS, SISTEMAS PARTIDÁRIO E ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PARTIDOS....	22
1.3 – PARTIDOS MARXISTA-LENINISTAS.....	33
1.4 – PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL : DA GÊNESE À RUPTURA.....	37
CAP 2 - O MDB GAÚCHO NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL E A INFLUÊNCIA DAS NOVAS CLIVAGENS DO CAMPO DA ESQUERDA.....	42
INTRODUÇÃO.....	42
2.1 - A POLÍTICA PARTIDÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL E O GOLPE DE 1964.....	42
2.2–O CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 1966 NO BRASIL E NO RS.....	46
2.2.1 - EVOLUÇÃO DOS PC’S: POSIÇÕES, PERSPECTIVAS E NOVAS RUPTURAS NO LIMIAR DA ELEIÇÃO DE 1966.....	48
2.2.2 - RESULTADOS ELEITORAIS DE 1966 NO RIO GRANDE DO SUL.....	51
2.3 – ANTECEDENTES DA ELEIÇÃO DE 1970.....	53
2.3.1- 1970: A ESQUERDA BRASILEIRA NA ENCRUZILHADA.....	56
2.3.2 – RESULTADOS ELEITORAIS DE 1970 NO RIO GRANDE DO SUL.....	58
2.4- ANTECEDENTES DA ELEIÇÃO DE 1974.....	60
2.4.1 - A ESQUERDA GAÚCHA – OS PC’S E AS NOVAS CLIVAGENS NO ASCENSO DE 1974.....	63
2.4.2–RESULTADOS ELEITORAIS DE 1974 NO RIO GRANDE DO SUL.....	66
2.5 – ANTECEDENTES DA ELEIÇÃO DE 1978.....	68
2.5.1 – OS PC’S: ENTRE AS VELHAS ESTRATÉGIAS E AS NOVAS TÁTICAS NA CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA DE 1978.....	70
2.5.2- RESULTADOS ELEITORAIS DE 1978 NO RIO GRANDE DO SUL.....	74
CONCLUSÃO.....	76
CAP. 3 - AS ELEIÇÕES DE 1982 NO RIO GRANDE DO SUL: O PMDB E OS PARTIDOS COMUNISTAS EM FACE AO CONTEXTO NACIONAL.....	79
INTRODUÇÃO.....	79

3.1- 1979-1982 – ENTRE OS REFLEXOS DA CONJUNTURA E A EMERGÊNCIA DOS NOVOS ATORES.....	79
3.2 - A REFORMA PARTIDÁRIA: A CONFIGURAÇÃO DO NOVO QUADRO POLÍTICO NACIONAL.....	83
3.3 – O MDB-PMDB E OS PARTIDOS COMUNISTAS: DA RECONFIGURAÇÃO PARTIDÁRIA ÀS ELEIÇÕES DE 1982 NO RIO GRANDE DO SUL.....	86
3.3.1 –O MDB-PMDB: DA EVOLUÇÃO PARTIDÁRIA A SUA ESTRATÉGIA ELEITORAL DE 1982.....	86
3.3.2 – OS PARTIDOS COMUNISTAS DENTRO DO MDB-PMDB: 1979 – 1982: ALGUMAS QUESTÕES GERAIS.....	89
3.3.2.1- O PCB E O PMDB: CRUZAMENTO DE OPINIÕES E REFLEXOS NA TÁTICA ELEITORAL.....	93
3.3.2.2 – O PCdoB E O PMDB: DAS TRILHAS DO ARAGUAIA PARA O CAMINHO DAS URNAS.....	103
3.4 – A CAMPANHA ELEITORAL DE 1982 NO RIO GRANDE DO SUL.....	111
3.4.1- RESULTADOS ELEITORAIS DE 1982 NO RIO GRANDE DO SUL.....	114
3.4.3 – AS AVALIAÇÕES DO PROCESSO ELEITORAL PELOS PARTIDOS COMUNISTAS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS RESPECTIVAS ATUAÇÕES.....	119
CONCLUSÃO.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	134
DOCUMENTOS ANALISADOS.....	140
ANEXOS.....	141

INTRODUÇÃO

O Brasil em sua experiência republicana viveu várias formas de regime, sendo marcante na segunda metade do século XX o período da ditadura militar. Entre as muitas conseqüências do regime ditatorial está a estrutura político-institucional do Brasil, no que confere, especificamente, a sua configuração partidária, com reflexos ainda nos dias hoje. Essa dissertação trilha justamente esse caminho, pois tem como objetivo **estudar o MDB-PMDB gaúcho e sua relação com os PC's, no processo de distensão do regime militar, a chamada transição democrática**. Algumas questões a respeito desse tema ainda são candentes, embora de certa forma, respondidas pela literatura da ciência política e da história, mas que podem ser melhor trabalhadas em alguns aspectos específicos.

Assim, ao depararmo-nos com o tema ditadura militar e reconfiguração partidária percebemos que o tema ainda suscita vários questionamentos como objeto de estudo. Pois, a ditadura brasileira apresentou uma característica diferenciada, se comparada com outras ditaduras latino-americanas, não somente por ter sido considerada por alguns analistas como mais “branda”, mas em especial por ter eleições regulares para o legislativo ao longo do período e por ter mantido dois partidos – ARENA e MDB. A construção desses partidos, embora artificial e impetrada sob o arbítrio da ditadura, em algumas regiões apresentou um caráter menos artificial, como foi o caso específico do Rio Grande do Sul, uma vez que as antigas clivagens já vinham se consolidando no período pré-golpe, em duas grandes correntes. De acordo com o Ato Institucional N° 2 (AI-2) de 1965, a ditadura cria um sistema de dois partidos - a ARENA que apoiava o golpe e o MDB de oposição ao regime, obviamente, que ser oponente a uma ditadura militar ocasionava inúmeros percalços para o nascente partido.

O MDB, na origem, foi um partido muito combatido, tanto pela direita quanto pela esquerda, esta pelo fato de não o reconhecer como um partido de oposição e sim como mais um instrumento do jogo da ditadura, com o intuito de dar uma aparência de normalidade ao regime (KINZO, 1988). No caso do Rio Grande do Sul, embora o MDB fosse egresso das fileiras do velho trabalhismo, sendo este o maior partido na década de 50 e início dos anos 60, com grande consolidação de votos em várias regiões do Estado, ao longo dos anos 60 o MDB perde em várias eleições.

Nesse sentido, é relevante destacar o fenômeno dos votos em branco e nulos nas eleições de 1966 e 1970 como o real voto de protesto, e, conseqüentemente, o não apoio ao MDB como instrumento legítimo de combate à ditadura. Destacamos que além do descrédito

que o MDB tinha, a ditadura ainda contava com um forte poder coercitivo, com o intuito de manipular os votos neste período, principalmente em pequenas cidades do interior do Estado (TRINDADE, 1978), dando, por conseguinte, relevo e dominação política para a ARENA. De acordo com esse quadro, pensar em oposição dentro dos marcos legais era quase impossível para uma parcela da esquerda, que não legitimava o MDB para tal empreitada. A grande virada se dá somente na década de 70, a partir das eleições de 1974. Pertinente destacar que não havia eleição para governador, o caráter de eleição majoritária era dado com a disputada eleitoral pelo Senado¹.

Quanto à esquerda, tínhamos desde 1962 dois partidos comunistas: o PCB e o PCdoB, ambos se reivindicando como sendo o real herdeiro do partido comunista fundado no Brasil em 1922. Tínhamos também novas expressões da esquerda que emergiram neste período, algumas organizações foram fundadas no início da década de 60 e outras decorrentes de cisões no interior desses PC's ao longo desta década, justamente como reflexo das diferentes interpretações a respeito do golpe, assim como de qual deveria ser a forma de combate à ditadura e uma futura transição ao socialismo. Essa novidade no cenário da esquerda foi denominada de Nova Esquerda (AARÃO REIS FILHO & SÁ, 1985). Em síntese, o que importa reter é que o regime militar não tinha somente uma oposição consentida – o MDB, pois tinha também inúmeras forças oponentes fragmentadas ao longo das décadas de 60 e 70 nas diferentes organizações de esquerda.

A temática desta dissertação, acerca do MDB-PMDB e as suas correntes de esquerda na transição do regime militar, tem o seu estudo iniciado justamente neste período, ou seja na gênese do MDB e nas diferentes respostas que a esquerda deu para fazer frente ao golpe de 1964. Importante registrar que como esquerda estamos nos reportando, especialmente, aos partidos comunistas – PCB e PCdoB, e não a Nova Esquerda. A opção por este recorte, entre outras razões, se dá pela compreensão de que estes dois partidos são os herdeiros do legado de 1922, pois ambos, a sua maneira, se reivindicam como o verdadeiro partido comunista no Brasil.

No que tange a escolha do objeto, talvez algumas perguntas já tenham sido respondidas, no tocante a legitimação do MDB-PMDB como partido de oposição expressiva à ditadura, ao longo do percurso do regime militar, dito de outra maneira, a passagem do MDB

¹ Quanto ao caráter majoritário: “Da eleição para o Senado, promovida agora a única majoritária, se poderia esperar fosse não só o ponto de referência e integração da disputa proporcional, como ainda o equivalente funcional das anteriores eleições para Governador, substituindo-se a elas como foco central, a dar o tônus, ritmo e dramaticidade à campanha” (XAUSA & FERRAZ, 1981, p.161).

(com pouco apoio da oposição) para o MDB-PMDB (com forte expressão de oposição), emprestando um caráter plebiscitário dos pleitos, ao longo da década de 70 – pró ou anti-regime. No entanto, quanto às correntes de esquerda dentro do MDB, torna-se um tema desafiador, pelo fato de que este partido não fora planejado pela ditadura para este fim, assim como também não era caracterizado como um partido de esquerda, *stricto sensu*, pelos seus militantes e dirigentes mais destacados, mas sim, obviamente, como de fato tornou-se, de oposição ao regime.

Embora este não fosse um partido com viés nitidamente esquerdista, manteve a acomodação interna de diversas organizações marxistas-leninistas, ao longo do seu transcurso, dando indicações para outras perguntas que poderiam ser melhor trabalhadas ou realçadas, no que condiz aos subterrâneos do MDB-PMDB, mais especificamente aos comunistas, dentro deste *locus* de oposição legal. Percorrendo esses caminhos, construímos o seguinte questionamento que motivou a investigação da presente dissertação: **Como se deu a aproximação dos comunistas com o MDB e qual foi a contribuição destes para a trajetória do MDB-PMDB, principalmente na decisiva eleição de 1982?**

No tocante a este tema, percebemos que a ênfase que vem sendo dada pela ciência política e pela historiografia sobre o assunto deixa claro que algumas questões precisam ser melhor trabalhadas. A literatura política quando disserta sobre a esquerda no período da ditadura tem dado mais relevo à luta armada e o seu aniquilamento e, posteriormente, no final dos anos setenta, ao ressurgimento dos movimentos populares e a reorganização partidária das organizações de esquerda (GORENDER 1987; SADER, 1988). No entanto, o nosso intuito é justamente trabalhar com os subterrâneos do institucional, ou seja, como era a organização dos comunistas dentro do MDB-PMDB, que seria justamente a articulação do legal (MDB-PMDB) com o ilegal (PC's), bem como sobre o trabalho em conjunto desses partidos na política infrapartidária, ou seja, como se processava essa simbiose e os seus reflexos no próprio MDB-PMDB.

Procedendo a leitura a respeito do tema partidário nos anos 70, percebemos algumas indicações a respeito da presença dos comunistas no MDB. Estas, no entanto, são sempre tangenciadas e não amplamente abordadas. No consagrado estudo de Maria D`Alva Kinzo, *Oposição e Autoritarismo : gênese e trajetória do MDB – 1966/1979* (1988), a autora dá uma ênfase preponderantemente, de acordo com o seu objetivo de pesquisa, para a parte institucional do partido e a sua relação com o regime. Sendo que, quanto à existência dos grupos, subunidades internas, a autora limita-se a indicar que havia a existência dos mesmos

dentro do MDB - moderados e autênticos – mas, sem aprofundar muito a existência de comunistas dentro do partido².

Tais questionamentos e observações sugerem como hipótese que, no período do bipartidarismo, havia militância política clandestina, de fato, integrada dentro do MDB, por parte dos partidos comunistas e esses jogaram um peso preponderante na política organizacional, bem como na elaboração tática contra o regime. Em síntese, havia a dupla militância político-partidária, a legal dentro do MDB e a ilegal nos PC's. Sendo que, esta dupla militância respondia às próprias condições de sobrevivência das organizações em face da agudização da ditadura. Considera-se, portanto, que este processo de dupla militância sustentará e dará fôlego durante um bom tempo a estas agremiações, até a consolidação do PMDB. Como é sabido, mesmo com o advento da reconfiguração partidária em 1979, os PC's não puderam se reorganizar legalmente, portanto, acreditamos que permaneceram militando e influenciando taticamente com grande peso nas instâncias peemedebistas até o final do regime militar. Assim, supomos que a relação dos PC's com o MDB-PMDB respondeu a sucessivos processos, alguns contraditórios, e estes foram fruto não somente da linha tático-estratégica dos partidos comunistas, como principalmente, reflexo das próprias conjunturas políticas da luta contra a ditadura militar.

A fim de responder a algumas dessas indagações acreditamos que seria necessário conjugar a análise dos três partidos, respectivamente o MDB-PMDB³, o PCB e o PCdoB, com o objetivo de examinar como se processou a “mesclagem” dos comunistas dentro da estrutura partidária do MDB-PMDB em diferentes momentos. Para isso, torna-se importante investigar:

- 1) Como o MDB-PMDB tornou-se ao longo da ditadura um partido com expressão significativa de oposição ao regime militar. Cumpre examinar a sua gênese e a evolução ao longo das sucessivas eleições no Rio Grande do Sul.
- 2) Como os partidos comunistas construíram a sua política de aproximação com o MDB durante o regime militar. Tal análise implicará um estudo das estratégias e das táticas das organizações comunistas no período.

² Ver também: MELHEM, Célia Soilbelmann, **Políticas de botinas amarelas**: o MDB-PMDB paulistano de 1965 a 1988. São Paulo. Hucitec. 1998, no qual a autora enfatiza os comunistas como uma fração menor. No caso do Rio Grande do Sul ver: REIS, Eliana Tavares. **Juventude, Intelectualidade e Política**: Espaços e Atuação e Repertórios de Mobilização no MDB dos anos 70. Dissertação de Mestrado. UFRGS. PPGCP. Porto Alegre. 2001 e REIS, Eliana Tavares. **Contestação, engajamento e militantismo**: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. PPGCP. UFRGS. 2007, nas quais a ênfase recai sobre as organizações da Nova Esquerda, no MDB.

³ Embora no Rio Grande do Sul, assim como no resto do Brasil, o MDB após a reconfiguração partidária de 1979 ter se fracionado em outros partidos, consideramos o PMDB como o seu sucedâneo histórico, portanto, a ênfase como sendo três partidos.

- 3) Qual a relação dos PC's com o MDB-PMDB, no que tange ao cotidiano da vida partidária, ou seja, o *ethos* e a *práxis* dos comunistas neste período, analisando, como eles mantiveram seus partidos estruturados, da clandestinidade à semi-clandestinidade.
- 4) Como ocorreu o processo de abertura do regime militar e qual foi o reflexo na linha tático-estratégica dos PC's. Em especial, torna-se pertinente enfatizar qual foi a opção partidária advinda e qual foi o peso desta tática na campanha de 1982 no RS.
- 5) Quais os resultados da campanha de 1982 no Rio Grande do Sul quando comparada às eleições nacionais e qual a leitura que os PC's fizeram deste pleito. Este estudo implica avaliar as perspectivas dos comunistas em face dos resultados eleitorais, assim como o entendimento dos PC's quanto aos limites do regime militar e as conseqüências para a atuação dos partidos.

A escolha do pleito de 1982 como recorte privilegiado, dá-se pelas seguintes razões: 1) seria através dos eleitos no pleito de 1982 que iria ser escolhido o novo presidente civil eleito por voto indireto, através do Colégio Eleitoral, portanto, a eleição poderia por em cheque definitivamente a ditadura, dependendo da correlação de forças que se processaria neste cenário eleitoral; 2) pelo caráter de eleições gerais, para governadores, deputados federais, deputados estaduais, assim como para prefeitos e vereadores em diversos municípios (somente em capitais e nas chamadas áreas de segurança nacional não haveria eleição para prefeito); 3) com a anistia e o fim do AI-5, conseqüentemente, há a volta dos exilados e a liberdade dos presos políticos, ocasionando que esses partidos (PC's) puderam se (re)organizar mais expressivamente, mesmo que dentro das instâncias peemedebistas; 4) Com a reforma partidária, de 1979, o PMDB granjeou para as suas hostes a maioria das lideranças e filiados do MDB e 5) das organizações de esquerda, que militavam no MDB, ficaram no PMDB somente os partidos comunistas e o MR-8;

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um trabalho de reconstituição histórica que procura examinar a relação dos PC's com o MDB-PMDB no período autoritário e no processo de transição do mesmo para a democracia até as eleições de 1982. Além das referências bibliográficas relativas aos elementos mais significativos do contexto nacional e regional do período, nos valem de documentos e publicações desses partidos, assim como de entrevistas realizadas em 2008 com alguns militantes desses partidos que tinham ativa participação no período.

No tocante às fontes documentais, podemos classificá-las nas seguintes categorias: 1) documentos partidários, privilegiando as resoluções e teses congressuais; 2) *sites* da *internet*, entre esses foram de grande ferramenta o *site* da Assembléia Legislativa do Rio Grande do

Sul; 3) livros biográficos do período, produzidos pelos próprios atores políticos; 4) dados eleitorais das sucessivas eleições; 5) materiais em geral da mídia impressa, mais especificamente comentários e notas a respeito dos pleitos eleitorais citados ao longo da dissertação; e, 6) fontes bibliográficas diversas que foram divididas entre livros que retratam o período e materiais produzidos diretamente pela academia (teses e dissertações).

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo faz-se uma revisão teórica focalizando, fundamentalmente: o caráter da transição para a democracia no Brasil; as questões relativas ao processo de formação e evolução das organizações partidárias, com especial ênfase no condicionantes decorrentes do contexto em que se inserem e nas relações infrapartidárias; as principais características dos partidos marxista-leninistas; e finalmente, uma breve referência à gênese e a evolução do PCB, de 1922 ao início dos anos 60.

O segundo capítulo trabalhará dentro de uma perspectiva mais histórica, examinando o sistema partidário gaúcho de inícios da década 60 e a posterior dinâmica eleitoral da ARENA e MDB nas eleições de 66 a 78 no RS, dentro do contexto nacional. Também examinaremos a elaboração tática e estratégica do PC's com o intuito de verificar como se processava os avanços e recuos das resoluções dos comunistas ao longo da ditadura militar

O último capítulo tratará das eleições de 1982 no cenário nacional e gaúcho, procurando identificar qual era o entendimento tático-estratégico dos PC's no contexto, assim como, quais eram os prognósticos que essas organizações faziam em relação à Transição do regime e à consolidação da democracia e, conseqüentemente, a tão esperada legalização de seus partidos.

CAPÍTULO 1 - MARCO TEÓRICO: APORTE CONCEITUAL SOBRE TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA E ESTUDOS PARTIDÁRIOS

INTRODUÇÃO

Como já referimos na Introdução, nosso referencial teórico abordará, fundamentalmente quatro questões que consideramos mais significativas para os objetivos da presente dissertação. Primeiramente, faremos uma breve caracterização do processo de transição para a democracia no Brasil, procurando defini-lo no quadro mais amplo das transições de regime autoritários. Na seqüência, examinaremos algumas questões relativas ao processo de gênese e evolução das organizações partidárias, dando especial atenção aos condicionantes que decorrem das diferentes conjunturas contextuais e da forma como se dividem e se articulam as diversas subunidades (ou componentes) internos ao partido. Em relação aos partidos marxista-leninistas, procuramos ainda caracterizar sua forma de organização e funcionamento (centralismo democrático) e as noções sistematicamente recorrentes de estratégias e tática. Finalmente, fazemos ainda uma breve referência à história do PCB de 1922 até o momento imediatamente anterior ao golpe de 64.

1.1- A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL: BREVE CARATERIZAÇÃO

O caso do retorno à democracia no Brasil caracteriza-se, em linhas gerais, como sendo integrante do processo da Terceira Onda de Democratização (HUNTINGTON, 1994), tal premissa condiz com a caracterização de uma série de nações que conquistaram ou reconquistaram a volta da democracia neste último quarto de século. O autor caracteriza três grandes ondas de democratização, assim como os seus revezes, ou seja as ondas reversas. Tais ondas respondem aos processos históricos próprios em que foi efetivada a transição para a democracia, respeitando as características particulares do tempo e do espaço de cada país. Assim temos: 1) a Primeira Onda de Democratização, que refere-se aos países que se democratizaram em meados do século XIX, como reflexo da Revolução Francesa e Americana, alastrando esta onda de democratização para diversas nações ao redor do mundo ao longo do século XIX; 2) a Segunda Onda de Democratização, que é considerada curta, refere-se ao período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Segunda Onda

Reversa, já no início dos anos 60, com o advento de diversos regimes autoritários, como a ditadura brasileira; e, 3) a Terceira Onda de Democratização, que tem como marco o fim da ditadura portuguesa, em 1974, alastrando-se, já durante os anos 70, para os países da América Latina, atingindo diversos países entre esses o Brasil (Idem, p.30-31).

Os estudos sobre os processos de transição para a democracia geraram vários trabalhos, destacamos no caso do Brasil o estudo realizado por Share e Mainwaring (1986), em que eles a chamaram de transição pactuada, em seu artigo, *Transição pela transação: a democratização no Brasil e na Espanha*. Neste artigo, os autores comparam a transição efetivada na Espanha e no Brasil, realçando os pactos realizados de cima para baixo entre as elites, para efetivarem a transição rumo à democracia efetiva. Os autores enfatizam que “a noção de ‘transação’ sugere a negociação (normalmente implícita) entre as elites do regime autoritário e da oposição democrática” (SHARE & MAINWARING, 1986, p.207). No caso de transição pela transação devemos considerar o fato de que são as elites autoritárias que “regulam o ritmo das reformas a serem implementadas, numa tentativa de resguardar-se contra a perda de controle. Mesmo que possam estar comprometidas com o restabelecimento da democracia, elas acreditam que é necessário realizar reformas de maneira gradual” (Idem, p.209). Logo, segundo estes autores, tal modelo de transição para a democracia teve a capacidade de oferecer uma maior confiança para a elite militar, uma vez que premia com um retorno seguro da corporação militar aos quartéis, garantindo assim os interesses institucionais da categoria (Idem, p.218)

Ainda, para a efetiva transição democrática de acordo com esse modelo proposto, há a necessidade de apresentar algumas condições para a sua consecução, entre estas destaco dois pontos que serão muito referidos ao longo desta dissertação: 1) “Na transição pela transação a oposição democrática deve aceitar algumas limitações e regras fixadas pelo regime autoritário”, ou seja, conforme enfatizam os autores, a oposição pode ser capaz de desafiar o regime, mas não é suficientemente forte para derrubá-lo.(Idem, p.225-226). 2) “A transição pela transação exige lideranças habilidosas”, pois os líderes da transição devem passar a imagem, tanto para a maioria do regime quanto para a oposição, de que este modelo de transição é a melhor solução.(Idem, p.228). Em síntese, ambas as condições enfatizam a necessidade da transição ser pactuada e habilidosamente negociada, de modo a não trazer retrocesso político e assim efetivar uma consolidação democrática sem maiores traumas. Entretanto, segundo esses autores, ao mesmo tempo em que este modelo de transição apresenta como benefício construir democracias mais estáveis, por outro lado, gesta um modelo político extremamente elitista.

A este respeito, Mainwaring em seu livro, *Sistemas partidários em novas democracias: O caso do Brasil* (2001, p.52) estudando especificamente o caso do Brasil, aponta que nestas democracias de Terceira Onda devemos estar atentos “à capacidade do Estado e das elites políticas para reformarem de cima para baixo os sistemas partidários”. Sendo assim, Mainwaring estabelece que “o caso brasileiro ilustra o argumento geral de que os Estados e as elites políticas construíram, os sistemas partidários de cima para baixo” (Idem, p.92), tal escopo será bem demarcado ao longo desta sua obra, servindo para entendermos que o modelo de transição brasileira se processou “pelo alto”.

A respeito do exposto, devemos realçar algumas observações sobre os textos citados: 1) Primeiramente, embora Huntington tenha facilitado a análise em unidades temporais, devemos cuidar para não cairmos em generalizações, justamente por ser uma longa seqüência de tempo⁴; 2) As definições atribuídas ao modelo de transição pela transação se aplicam perfeitamente ao caso brasileiro, em virtude do aspecto extremamente elitista em que fora processado; entretanto, devemos estar atentos para não realçarmos demais somente estas características, uma vez que há também outros elementos e personagens que compõem a conjuntura política da transição. Assim, a fim de compor o entendimento do cenário político do período torna-se pertinente agregar outras referências teóricas; visando, assim, ampliar os elementos explicativos dos processos de transição democrática.

No que condiz especificamente a abordagem teórica a respeito de modelos de transição, Arturi em seu artigo, *O Debate teórico sobre mudanças de regime político: O caso brasileiro* (2001), aponta as diferentes perspectivas sobre o estudo de transição democrática de regimes autoritários. Segundo o autor, o foco se divide entre os estudos que priorizam as análises macroestruturais (ordem econômica, social ou cultural) e os estudos com enfoque micropolíticos, centrada na ação dos atores. Porém, por conta de algumas insuficiências dessas abordagens temos, também, o enfoque intermediário proposto por Terry Karl. Segundo Arturi:

A autora elaborou a noção de “contingência” para escapar do dilema “determinismo das estruturas versus liberdade do ator” e capturar os vínculos entre os fatores macroestruturais, a tradição institucional do país e as opções dos políticos. É preciso demonstrar como, em dado momento, o leque de opções disponíveis é função das estruturas criadas em período anterior e como essas decisões estão condicionadas pelas instituições estabelecidas no passado (KARL, 1991 apud ARTURI, 2001, p.15).

⁴ A respeito deste tema ver in.: in.: PIERSON, Paul. *Politics in Time : History, institutions and social analysis*, Princeton University Press. 2004.

Mais adiante Arturi (2001, p.15) sumariza que, “a interação entre a estrutura econômica, social e política pré-existente e a estratégia dos atores políticos permite arranjos institucionais e departamentais que condicionam as possibilidades de uma consolidação democrática”. Assim, no caso da transição democrática brasileira a ser referida nesta dissertação, devemos estar atentos a essas condicionantes de modo a conjugarmos os vários matizes que deram o suporte e formataram o modelo de transição democrática no Brasil.

Também, especificamente no que tange a estratégia dos atores devemos dar atenção ao caráter processual das suas articulações: “o importante é que ambos os lados, governo e oposição, encontraram espaço suficiente para, em estágios diversos, redefinirem gradativamente seus respectivos papéis, visto que cada qual percebia o que poderia ganhar com a continuidade do processo” (LAMOUNIER, 1987, p.44). Assim, conforme ilustra Lamounier, podemos inferir que o processo de transição para a democracia no Brasil teve este aspecto de negociação, pois desde o momento dos primeiros indícios de abertura até o processo final de erosão do aparato militar, ambos os lados, não tinham a clareza objetiva de qual seria o resultado final.

Para os objetivos desta dissertação, o que importa reter neste subtítulo são os seguintes aspectos: 1) que Brasil enquadra-se na chamada Terceira Onda de Democratização e serve como exemplo para o modelo de Transição pela Transação; 2) que houve várias condicionantes que definiram os aspectos da transição brasileira, entre estas destaca-se a estabilidade e a durabilidade do regime que propiciou a elite definir as regras do jogo; 3) embora houvesse o peso importante dos limites institucionais, a oposição soube barganhar e operar diferentes estratégias a fim de tentar modificar o resultado final. Logo, tais aspectos enunciados definirão, portanto, não somente o modelo e o ritmo do processo da transição brasileira, assim como o próprio sistema partidário e os tipos de partidos que foram gestados no Brasil com o advento do processo de abertura do regime militar iniciado durante os anos 70. No que tange as questões específicas da abertura democrática do final dos anos 70 e início dos anos 80, retomaremos (cap. 3) estes apontamentos iniciados neste subtítulo com a finalidade de especificar alguns elementos que consideramos fundamentais para melhor compreensão do processo, em especial no que diz respeito aos rumos da estruturação partidária subsequente.

1.2- PARTIDOS, SISTEMAS PARTIDÁRIOS E ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PARTIDOS

A fim de iniciarmos a abordagem sobre partido nos utilizamos do texto clássico de Giovanni Sartori, *Partidos e Sistemas Partidários* (1982). O autor começa distinguindo partido de facção, termo que para ele carrega um caráter pejorativo, enfatiza que “partido transmite, então basicamente a idéia de parte, e parte não é, em si, uma palavra depreciativa: é um conjunto analítico” (SARTORI, 1982, p.24). Remetendo a idéia de facção, afirma que partido deve possuir uma conotação menos negativa do que facção, pois segundo salienta:

os partidos são instrumentos funcionais – servem a objetivos e desempenham papéis – e as facções não. E isso, em última análise, porque um partido é parte de um todo que procura servir aos propósitos desse todo, ao passo que a facção é apenas parte de si mesma. [...] um partido é parte de um todo. Semanticamente, “partido” transmite – e deve transmitir – a idéia de parte (Idem, p.46-47).

Por outro lado, para Sartori, também é importante entendermos o partido como um mosaico, composto por subunidades, na qual a “unidade ‘partido’ é articulada, ou desarticulada, pelas subunidades” (Idem, p.94). Prosseguindo em seu argumento, estabelece características distintivas a respeito de facções, tendência ou frações, a fim de tentar dirimir dúvidas a respeito de como deve ser interpretada cada subunidade. No entanto, o autor salienta “que nos falta uma terminologia consolidada para designar as subunidades partidárias” (Idem, p.94). Em virtude justamente da profusão de denominação⁵ e a fim de extrair algumas considerações, Sartori estabelece o seguinte:

Facção é uma má escolha, uma palavra altamente inadequada ao propósito, pois conserva, de maneira comprovada pela experiência, na maioria dos países, um significado de valor profundamente arraigado: transmite a sugestão pelo menos para o público geral, de que a matéria, o estofado da política é inerentemente sujo e maligno [...] Fração é sem dúvida uma palavra mais neutra e menos comprometida do que facção [...] fração transmite a sugestão de que um índice de fracionalização não precisa limitar-se aos sistemas partidários e que pode funcionar igualmente bem para os sistemas partidários e para as frações partidárias [...] tendência é uma série estável de atitudes, e não um grupo estável de políticos [...] tendências para indicar as subunidades partidárias mais difusas, em contraposição às mais delimitadas e visíveis – como as tendências partidárias de esquerda e de direita (Idem, p.95-97)

⁵ Segundo Sartori: “Os italianos dão o nome de “correntes” (correnti); os alemães falam geralmente de alas e tendências (Richtung e/ou Flügel); os autores franceses e ingleses são igualmente imprecisos e metafóricos quanto à questão. Por outro lado, os cientistas políticos norte-americanos se decidiram por facções” (SARTORI, 1982, p. 94).

Segundo Sartori, a passagem de facção para partido, enquanto expressão de parte de um todo, foi um caminho cumulativo e árduo. Do mesmo modo, a evolução de um “proto-partido” para um partido maximizador de votos, que teria como função basilar referendar as preferências da massa em políticas públicas (Idem, p.48-49). Em síntese, a experiência partidária é algo concreto, socialmente construído e culturalmente elaborado.

Passando para a noção de sistema partidário, o autor afirma que de fato, este somente existe quando há a competição interpartidária, que para Sartori “são sistemas quando são partes (no plural)” (Idem, p.65). Esta premissa torna-se extremamente complexa quando trabalhamos, no caso desta dissertação, a noção de sistema partidário, pelo fato das limitações de um sistema partidário em uma ditadura; uma vez que, segundo Sartori, a competição partidária idônea é condição *sine qua non* para haver a justificação da expressão sistema partidário.

Um sistema partidário reconhece a dissensão e institucionaliza a oposição; um sistema de partido de Estado nega a validade da dissensão e impede a oposição. Os partidos no plural são instrumentos de expressão; o partido no singular é um instrumento de extração. (Idem, p.69).

No tocante a consolidação do sistema partidária, Sartori estabelece as seguintes condições para a sua existência: “a estruturação da formação política como sistema partidário só surge quando o direito do voto e outras condições atingem uma ‘massa crítica’ e envolvem uma parcela substancial da comunidade” (SARTORI, 1982, p.43). Assim sendo, tais condições remete a pensarmos na função dos partidos políticos como veículo para atingir essa parcela. Na perspectiva de Sartori partidos teriam as seguintes funções: 1) **Função representativa** – que para o autor não seria a principal função, uma vez que representação também é perfeitamente concebível e possível sem partido; e 2) **Função expressiva**, que seria a principal, pois “os partidos oferecem algo que nenhuma máquina ou pesquisa de opinião pode oferecer: transmitem reivindicações *apoiadas por pressões*” (Idem, p. 49, grifo do autor). Em síntese, assim como é importante entendermos a idéia de partido como parte de um todo articulado, também é de suma importância a compreensão da função partidária no jogo político, pois a mesma irá refletir na dinâmica do sistema partidário.

Entre os grandes méritos do livro de Sartori, justamente pela importância que adquiriram na ciência política, está o fato de comparar os sistemas partidários em diferentes democracias. Para tanto, primeiramente, o autor estabelece dois critérios como fundamentais a fim de poder estabelecer comparações: o número de partidos e a polarização ideológica. 1) Em relação a contagem do **número de partidos**, utiliza a noção de partidos relevantes, que

para a sua definição utiliza dois indicadores suplementares - i) potencial de coalizão: são considerados relevantes os que têm forte potencial de negociação numa coalizão de governo e ii) potencial de chantagem⁶: são aqueles cuja existência refletem na tática da competição partidária (SARTORI, 1982, p.146-147) e 2) quanto à **polarização ideológica**, esta diz respeito a distância da posição ideológica, funcionando como uma variável de controle (Idem, p.149-151). Assim, a partir dessas duas dimensões o autor elaborou um quadro tipológico que compreende quatro tipos de sistemas partidários democráticos, o qual ele chama de sistema competitivo: i) bipartidarismo; ii) pluralismo moderado, que seria um pluripartidarismo com baixa polarização ideológica; iii) pluralismo polarizado, que seria um pluripartidarismo com alta polarização ideológica; iv) sistema de partido predominante, em que, via de regra, “o mesmo partido consegue sempre uma *maioria absoluta de cadeiras* (não necessariamente de votos) no parlamento” (Idem, p.224, grifo do autor).

Embora a importância e a validade das tipologias de Sartori na literatura política, nesta dissertação, as mesmas devem ser analisadas com ponderação, pois tínhamos um sistema partidário “artificialmente” competitivo. Sendo assim, embora a grande importância da obra de Sartori na literatura política, devemos estar cientes dos limites comparativos da sua obra para todo tipo de democracia ou semi-democracia. A respeito deste tipo de preocupação teórica comparativa, Mainwaring (2001, p.51) aponta que “não se pode simplesmente transferir para casos mais recentes análises realizadas na Europa Ocidental”. Por outro lado, salienta a importância do quanto “essas diferenças podem ser úteis para sugerir novas perguntas” (MAINWARING, 2001, p.51). Concordando com Mainwaring, tais comparações de Sartori tornam-se relevantes, no caso desta dissertação, apesar dos limites impostos pelo contexto, na medida em que nos ajudam a estabelecer distinções.

Ainda, a fim de compreendermos, conforme diz Sartori (1982), que um partido é feito por partes articuladas que se completam no jogo partidário, tanto infrapartidário quanto interpartidos, torna-se pertinente examinarmos os partidos internamente. Portanto, devemos pensar os partidos, também, como uma estrutura hierárquica, com distintos padrões de promoção interna, composta por uma elite própria e com uma estrutura de poder particular. Assim, com o intuito de ampliar o escopo teórico, abordaremos a teoria partidária, segundo o prisma organizativo de Panebianco (2005). Este autor pressupõe que para compreender a

⁶ Segundo Sartori (1982, p.148) “o potencial de chantagem do partido eleitoral encontra seu equivalente no potencial de veto, ou, na verdade no poder de veto, do partido no parlamento, com relação à aprovação de leis. Se houver qualquer dúvida se um partido de chantagem deve ser incluído ou excluído, a questão pode ser estudada e verificada sob esse aspecto”.

organização partidária, primeiramente, teríamos que identificar a existência de alguns *dilemas* organizativos, uma vez que partidos são uma organização complexa, necessitando, assim, uma série de exigências para o seu estudo: “exigências contraditórias que qualquer partido, como organização complexa, deve, de uma maneira ou de outra, equilibrar” (idem, p.11).

A partir desta constatação, o autor estabelece o primeiro dilema organizativo: o **modelo racional** versus **modelo do sistema natural**, os quais se opõem mutuamente, quando comparados. No caso do modelo racional, “as organizações são, principalmente, instrumentos para a realização de objetivos específicos (e especificáveis)” (Idem, p.12). Segundo o autor, a respeito deste modelo, na literatura recente há uma série de objeções, sustentando, entre outras coisas, que os objetivos “reais” jamais são determinados *a priori*. Referendando-se em Michels (1960) para esta constatação, utiliza o seguinte argumento:

Muitas vezes o verdadeiro objetivo dos dirigentes das organizações não é tentar alcançar os objetivos em vista dos quais a organização se constitui, mas a manutenção da própria organização, a sobrevivência organizativa (e com ela a salvaguarda das próprias posições de poder) (Idem, p.13).

Em contrapartida ao modelo racional, o autor apresenta outro modelo, que seria o natural, o qual enfatiza que uma organização funciona através de uma lógica adaptativa, em virtude das diversas demandas sofridas por esta. Sendo assim, dentro desta lógica, no modelo racional a variável independente são os objetivos e a dependente a organização, no caso do modelo natural esta lógica se inverte. De acordo com Panebianco, a passagem de organização de uma estrutura racional para um estrutura natural é chamada de teoria da substituição dos fins, de autoria de Michels, pois segundo Panebianco (Idem, p.14-15) com o passar do tempo a sobrevivência se torna imperativa.

Esta abordagem “evolutiva” no tempo, indicada no parágrafo anterior, remete diretamente ao segundo dilema organizativo: **incentivos coletivos** versus **incentivos seletivos**, que muito influenciam na dinâmica infrapartidária. Panebianco definiu incentivos como sendo necessários e reais na lógica partidária, classificando-os em dois tipos: 1) os coletivos, que são os que dizem respeito a questão de identidade, solidariedade e ideologia e 2) os seletivos, que dizem respeito ao poder, status e bens materiais. Torna-se pertinente enfatizar que não há uma equidade a este respeito tornando-se, assim, mais um dilema a ser respondido pelos partidos. Segundo Panebianco:

um dilema organizativo: os dois tipos de incentivos estão em contradições recíprocas. Se a organização distribui muitos incentivos seletivos de forma

demasiadamente visível, isso tira a credibilidade do mito da organização como instrumento totalmente voltado para a realização da ‘causa’ (isto é, enfraquece a sua capacidade de distribuir incentivos coletivos). Por outro lado, se a ênfase se desloca muito para os incentivos coletivos, a continuidade organizativa (garantida principalmente pelos incentivos seletivos) fica comprometida (PANEBIANCO, 2005, p.20).

Grosso modo, podemos dizer que toda a organização partidária possui esse dilema, pois precisa “equilibrar a exigência de satisfazer **interesses** individuais por meio dos incentivos seletivos e a exigência de alimentar as **lealdades** organizativas que dependem dos incentivos coletivos” (Idem, p. 20, grifo do autor). O autor realça que os incentivos coletivos estão muito associados ao projeto oficial partidário, de caráter mais ideológico, a fim de fomentar uma coesão dentro da estrutura interna partidária (infrapartidário). Logo, podemos fazer a seguinte constatação: 1) incentivos seletivos movem a organização ao modelo natural e 2) interesses coletivos movem na direção do modelo racional.

Da mesma forma que existe uma dialética entre benefícios coletivos e seletivos nos partidos, também há uma luta entre os fatores de “sobrevivência” externa e interna, tonando-se o terceiro dilema organizativo, que o autor denominou **adaptação ao ambiente** versus **predomínio**: “toda organização será impulsionada ao mesmo tempo, em duas direções contrárias: será tentada a colonizar o próprio ambiente por meio de uma estratégia de domínio, mas também a pactuar com ele por meio de uma estratégia de adaptação” (Idem, p.24). Assim, o autor realça o quanto o ambiente determina e influencia na equação deste dilema:

O partido tem, por um lado, a exigência de alcançar um “acordo” com o próprio ambiente externo, de “adaptar-se” de alguma forma a ele. [...] mas, por outro lado, sendo também um instrumento para a realização dos seus objetivos oficiais – dos quais dependem as lealdades alimentadas pelos incentivos coletivos –, o partido pode não se adaptar passivamente ao próprio ambiente; deve, inevitavelmente, desenvolver atividades que o levem a dominá-lo, a conduzi-lo na direção pelos objetivos oficiais (Idem, p.25)

Tal dilema adaptação/predomínio sofre influência dos interesses e incentivos partidários. Pois, 1) quanto mais prevalecer os incentivos seletivos, mais a organização tenderá a se adaptar ao ambiente e 2) quanto mais prevalecer os incentivos coletivos, mais a organização desenvolverá estratégias de predomínio, com o objetivo de impor a sua ideologia/objetivos fins.

Finalizando, Panebianco também destaca a existência do quarto dilema organizativo da **liberdade de ação** versus **coerção organizativa**. Neste caso, enfatiza que a liberdade de ação dos líderes são negociadas, tanto explícita como implicitamente; neste caso, a partir das pluralidades de coalizões que há dentro da própria máquina partidária.

O quarto dilema organizativo consiste, pois, na presença simultânea de mecanismo poderosos, que tendem a limitar a todo momento a liberdade de manobras dos líderes organizativos, e de esforços contínuos por parte destes últimos para evitar esses limites e ampliar ao máximo a própria liberdade de manobra (Idem, p.29).

Este quarto dilema liga-se aos anteriores na seguinte dinâmica: 1) se a “liberdade de manobra” for mais restrita, a coalizão majoritária não irá dispor de maiores recursos para modificar a estratégia original, mesmo se o ambiente assim o exigir e 2) se houver liberdade de manobra suficiente, a coalizão poderá mais facilmente alterar as estratégias de domínio ou de adaptação, em face das pressões ambientais (Idem, p.30).

De acordo com a apresentação desses dilemas, Panebianco começa a elaborar o seu modelo teórico: “o modo pelo qual essas exigências são efetivamente sopesadas contribui para definir uma dimensão central da ordem organizativa do partido” (Idem, p.33) No entanto, ressalta que não se pode formular nenhuma “lei férrea” da evolução organizativa de partido, uma vez que a evolução será combinada por uma série de fatores, e entre esses, adquire grande importância o ambiente onde se processou a gênese partidária. Com o intuito de buscar uma linha de “evolução” partidária o autor, primeiramente redefine a acepção de Michels da teoria de *substituição dos fins por articulação dos fins* e, posteriormente, dialoga com Pizzorno, enfatizando a tendência dos partidos transformarem-se de um sistema de solidariedade para um sistema de interesses: “quando um partido político se constitui, ele é uma ‘associação entre iguais’, organizada para a realização de um fim comum [...] com o passar do tempo, o partido tende a transformar-se de sistema de solidariedade em sistema de interesses” (Idem, p.35).

Grosso modo, ressalta que no seu momento inicial predominam certas exigências, já numa fase posterior predominam outras exigências; sendo que, somente através de um processo de institucionalização organizativa⁷ que certas mudanças evolutivas se definirão: de uma passagem do modelo racional para modelo natural; do predomínio de incentivos coletivos para o predomínio de incentivos seletivos; de uma fase de liberdade de escolhas dos líderes para o acatamento das diretrizes organizativas; de um fase de dominação do ambiente para uma fase de adaptação ambiental. Embora a linearidade evolutiva apresentada, o autor adverte: mesmo que se procurássemos uma história “natural” válida para cada partido, esta

⁷ Nas palavras de Panebianco: “Por institucionalização entendo, de acordo com o uso comum, a consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis” (Idem, p. 36).

vai ser processada de acordo com o tempo transcorrido, respeitando as rupturas, evidenciando as discontinuidades e mudanças, delimitando assim as modificações da direção do partido ao longo do seu percurso (Idem, p.39). Mediante o exposto, o autor estabelece um modelo de estruturação partidária em três fases: gênese, institucionalização e maturidade:

QUADRO 1: MODELO DE ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA

FASE I	FASE II	FASE III
Sistema de Solidariedade	INSTITUCIONALIZAÇÃO	Sistema de Interesses
1) Modelo Racional: o objetivo é a realização da causa comum. Ideologia manifesta		1) Modelo dos Sistema Natural: o objetivo é a sobrevivência e o equilíbrio dos interesses específicos. Ideologia Latente
2) Prevaecem os Incentivos Coletivos (participação do tipo movimento social)		2) prevaecem os incentivos seletivos(participação profissional)
3) Ampla liberdade de manobra dos líderes		3) Liberdade de manobra restrita
4) Estratégia de domínio sobre o ambiente		4) Estratégia de adaptação ao ambiente

Fonte: Panebianco (2005, p.38)

Portanto, além de ressaltar a importância das subunidades internas e da forma como estas se articulam, Panebianco introduz na análise elementos relativos às dinâmicas decorrentes dos “dilemas organizativos”, como fundamentais, para que se compreenda o processo de “evolução” de um partido, sua gênese e adaptação ao ambiente.

Retomando o objeto desta dissertação, tais elucidações ganham relevância, devendo ser consideradas tanto no que diz respeito a gênese, evolução e aceitação do MDB-PMDB no campo eleitoral, como com relação às estratégias de ação dos PC’s. Quanto ao uso do conceito de institucionalização, é preciso cautela uma vez que em estados autoritários a estabilidade partidária é diluída ou comprometida pelos atos de exceção do regime.

Ainda, em relação à estrutura interna do partido, além das suas características intrínsecas organizacionais e dos incentivos advindos da estrutura partidária, devemos, também, compreender os **componentes** partidários, ou seja, quem realmente faz o partido, o corporifica e o consolida. Mais especificamente: 1) Quem são os militantes?; 2) Quem são os dirigentes? e 3) Como se forma a estrutura hierárquica no interior do partido na luta pelo poder? Para análise do corpo partidário devemos pensá-lo como círculos concêntricos: na área mais externa os eleitores, na mais interna os filiados. Da mesma forma dentro do *staff* dos filiados também é preciso considerar a intensidade de adesão dos filiados à militância partidária. No dizer de Duverger (1970).

O militante é o adepto do partido, sobre o qual repousa sua atividade essencial. No círculo de adeptos nitidamente distintos da massa, que assistem regularmente às reuniões, participam da difusão das palavras de ordem, apoiam a organização da propaganda, preparam as campanhas

eleitorais. Esses militantes formam uma espécie de comitê no interior da seção. (DUVERGER, 1970, p.145-146).

Duverger faz referência ao conceito de militantes, porém salienta distintivamente que não devemos confundir os militantes com os dirigentes: “não são chefes, mas executantes, sem eles, não haveria verdadeira execução possível” (DUVERGER, 1970, p.146). De acordo com este autor, há três círculos de participação: 1) os eleitores, que votam nos candidatos do partido; 2) os simpatizantes, que além de votar no partido o defende e o apoia e 3) o círculo interno de militantes; estes sim membros efetivos do partido (Idem, p. 126-127).

Como podemos perceber a composição partidária, a partir desta caracterização de Duverger (1970), constitui um todo complexo, o qual vai se fechando em instâncias cada vez menores, ou círculos internos, desde o “simples” eleitor, até chegar no seu grau máximo de importância na estrutura partidária que são os dirigentes partidários. Panebianco, a seu tempo, amplia estes conceitos. Para tanto utiliza-se de dois tipos de engajados dentro do partido: os crentes e os carreiristas. Sendo que, por carreiristas temos o tipo de filiado que está na arena partidária muito mais por incentivos seletivos, materiais ou de *status*; já no outro pólo, temos os crentes, que são aqueles mais ligados ao partido, através dos seus vínculos e objetivos oficiais, sendo que é a presença desses crentes que impede que o partido mude totalmente a sua rota partidária. Portanto, poderíamos dizer que eles mantêm o rumo ideológico do partido (PANEBIANCO, 2005, p.53-54). Ainda, este autor salienta um elemento importantíssimo que é a questão de poder na lógica infrapartidária entre os atores que compõem o corpo partidário:

[...] o poder é relacional, assimétrico, mas recíproco. Manifesta-se numa “negociação desequilibrada”, numa relação de troca desigual, em que um agente ganha mais do que o outro. Sendo uma relação de troca, ou melhor, manifestando-se por meio dela, o poder nunca é absoluto, os seus limites estão implícitos na própria natureza da interação. Com efeito, o poder só pode ser efetivamente exercido satisfazendo, ao menos em parte, as exigências e as expectativas dos outros e, portanto, paradoxalmente, aceitando ser submetido ao seu poder. Em outras palavras, a relação de poder entre um líder e seus seguidores deve ser concebida como uma relação de troca desigual, na qual o líder ganha mais do que os seguidores, mas, apesar disso, deve dar algo em troca. (PANEBIANCO, 2005, p.45)

Nesta questão de poder dentro das instâncias da vida partidária, segundo Panebianco, muitas vezes às trocas são assimétricas; o que implicará, necessariamente, em formas diferentes de militância/adesão partidária. No tocante a esta abordagem, pode-se dizer que quando tecemos comentários a respeito de partido, suas unidades internas e seus componentes

(quadro partidário), torna-se um tanto complicado definirmos com clareza os perfis de militantes e as diferentes lógicas de adesão partidária, uma vez que perfis de militantes e formas de adesão recaem em “tipos ideais”. De qualquer modo, devemos pensar nestes perfis como arquétipos, pois sabemos que os engajados num partido não são todos iguais, e por mais que se tente uma aproximação de um tipo ideal de militante acabaríamos caindo em um reducionismo.

A esse respeito são importantes as considerações feitas por Albert Hirschman em seu livro, *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados* (1973), no qual o autor tece algumas considerações a respeito de adesão quando fala sobre o grau de lealdade de alguns militantes dentro da arena partidária. O autor enfatiza que o grau de lealdade de um militante pode ser variável, mas realça que há um grupo específico de militantes/aderentes para os quais uma saída é inconcebível, tornando-se membros altamente leais; sendo assim os mesmos procuram fazer uso da sua voz como instrumento político, tentando mudar o rumo do partido quando assim acharem necessário, pois segundo Hirschman (1973, p.26) “a voz é a ação política por excelência”. Desse modo, quando não se faz o uso da saída e aciona-se a voz, operacionaliza-se, portanto, outro elemento importantíssimo da teoria de Hirschman (1973) que é a lealdade, pois em situações díspares, quando os agentes optam em usar a voz demonstram um forte sentimento de lealdade para com as organizações políticas, uma vez que “a lealdade põe de lado a saída e ativa a voz” (Idem, p.83). Logo, a lealdade é um componente muito caro neste esquema, pois demonstra o quanto os indivíduos/militantes estão realmente agregados à organização, acreditando na sua estrutura e preferindo lutar dentro dela, evitando uma saída. Ainda, outro dado importante é entender que lealdade somente existe quando há múltiplas oportunidades do indivíduo sair e ele, mesmo assim, prefere ficar e reitera o uso da voz.

Dando continuidade ao enfoque deste assunto de lealdade partidária, Alessandro Pizzorno em seu artigo, *Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional*, (1988), sustenta e dá continuidade ao argumento de Hirschman (1973), dizendo que há diferentes perfis de lealdade, do que vai de um militante mais intensamente leal até outros menos leais. Para tanto, constrói os seguintes perfis:

- a) os membros de baixa lealdade, para os quais a saída é praticamente sem ônus;
- b) os membros de “alta lealdade”, para os quais a saída é subjetivamente difícil e, portanto onerosa; esses membros ficarão presos à organização por um período um pouco maior;
- c) os identificadores, para os quais a saída não é concebível e com relação aos quais a barreira à saída é, tal como foi, de altura infinita. (PIZZORNO, 1988, p.369).

Retornando ao ponto anterior de Panebianco (2005), no qual ele fazia menção a respeito dos crentes, podemos dialogar com Hirschman (1973) e Pizzorno (1988), tecendo semelhanças a respeito das abordagens e relacionando o perfil dos crentes ao perfil dos membros de “alta lealdade”, assim como os identificadores. Pois, de acordo com Panebianco é através das lealdades organizativas que o partido atinge o caráter de “*community of fate*”, sendo que é através deste sentimento de lealdade que se dá vitalidade ao “*party building*” (PANEBIANCO, 2005, p.102). Corroborando com estes enfoques, é a partir do sentimento de lealdade que se estabelece um sentido de autoconservação e que dá corpo ao partido, prevenindo-o da sua permanente tensão e evitando possíveis saídas futuras dos seus militantes (HIRSCHMAN, 1973). Ainda, quanto aos crentes (PANEBIANCO, 2005), estes crêem realmente no rumo do projeto da organização, sendo que para eles uma saída seria sempre por demais onerosa e inconcebível: primeiro, pela fé que ele tem na organização; e segundo, por que através da sua presença, enquanto militante ativo e se utilizando como instrumento do uso da voz (HIRSCHMAN, 1973), ele iria tentar mudar o curso da organização, caso ele julgasse que algo errado estivesse ocorrendo no partido.

Referindo-se especificamente à elite partidária, Panebianco desenvolve o argumento de que dentro de uma organização existem diversas coalizões internas. Quanto a estas diversas coalizões, de acordo com o autor, há uma coalizão dominante, que seria a da elite dirigente partidária. Sendo que, para a existência dessa coalizão se faz necessário um amplo arco de alianças transversais (entre alguns líderes nacionais e líderes locais), do mesmo modo isto implicaria a estes líderes deterem certos tipos de poder, que serão operacionalizados pela distribuição de incentivos - tanto nas zonas hierárquicas verticais, quanto nas zonas horizontais, ou seja, entre os que seriam os seus pares. Logo, podemos inferir que a disputa de poder entre a coalizão dominante é um tanto quanto fluída entre os diferentes líderes que a compõem, uma vez que a liderança “suprema” pode alternar, de acordo com a distribuição desses incentivos, mudando, assim, a fisionomia das elites no poder do partido.

As teses aqui reunidas, segundo as quais os líderes de partido, na qualidade de empresários políticos, têm como principal objetivo manter o controle que detêm sobre a própria empresa, podem ser reformuladas afirmando-se que o objetivo fundamental da liderança é a manutenção da estabilidade organizativa. Por estabilidade organizativa entendo a conservação das linhas de autoridade internas ao partido, da configuração do poder legítimo. Essa configuração é continuamente ameaçada pelos desafios ambientais que podem, a todo momento, colocar em dificuldade a organização e, assim, oferecer armas às elites minoritárias (que esperam justamente a ocasião para

colocar em discussão a estrutura do poder da organização)(PANEBIANCO, 2005, p.83)

De acordo com Panebianco a estratégia dos líderes, a fim de garantir a estabilidade organizativa, não pode ser preestabelecida, uma vez que ela dependerá do equilíbrio de forças dentro das instâncias internas do partido (PANEBIANCO, 2005, p.85). Sendo assim, além do partido ter que se organizar adaptativamente de acordo com os mecanismos externos ao próprio meio, este também tem que se organizar, conforme foi evidenciado, de acordo com os vários mecanismos internos, em síntese, em face dos diferentes grupos que dele fazem parte, por mais que tenha a pretensão de aparentar ser coeso e disciplinado. Portanto, partindo destas premissas, a respeito de componentes internos, pode-se afirmar que até mesmo a própria elite dirigente não é, necessariamente, tão coesa, sendo necessário a fim de manter-se nas instâncias do poder, estabelecer coalizões e fecharem acordos tácitos entre os vários grupos que a compõem. Segundo Panebianco:

[...] é necessário observar que tanto uma coalização dominante coesa quanto uma coalizão dominante dividida são o resultado de alianças entre grupos: o que varia é o grau de organização dos próprios grupos [...] além disso, quando se passa a examinar os grupos, facções ou tendência que sejam, descobre-se que eles também na maioria dos casos, são o resultado de alianças de grupo menores [...] o ponto importante é que, de qualquer forma, a coalizão dominante é uma aliança de alianças, uma aliança entre os grupos, que, por sua vez, são coalizões de grupos menores (PANEBIANCO, 2005, p.76).

Finalizando esta unidade e com base no que foi trabalhado, podemos fazer as seguintes considerações: 1) que o ato de militar pressupõe o engajamento a uma determinada causa específica, o que implica uma crença na organização política/partidária que servirá como veículo para a sua militância; 2) que um determinado partido é composto para vários grupos ou, como diria Sartori, várias subunidades; e as mesmas por sua vez, são compostos por militantes e elites e 3) que as elites partidárias são resultantes de coalizões das várias alianças, que os diferentes grupos estabelecem a fim de manter uma coesão organizativa. Ainda, torna-se pertinentes reafirmar que esses diferentes grupos são produto tanto da organização interna partidária (locais ou nacionais), quanto reflexo de outras instâncias “externas” à agremiação partidária, como sindicatos, empresários, movimentos sociais, etc., os quais interagem na formação do ambiente partidário, conforme Panebianco: “ambiente é uma metáfora para indicar uma pluralidade de ambientes , de arenas na quais cada organização age quase sempre simultaneamente; arenas que geralmente são interdependentes e comunicantes entre si, mas

também distintas” (Idem, p.23). Portanto, consideramos que a militância partidária, também, pressupõe o engajamento/adesão em várias instâncias e grupos de pressões, tanto interna, quanto externamente, formando, assim, o campo político de atuação do partido.

Retomando o objeto desta dissertação que trata de partidos dentro de outro partido, enfatizamos que o MDB-PMDB servia como tática política para os partidos comunistas poderem se estruturar em virtude da ditadura militar que os perseguiam, ou seja, tratava-se de uma *estratégia de adaptação* de acordo com as características do *ambiente* onde era empreendida a luta. Portanto, ao analisarmos esses três partidos - MDB-PMDB, PCB E PCdoB - procuramos levar em conta o contexto político em que estes partidos se inseriam, com suas características diferenciadoras claras. Também, torna-se importante realçar que esses três partidos têm direções partidárias próprias, segundo a acepção de Panebianco: coalizões dominantes. Assim sendo, precisaríamos analisar do ponto de vista tático como essas diferentes direções conduziram políticas comuns, de modo a construir alianças e estratégias de médio e longo alcance, com o objetivo tanto de sobreviver politicamente, quanto vencer a ditadura nas brechas que se apresentaram ao longo do regime militar.

1.3- PARTIDOS MARXISTA-LENINISTAS

Neste subtítulo estaremos apresentando algumas características de Partidos Comunistas ou, melhor dizendo, partidos marxista-leninistas no que condiz as questões de centralismo-democrático, assim como estratégia e tática. Também, discutiremos sobre a gênese do PC nacional, assim como qual foi o seu percurso e as suas rupturas ao longo da sua trajetória. Torna-se pertinente realçar que não nos deteremos muito extensivamente neste segundo item, uma vez que este tema já foi extremamente abordado como objeto de estudo na literatura que trata sobre o tema, optamos, assim, por uma descrição sucinta e breve. Logo, o que se torna mais importante reter neste segundo item é o entendimento sobre a primeira grande fissura do partido comunista no Brasil.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o caráter ontológico de um partido marxista-leninista seria a tomada de poder do Estado burguês. Segundo a concepção clássica marxista, o Estado é o centro da dominação política de uma classe e o estado capitalista representa o domínio da burguesia sobre o conjunto de uma formação social (FERNANDES, 1987, p.32).

Se o estado é o produto da insociabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, “afastando-se cada vez mais da sociedade”, é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma

revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante (LENIN, 1987 apud VECHIA, 2005, p.35).

Conforme nos afirma Florestan, se coube a Marx dar luz à teoria chamada de marxista, em virtude de suas considerações baseadas, entre outras coisas, numa leitura dialética da sociedade, através da análise desta sob a perspectiva dos modos de produção e enfatizando a existência de uma contínua luta de classes, foi Lenin, no entanto, quem sistematizou mais a fundo as questões de partido. Assim, Marx desenvolveu as chaves analíticas e críticas da realidade e Lenin contribuiu aperfeiçoando a idéia de partido de vanguarda, por isso a denominação institucionalizada de partido marxista-leninista⁸ (FERNANDES, 1987 e 1978.).

Começando pelo conceito de centralismo democrático, talvez seja esse o ponto que melhor represente a estrutura do modelo Leninista de partido. Lúcio Magri o define em dois momentos:

onde o momento centralista governa a direção unitária do partido, que com a disciplina compromete a todo militante com a realização da linha geral definida e a execução dos objetivos específicos que concordaram em alcançar. O momento democrático, em troca, garante que a linha do partido se decidirá através de um cotejo livre e geral das idéias e com a adoção das teses prevaletentes (MAGRI, 1978 apud CÁNEPA, 1988, p.26).

A sistematização da proposta por Lenin visava à criação de um partido centralizado na sua ação e dividido em células partidárias, ou seja, pequenos agrupamentos, de 3 a 7 membros, justamente em função da necessidade da clandestinidade face à violência da monarquia russa. Logo, foi numa realidade específica que tais concepções surgiram, tornando-se por isso necessário redimensioná-las à luz das discussões em que são colocadas nos diferentes contextos. (VECHIA, 2005).

Num trabalho em que compara as reflexões de Marx e Lenin sobre Partido Político Operário e as interpretações de diferentes autores sobre a questão, Cánepa as sintetiza, nos seguintes termos:

a) existem diferenças entre as concepções de Marx e Lenin a respeito do partido político operário; b) tais diferenças se dão, em grandes linhas, no sentido de uma maior autonomia do político em Lenin; c) e decorrem das diferentes situações históricas concretas vividas por cada um; d) ambos se assemelhariam, no entanto, quanto ao fato de não pensarem um tipo de partido com pretensões de validade universal, independentemente das condições históricas-sociais concretas. (CÁNEPA, 1988, p.28).

⁸ Segundo Florestan (1978, p.22) “Sem ignorar que qualquer transformação política possui uma base econômica e social concreta, Lenin desvendou, mais que os outros pensadores marxistas, o grau de autonomia relativa do político e a intensificação dessa autonomia nos momentos de crise e de revolução. Com ele, o marxismo torna-se politicamente operacional, o que explica porque, depois dele, converte-se em marxismo-leninismo”.

Ainda, outra questão importante para os partidos marxista-leninistas são os conceitos de estratégia e tática. De origem militar e, posteriormente, utilizadas amplamente como referência a ações concretas de natureza as mais variadas, a estratégia, em geral, refere-se a ações macro, ligadas aos objetivos de longo prazo (“fins último” para alguns), e as táticas referem-se às ações práticas adequadas a cada momento específico, com o objetivo de melhor encaminhar a “luta” final⁹.

Na tentativa de melhor esclarecer as noções de estratégia e tática freqüentemente referidas pelos PC's, citamos duas passagens de Stalin, no seu texto, *A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos*, (1989), em que tece considerações a respeito da distinção destes dois elementos que se combinam mutuamente num processo de luta política. O entendimento da concepção de Stalin torna-se importante, pois além do caráter “didático” das suas explanações, Stalin foi uma das principais referências teóricas utilizadas por um longuíssimo tempo pelos comunistas no Brasil:

A estratégia, pois, deve apoiar-se inteiramente nos dados da teoria e do programa do marxismo. [...] A teoria marxista, ao estudar os processos objetivos do capitalismo no seu desenvolvimento e declínio, chega à conclusão de que, a queda da burguesia e a conquista do poder pelo proletariado são inevitáveis, de que é inevitável a substituição do capitalismo pelo socialismo. A estratégia proletária só se pode chamar efetivamente marxista, quando essa conclusão fundamental da teoria marxista se torna a base da sua atividade (STALIN, 1989, p.20).

Dando continuidade a sua argumentação, Stalin definiu que a estratégia apropriada é o elemento decisivo para desferir o golpe final na luta contra a burguesia: “O plano estratégico é o plano da organização do golpe decisivo” (STALIN, 1989, p.21), ou seja, a transformação revolucionária através da tomada do Estado burguês. Quanto à tática, Stalin infere que esta é uma parte integrante da estratégia, conforme segue:

A tática é uma parte da estratégia, à qual se subordina e à qual serve. A tática não se ocupa da guerra no seu todo, mas dos seus diferentes episódios, das batalhas, dos combates. Se a estratégia visa vencer a guerra ou levar a termo, por exemplo, a luta contra o czarismo, a tática, pelo contrário, visa ganhar determinadas batalhas, determinados combates, realizar com êxito esta ou

⁹ Devemos salientar, que tanto a tática, quanto a estratégia poderá ser de curto e longo prazo, respeitando as condições e os limites objetivos onde se dará a luta em curso, como poderemos ver adiante ao longo desta dissertação. Nas palavras de Florestan Fernandes: “Em resumo, o partido revolucionário precisa comportar-se como uma vanguarda consciente, responsável e corajosa: cabe-lhe montar a tática e escolher as palavras de ordem ajustadas a cada situação, avançar sempre, estabelecer a melhor ligação possível e insuperável entre os fins imediatos e os fins permanentes ou gerais do movimento socialista” (1978, p.38).

aquela campanha, estas ou aquelas ações mais ou menos correspondentes à situação concreta da luta em cada momento dado [...] A missão mais importante da tática consiste em determinar os caminhos e os meios, as formas e os métodos de luta, que correspondam do melhor modo à situação concreta existente em determinado momento e que preparem de modo mais seguro os êxitos estratégicos (STALIN, 1989, p.23).

De acordo com o próprio Lenin (1989):

Por tática de um partido entende-se a sua conduta política ou o caráter, a orientação e os métodos da sua atuação política. O congresso do partido adota resoluções táticas para definir de modo preciso a conduta política do partido no seu conjunto em relação com as novas tarefas ou em vista de uma nova situação política (LENIN, 1989, p.73).

Em síntese, na acepção marxista a tática é componente da estratégia, dito de outra maneira, a tática é o meio/método para se chegar à estratégia final: o socialismo. Dado tais pressupostos da atuação política, entende-se porque muitas discussões e interpretações se fizeram presente no seio do marxismo internacional, assim como nacional, a fim de discutir sobre que tipo de política deveria ser implementada, bem como a estratégia e a tática mais acertada a ser adotada na luta contra o capitalismo. A partir disso, premissas, resoluções e programas vivenciaram ao longo da trajetória dos partidos comunistas concepções distintas e, como era de se esperar, rachas decorrentes de interpretações diferenciadas do contexto e, portanto, da linha mais acertada (correta) de atuação política. No caso do Brasil, a unidade do PC vicejou até o início dos anos 60, quando foi quebrada, dividindo-se em dois partidos, os quais, como já dissemos, se reivindicam até hoje, como os verdadeiros herdeiros do histórico partido comunista de 1922, com acusações mútuas de reformismo, dogmatismo, oportunismo, etc.

Quanto à formulação teórica dessa questão, Mercedes Cánepa (1988, p.65) enfatiza que o militante vive em uma permanente ambigüidade: de um lado produzir conhecimento científico, a fim de intervir na realidade; de outro lado, acatar a decisão da maioria, mesmo quando os resultados diferirem das suas conclusões, tornando, assim, um dilema para os partidos marxista-leninista:

Esta ambigüidade está na raiz de muitas dissensões – formação de fração e mesmo cisões – no interior destes partidos. Assim sendo, poderíamos sugerir que, ao contrário do que se tem afirmado algumas vezes, a causa destas dissensões encontrar-se-ia menos na presença de uma perspectiva dogmática (embora muitas vezes busque-se por aí a “certeza” de que falamos) e mais na natureza do Partido – sua necessidade de levar o movimento adiante e de organizá-lo de acordo com as “particularidades” concretas que se apresentam (Idem, p.65-66).

Quanto às diferentes interpretação e divergências que transcorreram na trajetória dos comunistas brasileiros, veremos adiante ao longo da dissertação, pois esses entendimentos serão muito importantes quando tratarmos sobre as eleições de 1982. Assim, é importante compreendermos a forma de estrutura particular de organização de um partido marxista-leninista, num contexto em que o corpo partidário se estrutura através de células pequenas e clandestinas, com o objetivo de manter a integridade física de seus militantes. Logo, entender os PC's dentro do MDB-PMDB é dialogar com estes mecanismos: legal/ilegal, tática/estratégia, entre outros, pois são elementos que nortearam a dinâmica interna partidária e deram a caracterização diferencial dos militantes dessas organizações em distinção aos demais militantes que operavam dentro do *locus* do MDB-PMDB, pois viviam numa ditadura militar, precisando, assim, rígidas normas de segurança.

1.4 – PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL: DA GÊNESE À RUPTURA

O surgimento do partido comunista no Brasil dá-se como reflexo das lutas surgidas no país no final do século XIX e início do século XX, principalmente entre grupos socialistas dispersos e elementos do anarco-sindicalismo, muito fortes no período. Também, é relevante destacar a força motriz e a influência impulsionadora da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, como exemplo para a consecução de um partido com caráter comunista na cena política brasileira, sendo este fundado em 1922. Primeiramente, torna-se relevante esclarecermos o seguinte: o partido nasce com o nome oficial de Partido Comunista do Brasil e utiliza-se institucionalmente ao longo do seu percurso, inclusive em eleições da sigla PCB; outro elemento em destaque a respeito do PCB, em seu nascedouro, era que este partido não era um partido com muito relevo e amplitude com as massas, conforme eles pretendiam. No entanto, com o final da década de 20 e início dos anos 30 a configuração no Brasil muda, pois entram em cena novos elementos, há uma mudança na estrutura de poder com a quebra das oligarquias da velha política regional; também, a seu turno, temos a inclusão da figura mítica de Prestes ao *staff* do PCB, dando outra conotação e uma maior popularidade ao partido (SILVA, s/d).

Neste ínterim o PCB dá uma guinada na sua política, através de uma via mais obreirista, a qual destituía dirigentes partidários considerados intelectuais e guindando à direção quadros operários, sendo criado neste percurso o BOC – Bloco Operário e Camponês, em 1927; da mesma forma o ingresso de Prestes e seus tenentes, dá uma coloração um tanto mais militarista ao PCB. Nos anos 30 é criada a ANL (Aliança Nacional Libertadora), como sendo uma expressão mais popular do PCB, a fim de expandir as políticas democráticas, bem

como a luta anti-fascista em curso no mundo e, especialmente, no Brasil. Este conjunto de lutas políticas, bem como essa ampliação do PCB em diversas camadas sociais como operários, intelectuais e militares terão um ascenso e um reflexo positivo, na ampliação da base partidária, assim como na sua rede de influências.

Sem entrarmos em considerações específicas das mobilizações de meados da década de 30 (ALN e Integralistas), tal ascenso implicou, também, em uma onda repressiva, podemos perceber isso com a luta anti-comunista implementada por Vargas em seu governo, principalmente a partir do Estado Novo, na qual os comunistas foram amplamente e sistematicamente perseguidos, presos e, no caso dos estrangeiros, deportados. Neste período o partido mergulhou numa dura clandestinidade, necessitando reorganizar o seu Comitê Central e neste processo de refluxo, implementando uma política na luta em favor da redemocratização e contra o fascismo, assim como pela anistia política, pois eminentes comunistas durante o Estado Novo encontravam-se presos, inclusive Prestes. Mas, com o fim do Estado Novo, em 1945, e conseqüentemente com o fim do governo Vargas, o PCB toma um novo impulso, pois nas primeiras eleições do período de redemocratização constituiu-se uma expressiva bancada de comunistas eleitos¹⁰ (CARONE, 1982a; CHILCOTE, 1982).

Porém, a política de legalidade ao PCB não perdurou por muito tempo, uma vez que logo voltaria a ser cassado, em 1947, ou seja, entraria novamente na clandestinidade. Porém, diferentemente do período anterior o PCB manteve o seu ascenso na luta e no cenário brasileiro, com amplo arco de força e influência na sociedade, pois o período era outro, mesmo com a eleição de 1950 dando posse a Getúlio Vargas. Neste período, de forma emblemática, temos a consolidação do PTB patrocinada por Vargas, através do sindicalismo e populismo, avançando sobre as bases operárias que poderiam ser do PCB. Também, nos anos 50 começa a se estruturar as primeiras grandes fraturas e/ou divergências no seio do PCB, talvez um dos pontos de partida seja o ano de 1956, no qual Kruchev anuncia os crimes atribuídos a Stalin, dando suporte e debates para incontáveis e acaloradas discussões (SILVA, s/d).

Este tema dá origem a uma série de debates dentro do PCB. Formam-se, assim, três grupos com posições distintas, o mais destacado seria o grupo de Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender que assumem uma posição de abrir o debate a respeito dos crimes atribuídos a Stalin; do outro lado o grupo de João Amazonas, agindo com reservas a respeito

¹⁰ No processo eleitoral de 1945, o PCB tornou-se a quarta força política do Congresso Nacional, tendo o partido eleito 14 deputados federais e um senador, Luiz Carlos Prestes. Posteriormente, nas eleições de 1947, elege 45 deputados estaduais, em 15 diferentes estados (CHILCOTE, 1982, p.321).

das denúncias e o terceiro grupo, que não vicejou, era liderado por Agildo Barata. As discussões serviram para acelerar outras fissuras que estavam vivas dentro do PCB, insufladas por divergências não somente quanto à tática partidária, mas, também, acerca da estratégia aprovada nos Congressos do partido ao longo da década de 50, assim como a discussão da linha política apropriada e adotada para o Brasil. No início da década de 60 essas fissuras se cristalizam, pois em virtude dos debates acerca das denúncias ocorridas, bem como das resoluções dos Congressos que se seguiram, ocorre o advento do V Congresso do Partido, realizado em 1960 - resultado: somado estes fatos que se arrolaram ao longo dos anos 50 e início dos 60, com outros fatores conjunturais e particulares da política brasileira, no período, o partido decide mudar o seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Tal atitude fora, obviamente, duramente atacada pelo grupo de João Amazonas que decide manter e refundar o Partido Comunista do Brasil, sendo que na visão destes não foi um racha, mas sim uma continuidade às políticas históricas que deveriam ser mantidas. Assim, além da manutenção do nome, institucionalizaram-se politicamente a partir deste momento com a sigla PCdoB. (SILVA, s/d).

Na esperança que seu registro fosse aceito pelo Superior Tribunal Eleitoral, em 1960, mudam o seu histórico nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro; e seus Estatutos são novamente modificados. A nova tática provoca acirrada crítica interna, grave cisão e a conseqüente formação do P.C. do B., liderado por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros. (CARONE, 1982b, p.2)

Ainda, quanto às discussões a respeito da linha tático-estratégica podemos observar que elas já estavam latentes dentro do PCB na década de 50, a partir do IV Congresso de 1954. Torna-se importante salientar que a grande ruptura deu-se com o advento das Declarações de Março de 1958, que se cristalizou no V Congresso de 1960. Esta primava por um viés etapista da política do PCB, numa clara aliança com a burguesia nacional, dando a este estrato social um papel preponderante na luta política, pois consideravam-na como força revolucionária, acreditando que ela tinha este aporte principalmente na luta contra o imperialismo e a favor do desenvolvimento econômico nacional. Tais premissas, modificavam o caráter estratégico da revolução brasileira, que de acordo com as Declarações de Março:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas **antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática**. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à

transformação radical da estrutura agrária com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho (...). Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as **condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final**, da classe operária (CARONE, 1982a, p.184, grifo nosso)

Assim, para a consecução etapista da “revolução nacional e democrática”, o PCB esperava contar também com o apoio decisivo dos setores mais avançados da burguesia nacionalista em aliança com o proletariado, através de uma tática de frente única que tinha como intuito construir “amplas coligações eleitorais, que levem a vitória os nacionalistas e democratas” (CARONE, 1982a, p.184-194). Portanto, no início da década de 60, as teses do PCB colam taticamente na política do governo João Goulart e as suas Reformas de Base, numa aliança pacífica com a burguesia nacional, ratificando a premissa máxima da Declaração de Março: era a defesa da tese do “caminho pacífico da revolução brasileira” (SILVA, s/d, p.81).

Do lado da cisão oponente, o PCdoB acusa de revisionismo e traição do partido e do legado original do marxismo-leninismo os que constituíram o PCB, estabelecendo-se uma luta entre os dois partidos. Nas palavras de João Amazonas, que foi presidente do PCdoB:

Em agosto de 1961, contrariando as decisões do Congresso, sob o pretexto de obter a legalidade do partido, decidiram criar um novo partido. Era posto de lado o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Em seu lugar surgia o Partido Comunista Brasileiro. Foi retirado de seu estatuto que o partido se orientava pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário (AMAZONAS, 1990, p.246)

Oficialmente, em fevereiro de 1962, numa Conferência Nacional Extraordinária é reorganizado o PCdoB. Temos, assim, no seio da esquerda brasileira dois partidos comunistas consolidados: o PCB, hegemônico, chamado de reformista/revisionistas pelo PCdoB, e com amplíssimas bases populares, sindicais e intelectuais, ligado à política do Partido Comunista Soviético; e do outro lado o PCdoB, chamado de Stalinista pelo PCB, menor e com posição crítica a respeito da política de João Goulart, assim como da União Soviética, indo ao encontro da política maoísta do Partido Comunista Chinês. Tais posições e divergências, além de alimentarem antipatias mútuas, serão, também, responsáveis por outros desdobramentos e cisões no campo da esquerda brasileira.

Por enquanto, o importante é sublinharmos este marco de ruptura que fora oficializado em 1962, que ocasionou o paradoxo do Brasil ter dois partidos comunistas e sendo ambos internacionalmente assim reconhecidos. Sendo que, como era de se esperar, por motivos

óbvios, ambos passaram a disputar o espólio de herdeiro legítimo do velho partido fundado em 1922, com acusações mútuas e recíprocas de traição, revisionismo, stalinismo, etc., servindo de estopim para discussões, não somente para os militantes e dirigentes envolvidos na questão, mas, também, como instrumento de debate para a própria historiografia e ciência política. Estas questões serão retomadas adiante, quando analisarmos as posições diferentes dos dois partidos frente a conjunturas específicas no desenrolar da ditadura militar.

CAPÍTULO 2 – O MDB GAÚCHO NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL E A INFLUÊNCIA DAS NOVAS CLIVAGENS DO CAMPO DA ESQUERDA

INTRODUÇÃO:

Entre os objetivos deste capítulo está o entendimento das conseqüências advindas do Golpe Militar de 1964 na dinâmica política do Rio Grande do Sul, a fim de melhor compreender, posteriormente, os seus reflexos na eleição de 1982. Para tanto, torna-se necessário examinarmos como era a moldura política do sistema partidário do Rio Grande do Sul, no limiar do golpe, a fim de vermos como se processou a reconfiguração partidária a partir dos atos arbitrários da ditadura militar. Assim, é importante observarmos como se deu a acomodação das forças políticas dentro do MDB, partido de oposição ao regime; e, também, analisarmos as sucessivas eleições ao longo do regime militar – 1966, 1970, 1974 e 1978, a fim de vermos como se processou a construção partidária e a aceitação do MDB através do jogo político eleitoral.

Em segundo lugar, corroborando com o estudo do MDB, torna-se necessário estudarmos a linha tático-estratégica dos PC's nos anos seguintes ao Golpe militar. Para tanto, é importante verificar o percurso da aproximação dos comunistas dentro das instâncias do MDB, assim como, qual foi o trabalho em conjunto que eles desenvolveram para o processo de distensão do regime militar. Portanto, torna-se pertinente: 1) identificar como o MDB se legitimou politicamente como partido de oposição, de fato, ao regime militar e 2) compreender como se deu a acomodação dos PC's dentro da estrutura orgânica do MDB. Para facilitar a análise da política gaúcha dividiremos o presente capítulo em 3 períodos: 1) Período anterior ao golpe e início do golpe; 2) da consolidação do golpe até as eleições de 1974 e 3) após as eleições de 1974.

2.1- A POLÍTICA PARTIDÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL E O GOLPE DE 1964

No que tange à política do Estado do Rio Grande do Sul, uma primeira observação diz respeito a um padrão histórico de bipolarização política entre duas forças hegemônicas e igualmente antagônicas o que, segundo alguns analistas políticos, nos assemelham ao padrão platino de política (TRINDADE, 1979). Este autor aponta que este padrão dará origem a duas clivagens de fundamental importância no cenário político estadual: conservadores-autoritários

versus conservadores-liberais. Tal fato permite a caracterização de um modelo diferenciado de política gaúcha do resto do Brasil, em virtude destes fatores formativos.

Com o fim da ditadura Vargas e a redemocratização de 1945, um reordenamento político configura-se, em que os partidos, outrora regionais e com antigas clivagens maturadas, tiveram que se reorganizar sob um novo sistema partidário, agora com a exigência legal de partidos nacionais, o que implicou uma maior identificação da política regional com a política nacional¹¹.

No Rio Grande do Sul, podemos constatar o seguinte traço distintivo para com o resto do Brasil: 1) primeiro, uma bipolarização de alianças, sendo que uma girava em torno do PTB e a outra caracterizava-se como uma coligação liderada pelo PSD; sendo que esta bipolarização latente foi cristalizando-se gradativamente ao longo das sucessivas eleições do período, até o ponto de consolidar-se no Estado um antagonismo declaradamente anti-petebista por parte da coalizão partidária liderada pelo PSD; 2) o governo do Estado do Rio Grande do Sul sofria alternância nas suas sucessivas eleições; ora o governador eleito na respectiva eleição pertencia a aliança capitaneada pelo PSD; ora, no pleito seguinte, o governo ficava a cargo da coligação liderado pelo PTB, ou seja, intercalando-se no governo as respectivas coalizões e 3) a eleição da prefeitura da capital, Porto Alegre, funcionava como uma espécie de prelúdio do resultado da eleição para governador, que aconteceria nos próximos dois anos seguintes.

Assim, de acordo com as sucessivas eleições, tivemos a seguinte dinâmica: em 1947, o governador eleito foi Walter Jobim da aliança **PSD**/PRP/PCB; em 1950, o governador eleito foi Ernesto Dornelles da aliança **PTB**/PSDA/PSP; em 1954, o governador eleito foi Ildo Meneghetti da aliança **PSD**/UDN/PL; em 1958, o governador eleito foi Leonel Brizola da aliança **PTB**/PRP/PSP e em 1962, o governador eleito foi Ildo Meneghetti num amplo arco de aliança denominada Ação Democrática Popular (ADP), composta por **PSD**/PL/UDN/PRP/PDC/PSP, se contrapondo a um PTB cindido, em virtude da formação do MRT capitaneado por Fernando Ferrari, deputado federal pelo PTB, que rompe com o partido

¹¹ A bibliografia sobre o período é bastante ampla, bastando mencionar para o sistema partidário em âmbito nacional os trabalhos de LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945/64)**. Rio de Janeiro. Graal. 1983. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **A democracia populista (1945/1964): Bases e limites**. In.: **Como renascer as democracias**. Org.: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolivar & SCHVARZER, Jorge. São Paulo. Brasiliense. 1985. LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro. IUPERJ. 1991. Sobre o Rio Grande do Sul, NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. **Estatísticas Eleitorais do Rio Grande do Sul 1822/2002**. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2004. CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio grande do Sul (1945 – 1965)**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2005.

e cria o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), disputando, neste pleito, os votos na mesma seara do PTB. (NOLL & TRINDADE, 2004; CÁNEPA, 2005).

Portanto, o Estado, anteriormente ao Golpe Militar de 1964, apresentava um sistema partidário bem estruturado, herdeiro de velhas tradições políticas no cenário gaúcho, vivendo um quadro peculiar, se comparado com o resto do Brasil, principalmente pelas grandes coalizões que se evidenciavam a cada eleição para governador, ou seja, grandes arcos em torno do PTB e nas alianças Anti-PTB. Mercedes Cánepa referindo-se as características do sistema partidário gaúcho no período, afirma que:

Mantém-se assim por todo o período um **sistema próximo ao que Sartori define como “pluralismo moderado”** e, acrescentaríamos, em processo de consolidação, implicando, pois mudanças ou alterações decorrentes de seu próprio processo de constituição (CANÉPA, 2005, p.390, grifo nosso)

Para Sartori, pluralismo moderado seria a configuração de um sistema partidário que funciona contando com três a cinco partidos relevantes (SARTORI, 1982, p.201). Segundo o autor:

a estrutura do pluralismo moderado continua sendo bipolar. Em lugar de apenas dois partidos, encontramos em geral alinhamentos bipolares de coalizões alternativas [...] caracteriza-se por (i) uma distância ideológica relativamente pequena entre seus partidos relevantes, (ii) uma configuração de coalizão bipolar, e (iii) competição centrípeta” (SARTORI, 1982, p. 207).

O golpe de 1964 encerrou um ciclo, representando a reação das forças conservadoras composta pelos setores do empresariado-nacionais e internacionais, em conjunto com setores da classe média, sendo capitaneadas essas forças pelos militares, com a finalidade de contraporem o caráter populista-reformista da coalizão que girava em torno do PTB, através da figura de João Goulart. Faz mister ratificar, segundo Dreifuss (1981), que o golpe não foi um ato abrupto, mas sim um movimento gestado durante um longo tempo, por este bloco, com a finalidade de conquistar a tomada do Estado.

Por um período de quase dez anos, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista [...] quando os interesses multinacionais e associados notaram a dificuldade crescente em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios (DREIFUSS, 1981, p.106-107)

Tornam-se pertinentes alguns comentários a respeito de João Goulart e seu governo, no limiar do Golpe. Jango era um político herdeiro do legado de Vargas, que emergira no cenário político durante os anos 50, sendo vice de Jânio Quadros e assumindo a Presidência quando esse renuncia; contando para isso com o movimento da legalidade, promovido por

Brizola, seu cunhado, no Rio Grande do Sul. Tais atos, de Goulart e Brizola, assim como o peso da política populista-nacionalista, calcada em cima das reformas de base, causava repulsa nas forças conservadoras. Também, devemos evidenciar a conjuntura em que se realizou o golpe, em que tínhamos uma polarização acentuada, ou seja, o mundo estava dividido em dois blocos: capitalismo e comunismo, sendo assim era um acinte às forças conservadoras um presidente que em sua gestão, ainda como vice, visitava a China Comunista; que apoiava militares de baixa patente insurgentes, como foi o caso dos marinheiros em 1964; que apoiava as reformas de base, sendo que essas tinham pleno apoio dos comunistas do PCB. Logo, em virtude de um grande movimento das forças armadas, conjugado com setores da sociedade civil e da elite brasileira desfechou-se o golpe de 1964 e, assim, uma nova realidade se impôs ao Brasil.

O golpe militar marca uma grande ruptura no cenário político nacional, entre outras razões, pelo fato que deste momento em diante, durante 21 anos vivemos um regime ditatorial, em que os presidentes eram recrutados na corporação militar, ao invés de termos um presidente civil eleito. Também, ao invés de um modelo pluripartidário, tivemos uma configuração bipartidária artificial (ARENA e MDB) através de Ato Institucional n° 2 criada, entre outras razões, com o intuito de mascarar o caráter autoritário do regime na tentativa de não caracterizá-lo como mais uma ditadura latino-americana. (KINZO, 1988).

Maria D`alva Kinzo (1988) aponta, primeiramente, que assim como as forças militares não constituíam uma força homogênea, havendo diferenças entre moderados e radicais. O MDB também não era um partido homogêneo, pois era um arremedo de partido, formado por forças nacionais, outrora rivais, que foram obrigadas, em virtude da conjuntura do momento, a também se agruparem em uma mesma sigla, tendo em seu *staff* moderados e radicais. De qualquer modo, o que se torna importante reter é o caráter de oposição deste partido, que respeitando as condições do momento e brechas do regime conseguiu se impor no cenário, mesmo que, pouco pudesse fazer em face da rigidez da ditadura.

pouco se poderia esperar do MDB em termos de oposição ativa durante aquele período. O partido havia sido criado pelos parlamentares que tinham escapado dos expurgos “revolucionários”; assim, poucos eram os políticos que realmente se opunham ao movimento de 1964, sem mencionar o fato de que qualquer ação audaciosa de um deputado significaria arriscar-se a perder seu mandato. (KINZO, 1988, p.98).

O primeiro embate na construção deste partido era a sua caracterização, porque um partido formado de cima para baixo, sob o tacão da ditadura, não inspirava muito em termos de oposição, tal fato causava grandes desconfianças por parte dos eleitores, não aceitando

como o fiel depositário do voto de protesto. Para a análise que segue, endosso a sugestão de Rafael Madeira, que considera o primeiro período pós AI-2 como sendo de um bipartidarismo pífio, muito mais caracterizado realmente como um sistema de partido predominante: “A distribuição de cadeiras no Senado Federal constitui-se em um indicador ilustrativo do fato de que sob um bipartidarismo formal, **a dinâmica era de um sistema de partido predominante de fato**” (MADEIRA, 2006, p.60, grifo nosso).

Conforme Sartori:

[...] a idéia geral é bastante clara: sempre que encontramos, numa formação política, um partido que supera de longe todos os outros, esse partido é dominante, por ser significativamente mais forte que os outros [...] A primeira observação a ser feita com relação aos sistemas de partidos predominante é que pertencem, fora de dúvidas, à área do pluralismo partidário [...] Portanto, o sistema de partido predominante é, na realidade, um sistema de mais de um partido, no qual a rotação não ocorre na realidade. Acontece simplesmente que o mesmo partido consegue sempre uma maioria absoluta de cadeira (não necessariamente de votos) no parlamento (SARTORI, 1982, p.222-224.)

Pode-se dizer que embora não estivéssemos num sistema de pluralismo partidário, o sistema partidário brasileiro, no período, se assemelhava com a definição tipológica de Sartori (1982). No entanto, algumas ponderações tornam-se necessárias, uma vez que Sartori enfatiza que um sistema de partido predominante pode vir a perder estas características, caso a outra força política venha a ganhar as eleições; o que de fato não seria possível ocorrer no Brasil neste momento de consolidação do regime militar, uma vez que o MDB definitivamente não poderia ganhar as eleições. Portanto, a ditadura criava mecanismos a fim de manter a ARENA como um partido que predominasse sobre o MDB, pois a ditadura concretamente construía barreiras e artifícios que não permitia a evolução e a emergência do partido oponente, vide as eleições indiretas para governadores estaduais. (KINZO, 1988).

2.2–O CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 1966 NO BRASIL E NO RS

Como era de se esperar em qualquer ditadura, medidas restritivas foram impostas: parlamentares perderam mandatos, civis tiveram seus direitos políticos cassados e atos de exceções foram cometidos contra os direitos humanos, dando todos os contornos de uma ditadura latino-americana. Porém, o curioso neste processo foi a fachada legal bipartidária estabelecida com a criação do MDB e ARENA, a partir da decretação do AI-2, em 27/10/65, que extinguiu os antigos partidos políticos, e oficialmente institucionalizava os novos. Segundo Kinzo, (1988, p.20), tal moldura partidária “[...] além de contar com uma

opinião internacional favorável e com o respaldo de políticos civis, serviria para legitimar uma facção e um “soldado” como chefe de Estado em detrimento de outros da Instituição”.

Conforme enfatizado, além das diferentes clivagens internas do MDB, resultante das condições de sua formação, havia também divergências importantes tanto entre os civis que formaram a ARENA, quanto, de igual envergadura, existiam as próprias clivagens no seio das forças armadas. Tal fato fazia com que o golpe militar longe de ser uma elaboração de um grupo homogêneo, ainda sofresse os próprios reveses de suas fissuras internas. Para exemplificar tal fato não podemos esquecer que a UDN, que apoiou o golpe, era extremamente oligarquizada em cada estado. Na afirmação de Kinzo:

A diversidade de origens partidárias que caracterizou a ARENA e o MDB, não apenas era uma consequência natural do modo artificial pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, mas também refletia a falta de clareza no caráter ideológico e representativo dos antigos partidos políticos [...] O núcleo potencial de oposição parlamentar ao regime militar ficou seriamente debilitado com a expulsão de um grande número de políticos que se opuseram ao golpe de 1964. Ao mesmo tempo, facções oligárquicas rivais nos estados, preferiram coexistir “pacificamente” dentro do partido do governo, ao invés de unir-se ao MDB, cujo destino parecia reservar-lhe a exclusão permanente dos círculos de poder (KINZO, 1985, p. 32-33)

Assim, tanto os filiados ao MDB, quanto os da ARENA, em muitos casos, coexistiam de maneira artificial. No que tange particularmente à adesão ao MDB, era extremamente complicada a filiação a um partido com o perfil de oponente ao regime, o que ocasionava de fato uma exclusão de seus participantes às instâncias do poder. Boa parte do eleitorado das zonas urbanas viam no MDB um partido com total descrédito, pelo fato de ter sido gestado pela ditadura, sobrando assim pouca margem de manobra para o MDB poder se articular e sustentar politicamente (KINZO, 1988, p.40).

Além desses fatores objetivos que dificultava a adesão ao MDB, este partido ainda sofria sucessivos expurgos: no ano de 1966 o MDB perdeu sete membros no Congresso Nacional e 38 nas Assembléias Legislativas. Segundo MOREIRA ALVES (1984, p.101) “a arbitrariedade dos atos complementares tornou-se ainda mais evidente em meados de 1966, à medida que o governo passava à ofensiva para preparar as eleições”. Também, em outubro de 1966, o General Costa e Silva foi eleito Presidente da República, dando continuidade dos militares no poder, sendo votado em uma sessão sem maiores problemas no Congresso Nacional. Nesta sessão a ARENA vota no General e o MDB se abstém, demonstrando, assim, “as dificuldades do partido na formulação de uma estratégia a ser seguida por seus representantes” (KINZO, 1988, p.95)

Já nos referimos sobre as dificuldades enfrentadas pelo MDB na sua implantação enquanto partido de oposição à ditadura. No Rio Grande do Sul, entretanto, apesar de todas as dificuldades comuns ao partido em âmbito nacional, como as cassações de parlamentares, o problema da divisão em duas forças político-partidária com a imposição do bipartidarismo não se tornou tão artificial, uma vez que as antigas forças partidárias já se alinhavam em duas correntes: populistas e conservadores. No dizer de dois estudiosos do período:

a extinção dos partidos imposta pelo Ato Institucional N. 2, afora o esperável impacto sentimental, não trouxe ao Estado seguramente nenhuma alteração de relevância nos alinhamentos políticos já existentes. Ao contrário da maioria dos demais estados, ARENA e MDB aglomeraram grupos artificiais ou heterogêneos, no Rio Grande do Sul serviram apenas para confirmar e oficializar arregimentações já fixadas firmemente nas eleições de 1962, e que em 1966 foram substancialmente as mesmas, como seria de resto sem a extinção dos partidos (XAUZA & FERRAZ, 1981, p.184)

Assim sendo, mediante as análises eleitorais que seguem, podemos constatar que inicialmente embora a ARENA funcionasse com os mecanismos e lastro de partido com predominância política; por parte do MDB, não obstante as limitações objetivas, ainda havia um grande espectro de articulação no Estado. Quanto aos partidos comunistas veremos que a sua política esteve condicionada com a conjuntura política do Brasil do período, propiciando, como era de esperar, posições distintas quanto à condução política.

2.2.1 - EVOLUÇÃO DOS PC'S: POSIÇÕES, PERSPECTIVAS E NOVAS RUPTURAS NO LIMAR DA ELEIÇÃO DE 1966.

Pode-se dizer que alguns setores da esquerda brasileira, principalmente o PCB, foram pegos de surpresa pelo Golpe Militar de 1964, sendo que embora pudesse haver as críticas “relativas” à política de João Goulart não imaginavam que a derrota fosse vir assim tão iminente e acachapante, soterrando não somente a tática de frente única do PCB e a sua estratégia de revolução pacífica através da via democrática-nacionalista, mas também muitos trabalhos que estavam sendo processados em sindicatos, organizações estudantis, luta camponesa e nas novas organizações que surgiam como expressão da esquerda¹². A falta de reação ou falta de estrutura do PCB para reagir contra a ditadura, num primeiro momento, assim como a pouca margem de saída que tiveram outras parcelas de esquerda e/ou adversário do novo regime, serviram para uma dura crítica das organizações de esquerda neste processo.

¹² Em 1961 tivemos o surgimento da POLOP (Política Operária) e em 1962 o surgimento da AP (Ação Popular), duas organizações de esquerda que tiveram um relativo peso no cenário dos anos 60, principalmente estudantis (SILVA, s/d).

Obviamente, que quem pagou o maior ônus desta crítica foi o PCB, em virtude das suas teses estarem coladas à política de Goulart, principalmente no que tange às famosas reformas de bases e à via pacífica:

Em sua famosa entrevista à TV Paulista, a cerca de dois meses do golpe de 64, Prestes ressaltava a importância das reformas de base: “Nós comunistas pensamos que, no momento atual, dada a situação mundial e a situação brasileira, é possível, mesmo dentro do regime atual, ainda nesse regime capitalista, com essa estrutura que ai está, formar-se um governo nacionalista e democrático que inicie as reformas. Porque uma vez iniciadas as reformas, delas decorrerão modificações na correlação de forças políticas (MENEZES, 2002, p.166)

Esta ruptura com a democracia, em 1964, marcou um primeiro repensar da esquerda brasileira, com uma crítica ao PCB, assim como deflagrando e elaborando novas táticas contra a jovem ditadura militar brasileira. Primeiramente, era senso comum na esquerda e nos oponentes do novo regime o pensamento de que a ditadura duraria pouco, ou seja, pensava-se que seria mais uma quartelada latino-americana (ROLLEMBERG, 2007, p.204), não imaginando que o regime fosse arrefecer tanto nos anos seguintes. Somado a esses fatores, o PCB somente consegue construir as primeiras resoluções e decisões políticas no ano seguinte ao golpe, mantendo-se firme ainda nas resoluções do V Congresso. Segundo Carone:

Somente em maio de 1965 tornou-se possível a primeira reunião do Comitê Central, que apresentou as principais conclusões a que pôde chegar na análise dos acontecimentos e sobre a tática do Partido nas novas condições do país. A importância dessa reunião está em que ela representou um passo decisivo no sentido de romper a conciliação ideológica. Definiram-se, assim, na direção, duas tendências – a da minoria contrária abertamente a linha do V Congresso, e a **da maioria, que defende a justeza, no essencial, da orientação traçada pelo V Congresso, dela partindo para elaborar a tática para a nova situação.** Foi também aprovada uma resolução interna, que orientou o trabalho de reorganização do Partido (CARONE, 1982b, p.55, grifo nosso)

Quanto ao PCdoB, este encontrava-se em franca oposição ao governo João Goulart e às forças ditas populistas de seu governo, não sendo pego assim, digamos, tão de surpresa, pois através dos seus documentos já demonstravam criticamente os limites de uma política tática atrelada à burguesia nacional. Sendo assim, o golpe militar serviu como um estopim da política do seu partido, pois tiveram a justificativa apropriada para lançarem mão da consecução dos seus projetos revolucionários, construindo os primeiros alicerces e bases para uma operação de guerrilha no norte do Brasil, que ficou conhecida como a Guerrilha do Araguaia (GORENDER, 1987). De acordo com as resoluções do PCdoB temos a seguinte caracterização a respeito de que tipo de luta deveria ser implementada:

A concepção da guerra popular pressupõe intenso trabalho político e de organização entre as massas. Implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da **tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo**. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal dos choques armados é o interior do país e que a luta será dura e prolongada.¹³ (Documentos Históricos PCdoB, 1966, grifo nosso).

Ainda, quanto ao PCB, este primava pelas suas alianças com os amplos setores da sociedade civil organizada, a fim de constituir um grande bloco que pudesse fazer frente à ditadura militar. Neste percurso, o MDB era visto como uma das vias que poderiam organizadamente, mesmo com as limitações que houvesse, ser um instrumento para fortalecer e fazer frente à ditadura, “[...] o MDB e outros agrupamentos existentes podem tornar-se um fator positivo para a mobilização das forças populares” (CARONE, 1982b, p.78).

Deve-se ressaltar que o PCB foi a única organização de esquerda a apoiar o MDB desde a sua fundação. De acordo com sua política favorável ao fortalecimento de uma ampla frente de resistência contra o domínio ditatorial, o espectro deveria ser o mais amplo possível absorvendo todos os que quisessem se unir ao MDB por motivos quaisquer (KINZO, 1988, p.56).

Esse alinhamento tático do PCB ao MDB causou um grande ônus à organização comunista, pois grandes parcelas da militância pecebista não aceitaram tal decisão, chamando sim o voto nulo já a partir da primeira eleição bipartidária. Assim, as primeiras grandes fissuras a respeito da tática de frente única e ampla do PCB já se fizeram sentir nas eleições de 1966, pelo fato do PCB apoiar os candidatos do MDB. Uma expressão de militantes e comitês regionais descontentes com este encaminhamento primavam pelo apoio e divulgação do voto nulo, como se este fosse um voto legítimo de protesto (SILVA, s/d, p.108). Obviamente, tais decisões não iriam passar despercebidas e sem críticas mútuas, de ambos os lados, proporcionando o que é de mais comum entre as organizações de esquerda, ou seja, as famosas dissidências. A direção majoritária foi afunilando e depurando esta premissa de posição crítica, porém conciliadora; no entanto, os militantes descontentes, principalmente a nova geração de militantes que emergiram no cenário pós-1964, se tornaram os protagonistas deste processo de ruptura em curso.

Portanto, as linhas tático-estratégicas elaboradas por estes dois partidos (PCB e PCdoB) geraram conseqüências prejudiciais a eles num curto espaço de tempo, sendo o PCB a organização que mais sentiu, sofrendo por conseguinte uma sucessiva onda de rachas e

¹³ <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1966.asp>

defecções dentro da sua organização, cindindo-a nacionalmente. Veremos tais seqüelas mais adiante, sendo que é importante reter neste ponto é a compreensão da diferença tática destes dois partidos: O PCB ainda sob a influência da via pacífica, advindas do V Congresso, de “apoio” a forças progressistas contra a ditadura; e do outro lado, o PCdoB ratificando o curso da via maoísta do PC Chinês de guerra popular prolongada do campo para cidade e com apoio crítico, porém seriamente restritivo, em relação ao MDB. Tais posições advindas desses dois partidos poderão ser sentidas nos momentos seguintes no cenário político nacional, principalmente quando chegarmos na questão eleitoral de 1966 com relação ao voto no MDB, na qual uma parcela da esquerda que outrora estava de acordo com o PCB rompe com esta posição e passa a apoiar intransigentemente o voto nulo, podemos pôr em destaque tal acontecimento, pois ele servirá como ponto de partida para outras discussões que se seguirão, proporcionando, assim, os famosos rachas do PCB; e, quanto ao PCdoB, neste ocorrerá também as suas dissidências, em virtude, entre outras razões, no que confere à questão e à concepção tática de guerra popular prolongada. (GORENDER, 1987; SILVA, s/d).

2.2.2 - RESULTADOS ELEITORAIS DE 1966 NO RIO GRANDE DO SUL

A análise de Xausa e Ferraz sobre os resultados eleitorais das primeiras eleições realizadas após o golpe de 64, evidenciam que no RS os dois pólos em que se dividiam as forças político-partidárias do estado não se alteram com a passagem do sistema multipartidário para o bipartidário. Os resultado tanto para a Câmara Federal como para a Assembléia Legislativa (Quadro 2 e 3) mostram que a distribuição de cadeiras entre os grupos permanece idêntica a 1962, isto é, 15 para o MDB e 14 para a ARENA, mantendo-se igual à soma das cadeiras dos ex-partidos componentes em cada bloco.

QUADRO 2- CÂMARA FEDERAL - 1966:

	PTB	MTR	PL	PSD	PL	PRP	PDC	UDN	TOTAL
1962	13	1	1	7	3	1	2	1	29
1966	15			14					29
	MDB			ARENA					

Fonte: XAUSA & FERRAZ, 1981, p.188

QUADRO 3- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 1966:

	PTB	MTR	ARS	PSP	PSD	PL	PRP	PDC	UDN	TOTAL
1962	23	4	1	—	11	6	3	4	3	55
1966	25	1	1	1	16	3	4	3	1	55
	MDB				ARENA					

Fonte: XAUSA & FERRAZ, 1981, p.188

Fenômeno idêntico ocorre com os resultados para a Assembléia Legislativa, quanto ao total das cadeiras de cada grupo, variando apenas a composição relativa interna ¹⁴:

Assim em 1962 a soma das legendas do PTB, MTR, ARS, obtivera a maioria de 28 cadeiras contra 27 dos partidos unidos da ADP (embora no decorrer dos trabalhos legislativos 1 deputado do MTR se tivesse passado para o PRP, integrante da ADP, invertendo esta maioria). Nas eleições de 1966, unidos os mesmo grupos, já agora abrigados em MDB e ARENA, permanece idêntica a divisão com a maioria de 28 cadeiras para o MDB contra 27 da ARENA (XAUSA & FERRAZ, 1981, p.188)

O que podemos depreender da observação dos quadros acima é o realinhamento das forças políticas outrora PTB e Anti-PTB, que ficaram agrupados em MDB e ARENA. Deputados estaduais e federais, agora no novo cenário, passaram majoritariamente para as respectivas legendas, não causando incongruência e desvios ideológicos partidários.

Quanto ao Senado, agora a única eleição de caráter majoritário, uma vez que os governadores passaram a ser eleitos por via indireta, o MDB perde apenas por uma pequena margem de voto; porém, devemos realçar que a ARENA somente consegue eleger o senador valendo-se da sublegenda, que fora criada, entre outras razões, com o intuito de acomodar dentro do partido do governo os diferentes partidos políticos.

QUADRO 4- ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA - 1966

Partido	Candidato	Votos	% Votos
ARENA	Guido Mondin (eleito)	322.901	20,45
ARENA	Synval Guazelli	206.917	13,10
ARENA	Mario Mondino	142.662	9,03
MDB	Siegfried E. Heuser	638.140	40,44
Branco		115.809	7,34
Nulos		152.086	9,64
Total		1.578.515	100

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.150

¹⁴Quanto às coligações e realinhamentos na eleição de 1962 ver in.: Cánepa (2005)

QUADRO 5- ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS NO RGS - 1966

	ARENA	MDB	BR+NL
SENADO	42,60 %	40,43 %	16,97 %
C. FEDERAL	41,43 %	43,97 %	14,30 %
A. LEGISL.	42,82 %	44,03 %	13,15 %

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.146

Portanto, embora a derrota para o Senado (2,4%) em virtude da sublegenda, o MDB sai vitorioso nas eleições de 66, tanto para a Assembléia Legislativa, como para a Câmara Federal, recebendo a votação egressa do PTB. Conforme enfatiza Noll & Trindade (2004, p.93), em 1966 “era o ano previsto, no ciclo da alternância, ao PTB/MDB”.

QUADRO 6 – RESULTADOS ELEITORAIS GERAIS NO BRASIL: NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL - 1966

1966	SENADO FEDERAL	C. DOS DEPUTADOS	A. ESTADUAIS
% válida da ARENA	56,63%	63,9%	64,1%
% válida do MDB	43,36	36,0%	35,8%

Fonte: MOREIRA ALVES, 1984, p.189

Quando comparado os resultados eleitorais do Rio Grande do Sul com os resultados gerais no Brasil, podemos verificar que no Rio Grande do Sul, embora com os expurgos, manteve-se viva as raízes do trabalhismo dentro do MDB, inclusive com índice de votação proporcional ao padrão anterior. No entanto, os resultados gerais nacionais não eram dos mais animadores ao MDB, pois este partido perde em todos os quesitos em que disputara, a tal ponto que o seu presidente nacional “chegou a declarar que o MDB estava prestes a se dissolver, uma vez que não seria possível cumprir as exigências legais necessárias para a adquirir o registro permanente de partido político, e ele não via nenhuma razão especial que justificasse o esforço de trabalhar para isso”. (KINZO, 1988, p.103). Sendo assim, além da pouca margem de manobra que possuía, o MDB foi tomado por um desânimo que se espalhou nas fileiras do partido.

2.3 – ANTECEDENTES DA ELEIÇÃO DE 1970

Após a eleição de 1966, o Brasil viveu um momento de grande ebulição, com reflexos tanto para a população civil, quanto à corporação militar, no que tange as suas facções internas. No tocante à população, começou a haver mais enfaticamente a oposição à ditadura militar, de forma mais incisiva, começaram a ocorrer manifestações de rua contra o regime, com passeatas organizadas principalmente pelos estudantes, tornando este setor um dos

principais protagonistas da luta contra a ditadura, neste período. Soma-se a isso, o fato de que neste ínterim a imprensa ainda não estava inteiramente censurada podendo fazer, na medida do possível, alguns atos de denúncias contra o regime.

Durante o ano de 1967, na esperança de uma tentativa de abrandamento do regime, alguns opositores notáveis, entre eles, Carlos Lacerda, Jucelino Kubichek, João Goulart, decidem tentar editar uma frente ampla, com o intuito de lograr se eleger nas próximas eleições e com isso distender o regime. Em setembro de 1967, os principais líderes da frente reuniram-se com o ex-presidente João Goulart, exilado em Montevideú, Uruguai, a fim de determinar metas comuns, essas resoluções ficaram conhecidas como Pacto de Montevideú (MOREIRA ALVES, 1984, p.127). No entanto, as forças militares não estavam dispostas à volta da normalidade democrática, ainda mais a entregar o regime nas mãos de seus principais inimigos, assim em abril de 1968 baixaram um decreto-lei proibindo a Frente Ampla.

Ainda, durante o ano de 1967 a ditadura militar outorga uma nova constituição brasileira, tal constituição legalizava os atos institucionais e complementares:

A Constituição de 1967 incorporou os controles mais importante dos dois atos institucionais anteriores e de uma série de atos complementares. Tais controles perderam assim seu caráter excepcional, que se fundamentara no poder revolucionário, ganhado força de poder constitucional. Estas medidas alteraram as grandes estruturas do estado e institucionalizaram a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Embora fosse pronunciadamente autoritária, a Constituição de 1967 refletia contradições básicas do sistema. Uma parte do texto visava o controle: assegurar a aplicação das medidas exigidas pela Doutrina da Segurança Interna para destruir o “inimigo interno”. Outra parte, que a oposição lograra impor sob forma da Carta de Direitos, refletia o objetivo de restaurar a democracia. À medida que a dialética entre Estado e oposição evoluía para níveis mais altos em 1967 e 1968, esta contradição básica passou a fomentar a crise institucional que culminou com a promulgação do Ato Institucional N.5 (MOREIRA ALVES, 1984, p.111).

Quanto ao AI-5, primeiramente devemos deixar claro que ele foi o estuário do acirramento das manifestações coletivas contra a ditadura, principalmente, no emblemático ano de 1968, em que houve os seguintes fatos: aumento das manifestações contra a ditadura; as passeatas se generalizaram em todo o país, no Rio de Janeiro tivemos a famosa passeata dos cem mil; houve em outubro de 1968 o Congresso da UNE, em Ibiúna, sendo que este Congresso caiu nas mãos da repressão e, conseqüentemente, ocorre a prisão de todos os participantes; também, destaca-se que neste ano começaram as primeiras ações armadas na cidade. Com a desculpa de conter os excessos e manter a ordem a ditadura lança mão do **AI-5, em 13 de dezembro de 1968**, sendo este um dos maiores instrumentos do arbítrio da ditadura

militar, pois através deste Ato, entre outras coisas, podia-se prender qualquer pessoa suspeita sem ter o direito de *habeas corpus*, institucionalizando, a partir desse momento, a prisão e tortura no país de forma generalizada.

Assim, após o AI-5, sufocava-se realmente o país, a ditadura mostrava a sua cara e se consolidava com o viés nítido de Estado autoritário, demonstrando declaradamente que era uma ditadura que realmente vinha para ficar, e que não estava disposta a entregar o poder para um civil. No ano de 1969 o presidente Costa e Silva sofre de problemas de saúde, forma-se uma junta militar, fecha-se o congresso e editam-se novos atos de arbítrio, inclusive a pena capital para oponentes do regime que assim merecessem tal julgamento: o terror por parte do Estado se consolida.

Ainda em 1969, essa mesma Junta Militar, oficializa a posse do General Emílio Médici como presidente do Brasil. Temos, assim, a cristalização dos piores anos da ditadura militar, pois esse presidente era encarado como pertencente à linha dura do regime militar. Não obstante os problemas institucionais e sociais, a ditadura começava a lançar mão desenfreada de uma propaganda a favor do regime, querendo demonstrar que o Brasil era o país do futuro, ou seja, tentava passar um aspecto de Brasil grande. Também, começavam a fazer propaganda dos primeiros resultados do modelo econômico idealizado pela ditadura, o que foi chamado de “milagre econômico”. Temos neste período, também, o início das obras faraônicas da ditadura militar, realizadas a custo do endividamento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, o FMI.

Enquanto isso, o Brasil vivia o auge da repressão, era o início do fim dos grupos que se dedicavam à luta armada, ou seja, das organizações que tentavam derrubar o regime através das armas. A ditadura começara, já no ano de 1969, a organizar os setores de inteligência das forças militares que em conjunto com a polícia civil criaram os famigerados DOI-CODI, locais de prisão, tortura e extermínio dos oponentes ao regime militar (GORENDER, 1987). Em meio a esse processo em curso, boa parte da classe média brasileira deslumbrava-se com o seu novo poder de compra, em virtude do “milagre econômico”, desconhecendo o que realmente acontecia nos porões de ditadura militar, uma vez que a imprensa estava amordaçada e não podia denunciar; sendo assim, realmente sobrava pouco espaço de luta contra o regime.

Portanto, as eleições de 1970 se apresentaram sob esse quadro de agudização da repressão do período militar, em que as forças do regime mais fortemente coagiram a sociedade com repressão, prisão e desaparecimentos de políticos. Toda essa situação, somada a um quadro de aparente e iminente “milagre econômico”, proporcionava uma situação de

total descrédito para com o MDB. Este conjunto de fatores ocasionará uma nova derrota do MDB em âmbito nacional e, também, um aumento considerável do voto nulo e branco, como legítimo voto de protesto (KINZO, 1988).

2.3.1- 1970: A ESQUERDA BRASILEIRA NA ENCRUZILHADA

Com o advento do acirramento da ditadura e a perspectiva de que esta vinha realmente para ficar, a esquerda entrou em colapso, surgiam dúvidas, afluíam questionamentos e sobravam sonhos. O PCB, como era de se esperar, fora palco, artífice e protagonista destes processos, sofrendo novas rupturas, os famosos rachas, provocados por uma visão crítica da realidade brasileira e da consecução da luta política a ser implementada contra a ditadura. O PCdoB, a seu turno, também sofreu os reveses desse processo, com rachas igualmente sentidos em sua seara.

Quanto ao PCB:

Ao mesmo tempo, fatos nocivos evidenciaram-se à medida em que aprofundou a luta interna. Nos últimos meses, alguns membros do Comitê Central enveredaram pelo caminho do fracionismo e da violação das normas partidárias. O mesmo aconteceu com certos dirigentes intermediários, notadamente em São Paulo, Estado do Rio e da Guanabara. Em setembro de 1967, o Comitê Central realizou uma reunião extraordinária, a fim de apreciar esses fatos e adotar as medidas disciplinares pertinentes. Deu poderes à Comissão Executiva para adotar outras providências que se fizessem necessárias, a fim de pôr termo à atividade fraccionista. Em cumprimento dessa tarefa, a Comissão Executiva interveio nos Comitês Estaduais de São Paulo e do estado do Rio e do Comitê Metropolitano de Brasília, e designou delegações para esses três Comitês com a missão e ali normalizar a atividade partidária (CARONE, 1982b, p.57).

A fim de buscar uma reorientação tático-estratégica e, também, com o intuito de conter os dissidentes mais exaltados, o PCB realiza, em 1967, o seu VI Congresso. Tal Congresso se processou sob o espectro de enorme fragilidade, provocada tanto pela repressão da ditadura ao partido, quanto pelas divergências de opinião acerca da linha tático-estratégica. (MENEZES, 2002) As maiores divergências davam-se justamente pelo caráter da revolução brasileira: ou mantinha-se as resoluções da Declaração de Março e do V Congresso, primando pela via pacífica, ou se partia para uma tática de enfrentamento armado ao regime. No entanto, embora a mudança de conjuntura, a correlação de força pesava para o lado do Comitê Central, sendo que este era favorável à manutenção da linha política do V Congresso, numa aparente unidade partidária. Assim, as decisões estavam postas, e se estabelecia a manutenção da resolução tático-estratégica do PCB: a estratégia continuava sendo antiimperialista e

antifeudal, nacional e democrática; ocorrendo o mesmo com a tática – defesa de uma frente única (Idem, p.241).

Os descontentes constituíram o que se convencionou a chamar de DI (dissidências) do PCB, sendo que eram, na sua maioria, impulsionados por setores do movimento estudantil, mais enfaticamente do movimento universitário que constituíram tais dissidências. Assim, tivemos as DI's dos respectivos estados brasileiros. No que tange ao Rio Grande do Sul, no curso desse processo houve uma grande racha e divisão do PCB, constituindo o que se chamou de Dissidência Leninista. Tal dissidência teve um grande peso no curso do movimento de lutas no final dos anos 60, impulsionando a luta crítica, não somente quanto à ditadura militar, assim como ao MDB, tentando construir um novo projeto partidário com viés revolucionário, pois a tônica principal dessas organizações que se cindiam era o projeto da luta armada.

No curso desse processo, conforme já enfatizado, tivemos o emblemático ano de 1968, no qual o Brasil, assim como o mundo, se viu mergulhado em diversas manifestações contestatórias. No que tange ao Brasil, o país não ficou imune a esse processo, pois vemos que nesse período afloraram novas organizações de esquerda, proporcionadas pelas novas clivagens que se faziam presentes, principalmente no movimento estudantil universitário. Assim, além do PCB se cindir em vários e se fracionar ao final da década em diversas DI(s) estaduais, outras organizações, ainda emergentes tiveram os seus próprios rachas, como a AP e a POLOP. Quanto a POLOP, esta após um processo de ruptura interna compõe em conjunto com a Dissidência Leninista uma nova organização, o chamado POC (Partido Operário Comunista), tal organização terá um papel preponderante no Rio Grande do Sul, pois agrupava em seu seio a maioria dos dissidentes comunistas do Estado (REIS, 2007)

O PCdoB, assim como o PCB, não ficou imune aos rachas e frações, no final dos anos 60, por divergência quanto ao encaminhamento da luta política, o PCdoB se cindiu também, surgindo a Ala Vermelha, de relativa expressão no Rio Grande do Sul, e o PCR, este mais destacado no Nordeste (SILVA, s/d, p.132). Quanto ao PCdoB, de acordo com os seus documentos históricos, no ano de 1968 tínhamos o seguinte enunciado em sua resolução política:

[...] **se voltar para a idéia da revolução.** Isto se deve à falência da política da burguesia nacional, que não resolveu nem resolverá nenhum dos problemas do povo e se mostrou incapaz de resistir aos golpes militares pró-imperialistas; à pregação dos partidos e correntes revolucionárias, que propugnam a luta armada e as soluções radicais; aos êxitos dos povos que conseguiram a vitória através das armas como aconteceu na China, Albânia, Cuba e, atualmente, se verifica no Vietnã; e, finalmente, ao agravamento das

contradições internas e externas nos países deste Hemisfério. A posição revolucionária da China e a difusão do pensamento de Mao Tsetung têm atraído grandes massas para o caminho da luta, da guerra popular. O desmascaramento do revisionismo contemporâneo, no plano mundial e em cada país, serviu também para despertar os povos para a necessidade da revolução. Todos esses fatores ajudaram largas camadas do povo a fazer sua experiência, a comprovar na vida a falsidade do caminho reformista e a concentrar suas esperanças na solução indicada pelo proletariado¹⁵ (Documentos Históricos PCdoB, 1968, grifo nosso)

Como podemos depreender no curso destas exposições, a esquerda estava caminhando num longo processo de fracionamento, pulverizado por discussões e concepções diferenciadas de lutas. Nestes acontecimentos percebemos uma total falta de unidade destas; de acordo com Gorender (1987), essa falta de unicidade que se mostrou foi ocasionada, muitas vezes, pela razão da clandestinidade, fazendo com que as organizações além de perderem o apoio popular, perdiam-se também entre si, não conseguindo construir uma política unificada de combate à ditadura. No que tange ao Rio Grande do Sul, o Estado foi co-participante destes projetos revolucionários, pois, também, neste Estado houve luta armada, uma vez que as organizações que se estruturaram no período tiveram uma abrangência nacional; desta forma, como sustenta Eliana Tavares dos Reis (2001, p.35), em seu diálogo com Hirschman (1973), este período era propício para saídas dos agentes políticos de esquerda, em outras palavras, tentaram sair do esquema político legal “institucionalizado”: MDB + PCB, buscando construir novas alternativas e processos de lutas que conjugassem com os seus projetos políticos.

2.3.2 – RESULTADOS ELEITORAIS DE 1970 NO RIO GRANDE DO SUL

Nesta conjuntura e em face dos acontecimentos era difícil ao MDB torna-se atraente como bloco de oposição. Logo, tivemos a seguinte configuração eleitoral no Rio Grande do Sul:

QUADRO 7- ELEIÇÃO PARA CÂMARA FEDERAL - 1970

Partido	Votos	% Votos	Cadeiras
ARENA	889.265	43,78	14
MDB	739.113	36,39	12
Branco	291.070	14,33	-
Nulos	111.584	5,50	-
Total	2.031.032	100	26

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.173

¹⁵ <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/dochist/1968>

QUADRO 8 - ELEIÇÕES PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 1970

Partido	Votos	% votos	Cadeiras
ARENA	905.424	44,58	27
MDB	749.003	36,88	23
Branco	266.951	13,14	-
Nulos	109.654	5,40	-
Total	2.031.032	100	50

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.179

Portanto, o MDB sai derrotado, perdendo tanto para a Câmara Federal, quanto para Assembleia Legislativa, diferindo assim dos resultados obtidos da eleição de 1966. Também, dentro de um quadro tão complexo no país e com a emergência de novos candidatos, fica difícil à vinculação direta destes candidatos eleitos aos partidos, anterior ao AI-2, como fora evidenciado na eleição de 1966. De qualquer modo, podemos constatar que dos 23 deputados eleitos pelo MDB, na composição final das cadeiras, 6 tinham sido eleitos em 1962 pelo PTB, se mantendo como deputados nesta eleição¹⁶ de 1970. Ainda, sobre esse período, é importante salientar que, Pedro Simon, que fora eleito deputado estadual pelo PTB em 1962, tornou-se presidente do MDB e direção da Ala Majoritária deste partido (GRILL, 2005, p.541), ou seja, bastiões do PTB enraizados firmemente dentro do MDB.

QUADRO 9 - ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA - 1970

Partido	Candidato	Votos	% Votos
ARENA	Tarso Dutra (eleito)	929.461	22,08
	Heitor Goulart*		
ARENA	Daniel Krieger (eleito)	864.505	21,28
	Fernando Gay da Fonseca*		
MDB	Geraldo Brochado da Rocha	809.296	19,92
MDB	Paulo Brossard de Souza Pinto	833.630	20,52
	Mario Almeida de Lima*		
Branco		491.422	12,10
Nulos		133.750	3,30
Total		4.062.064	100

* Suplentes Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.168

Para senador, como podemos observar, de acordo com o quadro n° 8, o MDB perdeu por uma diferença bem mais acentuada do que 1966, sendo que a ARENA, assim como na

¹⁶<http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/pdf/1971-1975.pdf>.

eleição anterior, foi mais uma vez beneficiada em virtude do somatório agregado da sublegenda.

QUADRO 10 - ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS NO RGS - 1970

	ARENA	MDB	BR+NULO
SENADO	44,16%	40,45%	15,39%
Câm. Federal	43,78%	36,39%	19,82%
Ass. Legislativa	44,58%	36,88%	18,54%

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.146

Comparando os resultados da eleição de 1970 com o pleito anterior de 1966, percebemos que a política nacional afetou sobremaneira a política estadual, uma vez que além do descrédito para com o MDB, estas eleições ainda contaram com a “força” da máquina do governo, que desde o plano local até o plano federal, foi utilizada para atrair votos, percebe-se isso pelo decréscimo do número de parlamentares do MDB e o aumento da ARENA. Ainda, quanto ao referido descrédito com o processo eleitoral e com a tentativa de fazer oposição à ditadura militar, verifica-se o aumento nesta eleição dos votos nulos e branco, gerando uma maior diferença ainda entre os resultados da ARENA e MDB. Assim, com o somatório geral dos resultados desta eleição pendendo para o lado da ARENA, mantém-se o ciclo de alternância política (NOLL & TRINDADE, 2004, p.93).

QUADRO 11 – RESULTADOS ELEITORAIS GERAIS NO BRASIL: NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL - 1970

1970	SENADO FEDERAL	C. DOS DEPUTADOS	A. ESTADUAIS
% válida da ARENA	61,4%	69,4%	69,8%
% válida do MDB	38,6%	30,5%	30,1%

Fonte: MOREIRA ALVES, 1984, p.189

Portanto, como era de se esperar neste quadro político arbitrário, não fora somente no âmbito estadual que o MDB saiu derrotado, pois no plano Nacional o MDB não consegue fazer frente a ARENA, conforme aponta Kinzo isso deve-se justamente a um comportamento excessivamente conformista do MDB, sendo este um dos fatores que contribuíram para sua derrota nas eleições de 1970 (KINZO, 1988, p.133).

2.4- ANTECEDENTES DA ELEIÇÃO DE 1974

O período eleitoral a partir 1974 enfatizará uma retomada do movimento oposicionista ao regime, em que os pleitos assumem para muitos a característica de uma eleição plebiscitária – pró e anti-regime, dito em outras palavras, o bipartidarismo de fato

(LAMOUNIER, 1980, p.17). Além dos fatores conjunturais do período, o MDB também reconfigura a sua política: 1) No início de 1974, os autênticos lançaram a idéia de o MDB concorrer à eleição indireta para Presidente, marcada para 15 de Janeiro, esta estratégia se mostrou acertada, pois tinha o intuito de imprimir uma marca de oposição real ao regime militar; 2) Outro fato que é importante destacar é a emergência de grupos de discussões internos dentro do MDB; 3) Também é importante realçar os novos parlamentares, eleitos em 1970, mais identificados como de oposição ao regime, sendo chamados de autênticos; 4) A utilização de meios de comunicação como rádio e televisão na campanha e, 5) Outro fator de destaque é o peso das organizações de esquerda que convergem ao MDB (KINZO, 1988; MOREIRA ALVES, 1984).

Se pudéssemos fazer um ajuste da teoria de Sartori a nossa política, diríamos que, apesar da ditadura, começamos a viver uma situação de **possível** bipartidarismo somente a partir de 1974, em virtude dos resultados destas eleições, na qual o MDB obteve uma vitória relativa em algumas regiões, fazendo uma grande virada na cena política nacional. Segundo Sartori, o sistema bipartidário apresentaria as seguintes características:

As condições flexíveis para um sistema que funciona de acordo com as regras do bipartidarismo seriam as seguintes: (i) dois partidos estão em condições de competir pela maioria absoluta de cadeiras, (ii) um dos dois partidos consegue, na prática, conquistar uma maioria parlamentar suficiente, (iii) esse partido dispõe-se a governar sozinho, (iv) a alternância ou rotatividade no poder continua sendo uma expectativa possível (SARTORI, 1982, p. 216).

No mapa político brasileiro, do período (década de 70), assim como no Rio Grande do Sul, vivíamos um avanço das forças opositoras ao regime, que fez com que a bússola se invertesse, pois passávamos a uma situação em que a oposição evoluía, ocasionando, assim, a possibilidade de um rodízio real, com “expectativa de alternância no governo” (SARTORI, 1982, p.221).

Conforme já enfatizado, o Brasil no final dos anos 60 e início dos anos 70 viveu um período de grande euforia econômica, que foi o chamado “milagre econômico”. Tal expressão mesclava em seu cerne uma mudança na estrutura econômica brasileira, que primava, entre outras coisas, por uma forte industrialização nos grandes centros urbanos, principalmente no chamado ABC Paulista; em contrapartida, havia um grande êxodo rural, proporcionado pela migração da população rural para esses grandes centros, que, conseqüentemente, não tinham a estrutura adequada para recebê-los. Assim, o Brasil passa, em poucos anos, de ser um país com forte característica agrária para um país eminentemente urbano, num salto quantitativo e

não qualitativo, pois carregará o pesado ônus dessa urbanização sem controle ao longo das décadas seguintes (SADER, 1988). Somado a esse processo de urbanização e precarização, já na década de 70, o “milagre” começa a apresentar os primeiros indicativos de uma futura crise, em virtude da crise do petróleo; sendo que, mais adiante o Brasil não sustentará o crescimento que a ditadura propunha, esgotando o seu modelo implementado.

No início de 1974, o General Ernesto Geisel assume a Presidência do Brasil, sendo o quarto presidente militar do país. Entre os seus objetivos estava o intuito de promover a abertura do regime: **lenta, gradual e segura**. Ou seja, se antes o período Médici marcava o completo arroxio do regime contra a esquerda e os movimentos sociais, o período subsequente acena com uma possível distensão do regime militar.

Somado a isto, o MDB começa a se organizar mais enfaticamente, do ponto de vista de tentar passar uma imagem de partido de oposição, de fato, ao regime militar. Para tanto, é importante ratificarmos o papel que um grupo de deputados federais do MDB, principalmente as novas lideranças eleitas no pleito de 1970, realizam no Congresso Nacional, recebendo a denominação de autênticos, em face do caráter mais aguerrido e combativo, pesando na opinião pública. Assim, um novo dinamismo toma conta do partido e no início de 1971 são promovidas inúmeras reuniões regionais com o intuito de revitalizar o partido, sendo que a primeira ocorreu em Porto Alegre, em que foi redigida a chamada Declaração de Porto Alegre, contendo princípios que posteriormente viriam a ser defendidos e incorporados pelo partido (KINZO, 1988, p.139). Também, convém salientar que em virtude do tempo transcorrido, esvanece a presença das velhas lideranças petebista, sendo suavizada a sua presença a cada eleição sucessivamente, mas sem deixar de ser uma herança política e um legado preponderante (GRILL, 2005).

Convém enfatizar que o governo acreditava que a ARENA conseguiria na próxima eleição de 1974 uma esmagadora votação; sendo assim, com intento de legitimar-se politicamente perante o eleitorado os estrategistas governamentais optam por eleições mais livres e com acesso a rádio e televisão.

[...] no Rio Grande do Sul, onde o candidato do MDB, Paulo Brossard, sustentou acolorados debates com o candidato da ARENA, Nestor Jost. No início de agosto, ambos haviam concordado com um debate pela televisão. Seria a primeira experiência do gênero desde o Ato Institucional N. 5, em 1968. O Interesse despertado por este debate as repercussões políticas que teve, estimularam outros candidatos do MDB a assumir uma posição política mais agressiva e a valer-se dos meios de comunicação. A população reagiu com entusiasmo, e a campanha do MDB ganhou multidão de voluntários. Os militantes do partido descobriram, que os períodos eleitorais poderiam ser

utilizados para a transmissão de informação e a mobilização política da população. Nesse clima de liberalização, a oposição realizou reuniões e comícios (MOREIRA ALVES, 1984, p.187-188)

Portanto, para a eleição de 1974 o MDB iria se apresentar ao eleitorado como sendo realmente uma alternativa política de oposição; a seu favor ele tinha as denúncias das dificuldades econômicas do período, a relativa “liberdade” na campanha e a nova configuração espacial do voto, agora, ainda mais urbano. Quanto ao Rio Grande do Sul, também no tocante a distribuição espacial da população, devemos enfatizar os seguintes dados:

1) o eleitorado rio-grandense cresceu, de 1966 a 1974, 63,6%; 2) este crescimento, somado às mudanças na distribuição espacial da população aumentou em 57,8% o eleitorado dos municípios mais urbanizados, isto é, com mais de 61% de sua população vivendo em zonas urbanas; 3) a urbanização do eleitorado rio-grandense tem favorecido o MDB que encontra nos municípios mais urbanizados o potencial eleitoral; e, 4) inversamente, a urbanização do eleitorado é concomitantemente com a estagnação, o conseqüente declínio do eleitorado arenista que encontra, nos municípios menos urbanizados, seu mais fiel contingente eleitoral. (FERRAZ, 1981, p.255).

Portanto, a geografia do voto no Rio Grande do Sul transforma-se com a passagem dos anos sessenta para os anos setenta, uma vez que o Estado sofre os efeitos da rápida urbanização, torna-se necessário destacarmos este fato a fim de entendermos os resultados do pleito subsequente.

2.4.1 – A ESQUERDA GAÚCHA – OS PC’S E AS NOVAS CLIVAGENS NO ASCENSO DE 1974

Com o fracasso e o esmagamento da perspectiva da luta armada, as organizações de esquerda que conseguiram sobreviver ao embate contra a ditadura militar precisavam se reorganizar; igualmente, o PCB necessitava também dar respostas aos novos acontecimentos que surgiam na cena política nacional do início dos anos setenta. Devemos salientar que o Brasil tinha, nesse período, um grande número de exilados políticos, assim como haviam muitos presos e desaparecidos políticos; a luta armada, outrora apanágio da esquerda, estava sepultada e a ditadura militar saía vitoriosa (GORENDER, 1987). Assim, neste processo de fracassos, rupturas e traumas afloravam dúvidas: Como continuar? Como proceder? Como reorganizar? O que fazer? Que tipo de luta implementar? Perguntas e questionamentos que,

longe de construírem uma unidade, serviam, muitas vezes, para dispersarem ainda mais os militantes da esquerda brasileira; não somente os que ficaram no Brasil, mas também os que se encontravam exilados.

Neste processo, o PCB mantendo a linha tático-estratégica do VI Congresso, permanecia firme na sua crítica às armas e na sua tática de frente única. Assim, viu-se numa perspectiva mais bem estruturada, organizada e alocada dentro do MDB; entendendo este partido como o escoadouro, mesmo que muito limitado dos anseios democratizantes do Brasil. Assim sendo, constrói a seguinte resolução, intitulada *Por que participar das eleições*, assinado pelo Comitê Central em abril de 1974, ou seja, na véspera do pleito:

Apesar de tudo isto, o povo e as forças antifascistas devem participar das eleições. Por quê? Porque elas representam poucas possibilidades legais de ação de massas contra o regime fascista, porque nelas milhões de brasileiros terão de votar e poderão manifestar seu protesto. Na campanha eleitoral as forças antifascistas poderão promover debates com o povo, nos locais de trabalho e moradia, denunciando o regime fascista, do governo Geisel e seus agentes. O processo eleitoral será uma oportunidade para a classe operária e o povo ampliarem a luta pela elevação de salários, pela reforma agrária radical, pela defesa dos interesses nacionais e pelo restabelecimento dos direitos democráticos. Participando das eleições, as forças antifascistas poderão eleger senadores e deputados comprometidos com a causa democrática e derrotar os candidatos mais reacionários. Atuando no pleito as forças antifascistas poderão impedir que a ditadura consiga obter, pela repressão e pela demagogia, uma esmagadora vitória nas urnas e proclamar que a maioria dos brasileiros está de acordo com ela. **Participando das eleições, os democratas contribuirão para que se acelere o processo de aglutinação da frente patriótica** antifascista, capaz de derrotar o regime de traição nacional que oprime os brasileiros (CARONE, 1982b, p.150, grifo nosso).

Quanto ao PCdoB, este ainda estava mergulhado na fase derradeira da Guerrilha do Araguaia, o que resultou a este partido muitas mortes, desaparecidos políticos e alguns militantes presos. Porém, o PCdoB obteve um ascenso e um aumento considerável da sua militância, pois a AP (Ação Popular) cindiu-se em 1972, vindo a incorporar-se, na sua maioria, ao PCdoB. Torna-se pertinente destacar que o PCdoB, neste período, como já fora evidenciado, primava por uma política maoísta de guerra popular prolongada, do campo para a cidade, igualmente a AP tinha uma forte vinculação e uma linha política maoísta, tornando-se, assim, o caminho natural de uma aproximação destas duas organizações. Sendo que, obviamente, houve novos rachas por parte de uma fração da AP que não aceitava a incorporação. Quanto ao PCdoB, este tornou-se beneficiário de um número considerável de militantes egressos da AP, o que representou um aumento no seu quadro de militantes, pois

em face das rígidas condições de clandestinidade que o PCdoB estava vivendo, assim como as sucessivas baixas na Guerrilha do Araguaia, o partido estava reduzido a um número ínfimo de militantes.(GORENDER, 1987; SILVA, s/d; SOUZA, 2006, p.43; SALES, 2000, p.219). Ainda, quanto às resoluções do período podemos por em destaque o seguinte trecho de um documento de 1973:

[...] reforçar os autênticos Partidos Comunistas e envidar esforços para ligá-los estreitamente às massas, apoiá-los e ajudá-los de todas as formas, assim como defender o marxismo-leninismo e desmascarar as teorias oportunistas - é tarefa revolucionária essencial da época presente. Não compreender essa questão ou contorná-la sob o pretexto de ampliar a frente única é cair em posições oportunistas de direita, perder a visão correta da marcha dos acontecimentos históricos. A direção da classe operária impõe-se, além do mais, porque dela deriva a única justa perspectiva para o movimento antiimperialista¹⁷ (Documentos Históricos PCdoB, 1973).

Em linhas gerais, podemos observar que as fraturas da cisão comunista de 1962 ainda estavam expostas e latentes, demonstrando como era diferente a abordagem e a concepção da luta no Brasil: de um lado o PCB, primando por um contorno da sua política em conjunto com o MDB; do outro lado o PCdoB, ainda insistindo na luta revolucionária e demarcando posição, principalmente em relação ao PCB, ou seja, duas posições fundamentalmente antagônicas (PCB e PCdoB). Logo, podemos observar posições distintas no seio da esquerda brasileira, que igualmente serão sentidas no Rio Grande do Sul.

Quanto ao MDB, Eliana Tavares dos Reis, em sua dissertação de mestrado (2001) aponta que este partido, a partir de 1974, representou o retorno dos ex-militantes da esquerda armada para a institucionalização política, pois com o fracasso da luta armada tiveram que vislumbrar novos *locus* de lutas. Também, a autora ressalta que uma nova geração politizada, em meados dos anos 70, passara a se organizar no MDB, pois este era o único partido de oposição consentido pelo regime. Ainda, segundo a autora, na década de 70, tivemos no Rio Grande do Sul o advento do IEPES, inspirado no CEBRAP de São Paulo, este grupo gaúcho funcionava como um centro de intelectuais, que tinha o intuito de elaborar e discutir políticas nacionais e estaduais, funcionando diretamente com o apoio do MDB gaúcho (REIS, 2001).

Ainda, o IEPES contava com a colaboração de amplos setores da esquerda gaúcha - organizada ou não, tanto dos PC's quanto por parte do pessoal egresso da esquerda armada, principalmente do POC. Quanto aos grupos advindo da esquerda armada, estes, embora muito resabiados, enxergavam, mesmo assim, o IEPES como mais um instrumento de luta

¹⁷ <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1973.asp>

disponível, em conjunto com o MDB. Tal incremento de força irá proporcionar, tanto no Estado como no resto do Brasil, um novo acúmulo de forças ao MDB nas eleições vindouras.

2.4.2 – RESULTADOS ELEITORAIS DE 1974 NO RIO GRANDE DO SUL

Neste contexto as eleições de 1974 se descortinaram com resultados positivos para a oposição do regime, o que Ulysses Guimarães veio a chamar de uma enxurrada de votos para o MDB, citado por Kinzo : “mais do que uma enchente, uma tromba d’água, que nos pegou de surpresa: elegemos 16 senadores, uma vitória extraordinária” (KINZO, 1988, p.157). No Rio Grande do Sul, tivemos os seguintes resultados.

QUADRO 12 - ELEIÇÃO PARA CÂMARA FEDERAL – 1974

PARTIDO	VOTOS	VOTOS%	CADEIRAS
MDB	1.289.314	49,97	19
ARENA	908.859	35,23	13
Branco	263.450	10,22	-
Nulos	181.151	4,58	-
Total	2.579.774	100	32

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.191

QUADRO 13 - ELEIÇÃO PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – 1974

PARTIDO	VOTOS	VOTOS%	CADEIRAS
MDB	1.302.097	50,47	33
ARENA	920.274	35,67	23
Branco	241.843	9,38	-
Nulos	115.560	4,48	-
Total	2.579.774	100	56

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.197

Em relação às eleições de 1974, no Rio Grande do Sul, o MDB saiu vitorioso do pleito, quando comparado com os resultados de 1970, uma vez que recebeu a maioria dos votos na sua legenda. Kinzo tece as seguintes explicações a respeito dos resultados favoráveis do MDB em âmbito nacional, o que poderíamos também aplicar para o caso do Rio Grande do Sul:

Com efeito, esses dados permitem concluir que o aumento na votação do MDB em 1974 não pode derivar-se apenas da transferência de apoio ao partido daqueles que haviam anteriormente protestado da anulação do voto, mas deve ser explicada também pela retirada do apoio à ARENA, sem

mencionar a possível influência do contingente de novos eleitores inscritos entre 1970 e 1974. (KINZO, 1988, p.161).

No tocante aos resultados para o Senado, depois do MDB perder para ARENA durante dois processos eleitorais (1966-1970), em virtude da sublegenda; nesta eleição o MDB vence com larga vantagem. Também, Noll & Trindade (2004, p.94) apontam que manteve-se o padrão de alternância da política gaúcho, ressaltando que nesta eleição para senador o MDB atingiu a maioria absoluta dos votos, comparável com a eleição de Brizola em 1958 (55,2%), demonstrando, assim, a sua equivalência com às eleições majoritárias do período anterior. Ainda, os autores citados apontam que a ampla campanha de mobilização de Paulo Brossard marcado por denúncias e crítica à ditadura, canalizou e serviu de esteio para os votos da população urbana do Rio Grande do Sul.

QUADRO 14- ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA – 1974

Partido	Candidato	Votos	% Votos
ARENA	Nestor Jost	897.803	34,80
	Manoel Braga Gastal*		
MDB	Paulo Brossard de Souza Pinto	1.383.288	53,62
	Ney de Almeida Brito*		
Branco		195.303	7,57
Nulos		103.380	4,01
Total		2.579.744	100

*Suplentes Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.186

QUADRO 15- ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS NO RGS - 1974

	ARENA	MDB	BR+NL
SENADO	34,80 %	53,62 %	11,58 %
C. FEDERAL	35,23 %	49,98 %	14,79 %
A. LEG.	35,67 %	50,47 %	13,85 %

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.146.

A respeito do quadro acima, percebemos que a estratégia política do MDB surtiu efeito junto aos eleitores, demonstrando que o MDB passou a ser realmente considerado um partido de oposição ao regime militar, como pretendiam os seus dirigentes, começando a imprimir a partir desta campanha um caráter plebiscitário nas urnas¹⁸. Salienta-se, conforme já enfatizado, que esta campanha eleitoral fora feita utilizando-se dos meios de comunicações, como o rádio e a televisão; através de uma campanha bem organizada, na qual denunciavam

¹⁸ “As eleições foram em geral consideradas equivalentes a um plebiscito em que os eleitores votaram antes contra o governo do que na oposição” (MOREIRA ALVES, 1984, p.189). Lamounier (1980, p.17-18), enfatiza que “houve um período de ‘aprendizagem’ antes que se configurasse a possibilidade do uso plebiscitário do voto”, o que segundo o autor veio a ser demonstrado nesta eleição, particularmente nos votos para o Senado.

as mazelas do país, desmistificando o milagre econômico, demonstrando assim uma relativa abertura do regime¹⁹.

QUADRO 16– RESULTADOS ELEITORAIS GERAIS NO BRASIL: NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL -1974

1974	SENADO FEDERAL	C. DOS DEPUTADOS	A. ESTADUAIS
% válida da ARENA	41,0%	51,9%	52,0%
% válida do MDB	59,3%	48,0%	47,9%

Fonte: MOREIRA ALVES, 1984, p.189

Essas vitórias relativas do MDB, no plano nacional e estadual, ressoaram na opinião pública, bem como nos analistas políticos, demonstrando que seria possível vencer o regime através do seu próprio esquema, ou seja, suas regras impostas²⁰. Ainda, no tocante às eleições no plano nacional, o MDB, tanto no Senado, quanto na Câmara, não atingiu a maioria, mas com o percentual que atingiu foi o suficiente para poder participar de Comissões Parlamentares de Inquérito e de influenciar na decisão sobre projetos de emenda constitucional. (KINZO, 1988, p.163).

2.5 – ANTECEDENTES DA ELEIÇÃO DE 1978

A ditadura fora relativamente derrotada nas eleições de 1974, em algumas regiões, e os prognósticos eram que em 1978 iria se manter a continuidade das vitórias para o lado do MDB. Sendo assim, a ditadura precisa conter esta “avalanche” de votos para o lado da oposição. Junta-se a esses fatores que o presidente eleito, Ernesto Geisel, estava propondo uma distensão do regime - gradual, lenta e segura.

A partir destes elementos, o regime passa a editar novas regras, a fim de não perder o seu campo político. Assim, é editada a **Lei Falcão**, que cria restrições para a propaganda eleitoral no rádio e na televisão para as eleições municipais de 1976.

Dessa forma em reação à vitória emedebista de 1974, o governo empreendeu o controle da propaganda eleitoral através da Lei Falcão (lei nº 6.339, de 1-7-76), com vistas ao pleito municipal de 1976 e ao fortalecimento do caráter

¹⁹ A saber, como nos informa KINZO, no plano nacional o MDB contou com o apoio do CEBRAP, ou seja, especialista na área política, a fim de organizar uma plataforma mais condizente e que pudesse ter um melhor apelo aos eleitores (KINZO, 1988, p.154).

²⁰ Segundo Kinzo, o MDB em novembro de 1974 obteve 16 das 22 cadeiras do Senado, aumentou sua representação na Câmara Federal de 87 para 160 deputados e conseguiu a maioria em seis assembleias estaduais (KINZO, 1988, p.157). Ainda, convém salientar que nesta eleição era 1/3 do Senado que estava em disputa.

local daquelas eleições, que deveriam ser, aos olhos do governo, um embate protagonizado pela ARENA. (MENEGUELLO, 1989, p.24)

Mais adiante, o governo decreta recesso congressional e edita o **Pacote de Abril**:

a vitória da oposição em 1976 e a emergente onda de mobilizações populares no período logo anterior às eleições gerais de 1978 eclodiram no recesso parlamentar compulsório e na edição do denominado “Pacote de Abril (decreto-lei nº 1.541, de 14-4-77) (MENEGUELLO, 1989, p.24)

O Pacote de Abril, de 1977, tinha as seguintes diretrizes visando às eleições: 1) reduzir de 2/3 para maioria absoluta o quórum legislativo; 2) prorrogar eleições indiretas para governadores de Estado; 3) introduzir eleições indiretas para 1/3 das cadeiras do Senado e 4) alterar o critério de cadeiras legislativas, favorecendo os estados tradicionais e conservadores, mudando, assim, a composição do Colégio Eleitoral, a ser reunido para a eleição do próximo Presidente da República. (MARENCO, 2007).

Nas palavras de Lamounier:

Usando dos poderes “revolucionários” do Ato Institucional nº 5, o Presidente Geisel decretou várias medidas que se destinavam a preservar a maioria no Senado para o partido governamental (a ARENA – Aliança Renovadora Nacional), a tornar improvável uma vitória oposicionista para a Câmara dos Deputados, e a postergar (de 1978 para 1982) o retorno às eleições diretas para os governadores estaduais (LAMOUNIER, 1987, p.45).

Ainda não devemos esquecer que entre a eleição de 1974 e 1978 tivemos nesse período o emblemático caso do assassinato, por parte das forças repressivas, do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e, posteriormente, do operário Manoel Fiel Fialho, no início de 1976, ambos ligados ao PCB. Tais fatalidades tiveram grande repercussão pública na imprensa e na sociedade civil, provocando a demissão do Comandante do Exército, vindo a ser os primeiros indícios, depois dos resultados de 1974, de uma possível abertura e abrandamento do regime. Pertinente destacar que neste período começou timidamente e cheio de incertezas a volta das manifestações no Brasil contra a ditadura, com o ressurgimento muito controlado do movimento estudantil e o início da Campanha da Anistia, que serviriam como estopim para a discussão não somente da abertura política, assim como para pôr em cheque o regime, acusando-o frontalmente de ditadura.

Também, evidencia-se que a partir de 1974 o chamado “milagre econômico”, proposto pelo regime militar, começara a ser desmascarado, mais ostensivamente, pela esquerda como sendo uma grande falácia, provocando, assim, a perda de uma parcela considerável de apoiadores do regime, que era expressa através dos votos. (SADER, 1988). No entanto, a

abertura era um jogo incerto, permeado de compressão e descompressão, o regime militar ao mesmo tempo em que concedia, também atacava e fustigava: No ano de 1976 tivemos dois deputados federais do MDB – Nelson Fabiano e Marcelo Gato – que tiveram os seus mandados de parlamentares cassados, em virtude de supostas ligações destes com o PCB (KINZO, 1988, p.168).

2.5.1 – OS PC’S: ENTRE AS VELHAS ESTRATÉGIAS E AS NOVAS TÁTICAS NA CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA DE 1978

Com a vitória relativa do MDB, nas eleições de 1974, o “PCB dentro de sua proposta de ‘Frente Patriótica Anti-Fascista’ e da tese do caminho pacífico para a revolução, apoia o MDB com todas as suas forças” (SILVA, s/d, p.152), ficando, assim, dentro do olho do furacão. Sendo que é pertinente destacar que em virtude desse ascenso, não era somente o PCB que se organizava dentro do MDB, pois novas ramificações da esquerda passaram a fazer uso também da sua estrutura orgânica e da máquina legal deste partido.

Após 1974, uma das conseqüências da vitória eleitoral do MDB naquele ano foi que o partido de oposição finalmente ganhou credibilidade como um canal de participação política [...] Os militantes de esquerda, como os remanescentes das organizações de guerrilha que haviam anteriormente se recusado a apoiar o MDB, começaram a filiar-se ao partido e formar diretórios regionais, particularmente nos distritos da cidade de São Paulo, tentando desenvolver atividades políticas com a população, assim como criar condições para o lançamento de candidatos comprometidos com suas linhas políticas específicas (KINZO, 1988, p. 46-47).

Obviamente, o PCB aproveitaria esse ascenso e superdimensiona o seu real poder de participação no pleito, através da imprensa, colocando-se como organização de esquerda protagonista e cooptada desta virada de 1974; tentando, assim, construir uma imagem além do seu real poder efetivo. Tal propaganda era compreensível, pois se a tática pecebista vinha condicionada à campanha e o sucesso da frente única, era natural a propaganda dos acertos da sua tática partidária com a vitória plebiscitária em 1974 do MDB, justamente com intuito de se legitimarem perante o conjunto das outras organizações de esquerda, assim como das novas coo-irmãs que afluíam ao MDB (MENEZES, 2002, p.300). Kinzo vai ao encontro desse comentário no seu livro, e, também, pondera a respeito da importância real dos comunistas dentro do MDB:

As organizações de esquerda, no entanto, não tinham uma base que se distinguísse de outras facções dentro do MDB. E isto porque não possuíam um número significativo de representantes, a ponto de possibilitar a formação de um grupo distinto **que influenciasse o processo de decisão do MDB**. Além disso, este apoio e participação não era resultante de uma negociação ou acordo entre o PCB por exemplo, e a cúpula do MDB (KINZO, 1988, p.56, grifo nosso)

No entanto, devemos relativizar a importância dos comunistas nesta segunda metade dos anos 70, no ínterim das eleições de 1974 e 1978. Pois, ao invés de ficarmos mensurando se o PCB ficou aquém ou além da imagem que eles gostariam de passar, o certo é que esta organização transformou-se no alvo prioritário da ditadura, após o aniquilamento da luta armada, e, principalmente, após a eleição de 1974. Na sequência imediata após a vitória emedebista, o PCB deu ampla cobertura dos resultados eleitorais através do seu jornal comunista *Voz Operária*, precipitando a ação da ditadura sobre o PCB, ocasionando que a sua gráfica e o seu jornal caíssem nas mãos da repressão logo em seguida às eleições²¹. Assim, a comunicação do partido com os eleitores fora cortada. No entanto, era necessário deixar o partido acéfalo: no período imediato à eleição, entre 1974 e 1975, parte considerável do Comitê Central do PCB caiu nas mãos da polícia política vindo a contar nas listas dos desaparecidos políticos, o restante partira para o exílio na Europa. Portanto, abria-se o regime, mas desde que o PCB não viesse a ser novamente uma força política (PANDOLFI, 1995, p.210; MENEZES, 2002).

Quanto ao PCdoB, após as últimas eleições, lança, em 1975, um “Manifesto aos Brasileiros”, em torno de três objetivos, que ficaram conhecidos como a política das três bandeiras, que eram as seguintes: 1) A anistia, ampla, geral e irrestrita; 2) A revogação de todos os atos e leis de exceção; e 3) A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana (LIMA, 1985, p.25), com o intuito de, entre outras razões, ampliar a sua tática partidária também na via institucional. No entanto, a ditadura não estava disposta a fazer concessões ao PCdoB, pois no ano seguinte, em dezembro de 1976, o Comitê Central reuniu-se a fim de discutir o processo do Araguaia, bem como acerca dos rumos e das resoluções partidárias, porém não foi desta vez que o PCdoB conseguiu realizar a sua formulação a respeito da linha política da sua organização e, conseqüentemente, o balanço do Araguaia. Nesta mesma ocasião, a polícia política descobre a reunião do Comitê Central, prendendo e assassinando os dirigentes do PCdoB, fato que ficou conhecido como a Chacina

²¹ No Rio Grande do Sul cai, também, nas mãos da repressão policial a gráfica do PCB, sendo imediatamente presos os seus responsáveis, fragilizando ainda mais o partido. (MARÇAL, 2004, p.197-198).

da Lapa²², em virtude de este ser o local em que o Comitê Central reunia-se (SILVA, s/d; GORENDER, 1987). O PCdoB encontra-se fragilizado no final da década de 70, com os seus principais dirigentes presos e/ou exilados, porém não aniquilado. Embora com dificuldade, consegue fazer parte das lutas do final dos anos 70, incorporando-se ao MDB através dos seus núcleos regionais no combate à ditadura e na luta em favor da anistia política.

A partir de 1974, vários grupos políticos marxista iniciaram uma rota de aproximação com o partido, que levou parte deles a se integrar efetivamente ao MDB, a exemplo do PCdoB e do MR-8, recém saídos de experiências fracassadas de luta armada, e que engrossariam a ala comunista do partido das oposições, ao lado (e em disputa com o) do PCB. Outros grupos preferiam não aderir inteiramente a um partido que ainda viam com suspeita, mas resolveram usá-lo como biombo para lançar candidatos às eleições ou como plataforma para facilitar a divulgação de seus próprios projetos (MOTTA, 2007, p.296).

No Rio Grande do Sul, tais movimentos conjunturais foram análogos, Eliana Reis em sua tese de doutorado (2007), salienta que o MDB nesta fase final tornou-se o partido pólo das ramificações da esquerda clandestina, que se utilizavam desta estrutura legal do MDB para fazer política e, conseqüentemente, distender a ditadura dentro do seu próprio jogo. A autora aponta que algumas organizações de esquerda clandestina, que estavam dentro do MDB, conseguiram lograr o regime e eleger seus candidatos em pleitos anteriores, bem como nas eleições de 1978²³.

Além do PCB, PCdoB e MR-8 estarem organicamente dentro do MDB, é importante apontar a emergência de Partido Revolucionário Comunista (PRC) no cenário político nacional; a partir da segunda metade dos anos 70, este partido nasce de uma cisão do PCdoB (SILVA, s/d; SALES, 2007, p.175). Quanto à expressão deste partido no Rio Grande do Sul, ele se aglutinou com o pessoal que já tinha cindido com o PCdoB, desde a década de 60, a chamada Ala Vermelha, mais expressivamente o grupo que passou a ser conhecido na virada dos anos 70 como o “Pessoal de Santa Maria”, que na realidade era um grupo coeso e que a sua constituição girava em torno da família Genro: Tarso e Adelmo Genro Filho (Reis, 2001 e 2007; Grill 2005). Tal afirmativa é importante, uma vez que demonstra as novas famílias/clivagens que estavam já constituídas, consolidando-se dentro do MDB gaúcho.

²² Pode-se considerar a Chacina da Lapa como o último ato repressivo contra a Guerrilha do Araguaia, pois foi a oportunidade que a ditadura logrou para efetivar a sentença de morte aos últimos comandantes do Araguaia, que ainda encontravam-se vivos. (SOUZA, 2006, p.165-166).

²³ Eliana Reis aponta que a eleição municipal de 1976 representou a maioria para a nova juventude de esquerda que militava dentro do MDB gaúcho, pois nessa eleição alguns militantes das emergentes organizações conseguiram eleger-se para vereador (REIS, 2001, cap. 4). Ainda, em sua tese de doutorado Reis (2007) salienta que a eleição de 1978, o deputado estadual eleito, Américo Copetti foi o candidato oficial da TS, que veremos mais adiante.

Quanto ao pessoal de Santa Maria, Reis (2001) aponta que já nas eleições de 1976, dentro do MDB, eles elegeram três vereadores, inclusive o próprio Adelmo Genro

Pertinente destacar que o pessoal de Santa Maria, juntamente com o PCdoB e o PCB vieram a constituir no MDB, no final dos anos 70, a chamada Oposição Popular. Além do Grupo de Santa Maria, Reis (2001e 2007) aponta a emergência de um novo grupo dentro do MDB, denominado TS (Tendência Socialista), que contava também em suas fileiras com egressos do POC, entre os quais destacava-se Raul Pont, capitaneando tal corrente; constituindo-se, assim, como um grupo muito importante e destacado dentro do MDB, disputando força com as correntes políticas em questão. Sendo assim, destaca-se que no final dos anos 70, no Rio Grande do Sul, tínhamos no MDB as seguintes expressões de esquerda: 1) a Tendência Socialista, formada por ex-POC e juventude emergente do MDB; 2) a Oposição Popular²⁴, formado por independentes, PCB, PCdoB e o Pessoal de Santa Maria, posteriormente denominado PRC; e, 3) um grupo de ex-petebistas históricos (REIS, 2001 e 2007).

Quanto à denominação de tendência dentro do MDB, veremos que o grupo que assume fortemente esta conotação é a TS, no final dos anos 70, já num quadro de maior abertura do regime e com um viés nitidamente regional; ainda, percebe-se que a cristalização da denominação de tendência deu-se no grupo que posteriormente veio a formar o PT, que seria um partido expressivamente caracterizado sob o prisma organizacional de tendências políticas (PIRES, 1996). De acordo com Raul Pont, em texto escrito originalmente em Fevereiro de 1978, temos algumas considerações sobre a gênese da Tendência Socialista dentro do MDB, assim como qual era o entendimento das limitações do MDB:

Em primeiro lugar, é importante ficar claro que **a proposta de uma Tendência Socialista no MDB gaúcho é uma proposta regional**, [...] O que é evidente para a formação de uma Tendência Socialista é não confundir o partido, suas direções nacionais e regionais, sua orientação ideológica predominante atual, com o conjunto das bases partidárias. Muitos destes setores entram e atuam no MDB, pois é a única via que encontram – na maioria dos casos – para fazer política, defenderem interesses populares. O MDB não possui um programa único, uma direção verticalizada ou um comportamento monolítico. Nem os compromissos com decisões de convenções partidárias são obedecidos, nem o partido é homogeneizado por uma imprensa sistemática, por uma formação ideológica constante. É realmente uma “frente das oposições” que sobrevive enquanto existir o

²⁴ Eliane Reis denomina Oposição Popular. No entanto, também, em alguns materiais da imprensa, do período, além da denominação Oposição Popular, aparece o termo de Tendência Popular, ficando difusa nas fontes primárias, assim como nas entrevistas realizadas, a real denominação: ora oposição, ora tendência.

bipartidarismo. [...] Entendemos que a situação no MDB está madura para a formação de uma Tendência Socialista que agrupe em seu interior as posições mais conseqüentes e permita dessa forma substancial sua intervenção dentro e fora do Partido (PONT, 1985, p.63, grifo nosso)

Percebemos, assim, que essas distinções dentro do MDB respondiam aos anseios candentes dos diferentes grupos: 1) Para o pessoal da TS, segundo Pont (1985), já estava premente a idéia de uma nova construção partidária com um viés ideológico próprio, em face dos indícios do afrouxamento do regime e 2) para o pessoal da Oposição Popular, em face das limitações objetivas e perseguições, ainda recentes, que a ditadura infringia aos PC's a legalização partidária ainda não estava tão presente no horizonte: “sobre os ‘projetos de sociedade` em pauta, o primeiro defendia a condução ‘imediata ao socialismo`, ao passo que o último sustentava o comprimento da etapa democrática” (REIS, 2007, p.210). Portanto, as diferenças não se davam apenas pelo caráter ideológico e alinhamento político, mas também no vislumbramento partidário futuro. Assim, os PC's se (re)estruturavam internamente dentro do MDB com o intuito de ampliar mais ainda a estrutura emedebista e com isso propiciar a distensão do regime a partir das próprias bases partidárias da agremiação, sendo que somente com o fim efetivo do regime militar esperavam obter a sua legalização partidária.

2.5.2- RESULTADOS ELEITORAIS DE 1978 NO RIO GRANDE DO SUL

Nesta conjuntura, dentro deste jogo de força e com o progressivo ascenso da esquerda em composição com o MDB, temos os seguintes resultados eleitorais no caso do Rio Grande do Sul:

QUADRO 17 - ELEIÇÃO PARA CÂMARA FEDERAL – 1978

PARTIDO	VOTOS	VOTOS%	CADEIRAS
MDB	1.488.926	47,57	18
ARENA	1.197.828	38,27	14
Branco	313.940	10,04	-
Nulos	128.891	4,12	-
Total	3.129.585	100	32

Fonte: NOLL E TRINDADE, 1995, p.209

QUADRO 18 - ELEIÇÃO PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – 1978

PARTIDO	VOTOS	VOTOS%	CADEIRAS
MDB	1.515.575	48,42	31
ARENA	1.199.688	38,33	25
Branco	281.127	8,99	-
Nulos	133.195	4,26	-
Total	3.129.585	100	56

Fonte: NOLL E TRINDADE, 1995, p.215

Podemos observar que o MDB manteve-se como o caudatário dos votos de protestos, bem como os índices de votos nulos e brancos se mantiveram abaixo dos resultados de 1970, tais números demonstram o fortalecimento e o reconhecimento do MDB no cenário político gaúcho. Quando comparamos os resultados de 1978 com a eleição de 1974, podemos observar que além da manutenção e da consolidação do MDB no cenário eleitoral; também verificamos que houve o aumento do número de votos à legenda, assim como o aumento do número de cadeira na bancada oposicionista.

Quanto ao Senado tivemos a vitória de Pedro Simon, do MDB, mantendo vivo o caráter de oposição do Rio Grande do Sul (1974-1978); no entanto, quebrando o padrão de alternância política que vinha desde o período multipartidário anterior ao golpe (NOLL & TRINDADE, 2004, p.94).

QUADRO 19 - ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA - 1978

Partido	Candidato	Votos	% Votos
ARENA	Mário Bernardino Ramos	620.405	19,82
ARENA	José Mariano da Rocha Filho	329.982	10,54
ARENA	Fernando Afonso Gay da Fonseca	140.744	4,49
MDB	Pedro Jorge Simon	1.751.469	55,97
	Alcides José Saldanha		
	Ivo Sprandel		
Branco		174.766	5,59
Nulos		112.219	3,59
Total		3.129.585	100

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.204

Ainda, se pudéssemos traçar a trajetória das figuras mais eminentes do MDB seguramente se destacaria Pedro Simon, egresso do velho PTB, sendo que nestas eleições ele conquistou a vaga de senador, mantendo, assim, ainda viva as raízes do trabalhismo dentro do MDB. (GRILL, 2005).

QUADRO 20- ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS NO RGS - 1978

	ARENA	MDB	BR+NL
SENADO	34,87%	55,96%	9,17%
C. FEDERAL	38,27%	47,58%	14,15%
A. LEG.	38,33%	48,43%	13,24%

Fonte: NOLL e TRINDADE, 1995, p.146.

QUADRO 21- RESULTADOS ELEITORAIS GERAIS NO BRASIL: NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL - 1978

1978	SENADO FEDERAL	C. DOS DEPUTADOS	A. ESTADUAIS
% válida da ARENA	43,0%	50,4%	50,9%
% válida do MDB	56,9%	49,5%	49,9%

Fonte: MOREIRA ALVES, 1984, p.198-199

Quando comparamos os resultados do MDB gaúcho com os resultados do MDB em âmbito nacional, percebemos a consonância de votos, demonstrando, assim, que o Rio Grande do Sul mantinha-se como um dos estados com firme oposição à ditadura militar. Corroborando para tal análise, Moreira Alves (1984, p.200) afirma que além as eleições de 1978 confirmaram o caráter plebiscitário das urnas, também demonstraria que o MDB apresentava força na região Centro-Sul; já a ARENA, “preservou sua forte influência nos estados menores do Norte e Nordeste, onde caciques e burocratas locais podiam desenvolver um sistema de clientelismo político”. Ou seja, o MDB evoluía e estabilizava-se nas regiões mais desenvolvidas do país, demonstrando, assim, o seu caráter eminentemente urbano.

CONCLUSÃO

Ao trabalharmos com o MDB e os PC's no cenário gaúcho, procuramos destacar: 1) a linha de continuidade entre o antigo PTB e o MDB no estado; 2) o processo de afirmação do MDB como oposição legítima ao regime autoritário, com a manutenção dos líderes trabalhistas dentro do MDB por um longo período, assim como a ressignificação do legado trabalhista; e, 3) as resoluções políticas do Comitê Central dos PC's, que convergiram para o MDB no final da década de 70, tanto no plano regional, quanto nacional.

No que tange especificamente aos PC's, percebemos que as políticas destes com relação ao MDB foram sendo construídas e gestadas passo a passo. No tocante ao PCB, este se associou desde o primeiro momento; quanto ao PCdoB, mesmo com reservas e duras críticas, este, em virtude de sua política que primava pela idéia de revolução camponesa e

operária, demorou em aceitar plenamente o MDB como sendo o partido político legal para construir a sua política de alianças, com o intuito futuro de derrubar o regime militar.

Percebemos ao longo do capítulo, que o MDB precisou enfrentar duas grandes dificuldades: 1) primeiro, tendo que se legitimar perante os eleitores como o partido da oposição à ditadura e 2) mais difícil ainda, sendo o partido de oposição ao regime, dentro das regras impostas pela ditadura. Tal equilíbrio foi processado respeitando os limites e as brechas dadas pela ditadura, pois num primeiro momento, principalmente no tocante a eleição de 1970, um grande número de eleitores, em âmbito nacional, não o compreenderam e não o aceitaram como tal²⁵. Já, num segundo momento, entre as eleições de 1974 e 1978, há essa percepção, na qual o MDB toma corpo da situação, reelabora a sua estratégia e consegue vencer relativamente o regime, mesmo com limitações impostas, conforme podemos ver no quadro abaixo:

QUADRO 22 - SÍNTESE DO BIPARTIDARISMO - RS

	PARTIDOS	1966	1970	1974	1978
SENADO	ARENA	42,60%	44,16%	34,80%	34,87%
	MDB	40,43%	40,45%	53,62%	55,96%
CÂMARA FEDERAL	ARENA	41,43%	43,78%	35,23%	38,27%
	MDB	43,97%	36,39%	49,98%	47,58%
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	ARENA	42,82%	44,58%	35,67%	38,33%
	MDB	44,03%	36,88%	50,47%	48,43%

Criado a partir: NOLL & TRINDADE, 1995, p.146

Seguindo o mesmo caminho os PC's também depuram as suas resoluções políticas, servindo como bússola justamente os ascensos eleitorais do MDB ao longo da década de 70. Neste percurso, as eleições de 1974 representaram o ponto de inflexão não somente do MDB, assim como do próprio regime, e, igualmente, dos PC's; pois a partir de 1974 as eleições passaram a ter um caráter plebiscitário – pró e contra-regime. Sendo assim, o MDB soube aproveitar esse momento de distensão lenta, segura e gradual do regime.

No Rio Grande do Sul, assim como outros centros urbanos do Sul e do Sudeste, os oponentes do regime souberam capitalizar a massa de novos moradores egressos da zona rural e transformar em votos para o MDB, através de um discurso conjugando: economia, custo de vida, exclusão social e a política nacional. Não podemos esquecer que muito dessas

²⁵ Conforme já exposto, em 1966, no Rio Grande do Sul, o MDB somente perde para o Senado em virtude da sublegenda.

resoluções políticas foram retiradas e extraídas de posições dos próprios PC's e/ou militantes de esquerda que trabalhavam “legalmente” em órgãos de promoção e divulgação de idéias de esquerda, como foi o caso do CEBRAP e IEPES, sendo que este último pertencia ao MDB. Percebemos, assim, a acomodação das novas clivagens do campo de esquerda, as quais utilizavam-se do MDB como instrumento legal de luta, gestando novas composições, novos personagens e atualizando repertórios de luta (KINZO, 1988; REIS, 2001 e 2007).

Logo, o MDB no Rio Grande do Sul, apesar de ser um partido criado artificialmente pela ditadura, representou as divergências e as clivagens já existentes no seio da sociedade gaúcha. Da mesma forma, a política regional gaúcha refletia-se na condução e na reelaboração do MDB nacionalmente, tornando o Estado um dos bastiões da oposição, de fato, ao regime militar, cumprindo um papel relevante e sendo ator importante no processo de distensão do regime. Portanto, no período de 1966 a 1978 o MDB definitivamente tornou-se um partido “real” (efetivo), ainda que mantivesse no seu interior “clivagens” importantes e diversas, as quais se comportarão de maneira diferenciada diante da possibilidade aberta com um novo sistema partidário em 1979.

No período que se abre em 1979, com o fim do regime bipartidário, o MDB gaúcho comportava em sua estrutura vários atores, personagens e organizações, ou seja, novas e velhas clivagens que foram aglutinadas forçosamente dentro do MDB. Tais elementos serão muito importantes para interpretar o capítulo seguinte, o qual terá como foco a eleição de 1982. Tal pleito é de fundamental importância para o exame das velhas e novas clivagens, ou seja, quais os partidos que se formaram com o retorno ao multipartidarismo; do mesmo modo, compreenderemos por que os PC's se mantiveram dentro do MDB-PMDB.

CAPÍTULO 3- AS ELEIÇÕES DE 1982 NO RIO GRANDE DO SUL: O PMDB E OS PARTIDOS COMUNISTAS EM FACE AO CONTEXTO NACIONAL

INTRODUÇÃO

Este capítulo possui entre seus objetivos principais reconstruir a eleição de 1982 no Rio Grande do Sul, seus respectivos eventos, partidos e personagens. Para tanto, primeiramente, pretendemos expor os antecedentes, em âmbito nacional, que nortearam a eleição de 1982, dando ênfase aos aspectos conjunturais que indicaram os rumos do pleito eleitoral, assim como, quais eram os novos partidos que surgiram com a reconfiguração partidária. Posteriormente, enfatizaremos a relação dos PC's com o MDB-PMDB, dando destaque às relações infrapartidária do período. Torna-se pertinente, também, destacar a análise da linha tático-estratégica dos PC's, assim como qual era interpretação quanto aos limites do processo de distensão e redemocratização do regime. Por fim, analisaremos os resultados eleitorais do pleito de 1982, bem como qual foi o impacto nos comunistas advindo do processo eleitoral.

A fim de compreendermos o processo eleitoral em curso no ano de 1982, precisamos entendê-lo como constitutivo de um cenário amplo, que já vinha se desenhando ao longo da década de 70, conforme sublinhado no capítulo anterior. Portanto, torna-se necessário agregarmos algumas considerações a respeito de dois pontos que nos parecem fundamentais: 1) enfatizar alguns elementos a respeito da transição do regime militar, no limiar do pleito; destacando aspectos da conjuntura brasileira, que demonstre as mudanças objetivas da sociedade e o processo de aceitação das forças oposicionistas e 2) examinar os efeitos das alterações no sistema partidário no período da eleição, com os novos partidos que surgiam e ainda com os limites impostos pela ditadura.

3.1– 1979-1982: ENTRE OS REFLEXOS DA CONJUNTURA E A EMERGÊNCIA DOS NOVOS ATORES

Em seu artigo acerca da transição democrática brasileira Maria D'Alva Kinzo, *A democratização Brasileira : um balanço do processo político desde a transição* (2001), sugere a divisão: **Primeira Fase** (1974 a 1982), na qual temos como fato marcante, já

sublinhados na dissertação, o resultado da eleição de 1974, indo até a eleição de 1982; **Segunda Fase** (1982 a 1985), na qual é importante destacarmos a eleição de 1982 e a passagem do governo militar para um civil eleito pelo Colégio Eleitoral; finalmente, uma **Terceira Fase** (1985 a 1990), a partir do início do governo civil até a primeira eleição direta para presidente, que tomou posse em 1990. Essas três fases delimitadas por Kinzo são de grande valia para compreender o processo de transição; no tocante a este capítulo, nos dedicaremos especificamente a passagem da Primeira para a Segunda Fase e os seus respectivos desdobramentos.

Segundo Kinzo (2001), quanto às peças que compõem o mosaico da Primeira Fase de transição (1974 a 1982), alguns elementos têm que ser postos em destaque: 1) os processos eletivos, propiciando um descrédito da ARENA e, conseqüentemente, da ditadura; 2) colapso da ordem econômica, fim do chamado “milagre econômico”; e, 3) facções distintas do regime militar, disputando o governo. Segundo a literatura política, quando Geisel assumiu a Presidência propondo a distensão do regime, ele precisava enfrentar de um lado a oposição radical e de outro lado a ultra-direita, que incomodava e não queria perder o poder. Tal fator tornava ainda mais incerto e belicoso o processo de distensão, necessitando tanto das habilidades da cúpula militar, quanto de um certo grau de “ponderação” por parte da oposição legal que compunha o MDB, com o intuito de evitar que houvesse um possível retrocesso e voltasse a facção linha-dura, como fora o período do presidente Médici (1969-1974).

Ainda, no que tange ao aspecto econômico, este item é apontado pela literatura como um dos grandes pontos fracos da ditadura, pois na medida em que o regime não conseguiu sustentar o seu modelo econômico, o milagre do desenvolvimento brasileiro fracassa: “O problema econômico era certamente um elemento crucial a ser levado em conta se os militares quisessem retornar aos quartéis com segurança” (KINZO, 2001, p.5). A questão do fator econômico pesa sobremaneira para a evolução da política de Geisel; o regime, por seu turno, ao invés de modificar a política econômica a mantém, ampliando a dívida externa, aumentando a inflação e ainda manipulando índices econômicos.

No final do ano de 1978, entre os dias 08, 09 e 10 de dezembro de 1978, ocorre no Rio de Janeiro o Encontro Nacional pela Democracia, promovido pela Central Brasil Democrático – CEBRAD – que tinha como iniciativa discutir os rumos do regime, os limites institucionais, a crise econômica e as possibilidades que a ditadura dava para a transição iniciada. Neste evento diversas personalidades do cenário nacional foram convidadas e se fizeram presentes, a fim de discutir os possíveis caminhos da reestruturação democrática. Nesta ocasião, Bresser Pereira vai afirmar:

Se voltarmos a 1974, vamos lembrar que é nessa época que se inicia no Brasil o processo de desaleração econômica, de recessão econômica, em que após taxas de crescimento de 10, 11% ao ano, o famoso milagre terminou e passamos a crescer à metade. Então, a desaceleração vai se caracterizar por algumas coisas: pela redução da taxa de crescimento, pelo aumento da taxa de inflação, que vinha até então caindo e passa agora a subir, pelo surgimento do problema do déficit da balança de pagamento, com o aumento da dívida externa, que só agora se torna patente, e também pelo surgimento de um problema do desequilíbrio do déficit do orçamento fiscal. [...] Mas naquela época estava começando e realmente não se podia falar ainda, no Brasil, de uma crise econômica. Agora que se passaram quatro anos e chegamos até 1978, creio já podermos falar que o Brasil se encontra diante de uma crise [...] (BRESSER PEREIRA, 1979, p.83).

Embora mascarando tais índices e divulgando números errôneos quanto a real inflação, a verdade dos números acaba por aparecer. A partir de tal fato, os metalúrgicos começam as campanhas de mobilização, no final da década de 70, a fim de repor as perdas do período. Temos, então, o início da eclosão dos grandes eventos do ABC Paulista, que se espalhou por todo o Brasil.²⁶ O novo sindicalismo emerge nesse período, vindo a ser um novo ator que até então não estava presente, configurando-se como um quadro diferenciado de opositores do regime, distinto das forças conservadoras e liberais que até então disputavam os meandros da transição política (ARTURI, 2001, p.18).

Além desses elementos econômicos que colocavam em cheque a ordem do regime, havia ainda o conjunto da população lutando por outras conquistas e pela abertura do regime, sendo um dos mais marcantes a luta pela Anistia: Ampla, Geral e Irrestrita. Também pesa como grande mobilização no final da década de 70 a luta contra a carestia, assim como a emergência dos novos movimentos sociais e o apoio da igreja nesse processo de luta. No que tange à igreja é de suma importância o papel das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), assim como CPT (Comissão Pastoral da Terra), uma vez que a igreja, enquanto instituição, serviu como sustentáculo da oposição fragilizada; muitas vezes dando apoio no caso de prisões indevidas, assim como nas denúncias dos casos de torturas. Portanto, todos esses elementos somados, juntamente com os anseios de abertura e distensão do regime militar davam a tônica do período que se descortinava no final da década de 70 e início dos 80, no qual teremos o fim das medidas arbitrárias e a reconfiguração partidária (SADER, 1988).

²⁶ A literatura política que trata sobre o períodos das greves no Brasil é bem ampla, destacamos por exemplo: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Tendências Recentes de Negociação Coletiva no Brasil**: Primeiras idéias para discussão. CLACSO México. 1980. VIANA, Luiz Werneck. **A Classe Operária e a Abertura**. São Paulo. Ed. CERIFA. 1983. SADER, Eder. **Quando Novos personagens entram em cena**. São Paulo. Paz e Terra. 1988. RODRIGUES, Leôncio Martins. **As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais**. Boito Jr, Armando (org). **Sindicalismo nos anos 80**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1990.

O importante de compreendermos nesta unidade é que os novos atores que emergiram na cena política no final da década de 70 não foram personagens isolados, mas sim parte integrante de um longo processo de luta no combate à ditadura, assim como “resultante da ideologia política pós-68” (CARDOSO, 1991, p.197). Pois tínhamos a oposição legal (MDB), a oposição clandestina (PC’s e outros grupos de esquerda), o novo sindicalismo, a igreja, os movimentos populares, em síntese, um mosaico de atores, que somados com os fatores objetivos do desgaste do regime e associados ao esgotamento econômico corroboravam para que o processo de distensão fosse aparentemente irreversível. Assim, devemos pensar esses elementos elencados como partes de um somatório; porém, como sugerem alguns autores, pondo ainda sempre o destaque ao processo eletivo, como sendo um fio condutor, que conseguia pôr em cheque realmente o regime militar, dentro das regras impostas pelo próprio sistema arbitrário da ditadura.

Gradual e pacífica, abertura brasileira parece bastante singular [...] não resultou de uma clara mobilização de massas, nem foi precipitada por acontecimentos dramáticos ou eventos externos [...]. O processo brasileiro não conheceu uma conjuntura desse tipo. **Aqui, uma acumulação gradual de pressões foi canalizada através do processo eleitoral.** Os resultados das eleições funcionaram de fato como indicadores do grau em que o regime autoritário perdia legitimidade ajudando por sua vez a agregar pressões ulteriores contra ele. (LAMOUNIER, 1987, p.44, grifo nosso)

Tais elementos, além de dar a tônica do processo que surge ao final dos anos 70, serviram para testar os limites da própria ditadura no processo de distensão, advindo das perdas que o regime tivera por problemas macroestruturais e do surgimento dos novos atores. Portanto, se no início do governo Geisel a ditadura tinha o total controle da situação, no final do seu governo e início do governo Figueiredo o processo não era totalmente às claras, havia ainda muitas incertezas, mas algumas decisões já haviam sido tomadas por parte da equipe do Geisel e eles não poderiam mais voltar atrás, sob pena de um recuo e, assim, a distensão não sairia conforme o esperado pelo grupo militar.

Logo, torna-se necessário entendermos toda essa nova correlação de forças que havia, um tanto delicada, que exigia de Geisel e de seu grupo algumas medidas enérgicas, a fim de terem um esperado retorno seguro aos quartéis. No tocante às ações empreendidas pela cúpula militar destaca-se um conjunto de leis e reformas constitucionais; que tinham o intuito de justamente beneficiar o governo. Podemos dizer que, para tais medidas, os militares contavam a seu favor com leis oportunistas e casuístas, editadas sob o beneplácito da direita civil (ARENA); a oposição, tanto a legal (MDB-PMDB), quanto à ilegal (PC’s), no tocante a estas

medidas, pouco podiam reagir neste momento de reconfiguração do cenário político, em face de sua fragilidade e dispersão.

3.2 – A REFORMA PARTIDÁRIA: A CONFIGURAÇÃO DO NOVO QUADRO POLÍTICO NACIONAL

Como já observamos, o processo de abertura não se deu de forma gratuita pelo regime militar, pois configurou-se como um processo contínuo e extremamente desgastante de sucessivas lutas políticas, acordos em diferentes instâncias institucionais, assim como a pressão contínua dos novos atores sociais, principalmente dos setores urbanos emergentes, que deram origem aos novos movimentos sociais e ao novo sindicalismo. Mesmo assim, dentro de um quadro de constante dialética, o processo de transição deu-se dentro dos marcos esperados pelo regime e de acordo com os limites de institucionalização impostos pela ditadura.

Dessa forma, a transição democrática deu-se em virtude de uma sucessão de pequenas liberdades concedidas pela direita, sendo estas amplamente negociadas através de sucessivas e demoradas conquistas da oposição. Tivemos, assim, paulatinamente algumas vitórias no campo democrático: No ano de 1978 fora revogado pela **Emenda Constitucional n. 11**, de 13 de outubro, o **Fim do AI-5**. Em março de 1979 assumia a Presidência da República o General Figueiredo, “apregoando a democracia como objetivo final da ‘abertura política’ que promoveria durante o seu governo” (ARTURI, 2001, p.18). A fim de consolidar o processo de abertura, temos a concessão da Anistia, não a ampla, geral e irrestrita como gostariam os setores mais avançados da sociedade e da esquerda, mas a Anistia possível, ainda que limitada - **Anistia (lei n. 6.683, de 28-8-79)**, que entre outras coisas, trouxe, além da volta dos exilados políticos ao Brasil, também a abertura das prisões, assim como o restabelecimento dos direitos políticos.

No ano de 1979, tivemos um grande incremento no processo de transição do regime militar, no que confere à moldura partidária. Pois, de acordo com a **lei da Reforma Partidária (lei n. 6.676, de 20-12-79)**, tivemos o **fim de MDB e da ARENA**, mas como era de se esperar, de modo controlado e com limites impostos. Nesse sentido, além das rígidas normas para a organização partidária, a ditadura impôs restrições jurídicas que impossibilitaram a legalização dos partidos comunistas. Na expressão de Meneguello (1989, p.27) “o período entre 1980 e 1982 foi preenchido por medidas político-eleitorais ora

casuístas, ora liberalizantes, que visaram construir um cenário aparentemente democrático para a atuação de um PDS fortalecido pelas manobras institucionais”.

Como afirma Arturi:

A anistia e a reforma partidária se inscreviam na estratégia do regime de dividir a oposição para acabar com o caráter plebiscitário crescentemente desfavorável ao regime, das eleições bipartidárias. Esta manobra foi parcialmente vitoriosa, pois a oposição dividiu-se, com efeito, entre vários partidos e os quadros do regime permaneceram majoritariamente no novo partido governista, o PDS (Partido Democrático Social). (ARTURI, 2001, p.18)

Segundo a expressão de Lamounier e Meneguello (1986, p.74) “o objetivo explícito da reforma partidária era fragmentar a oposição”. Assim, mesmo havendo sérias imposições e dificuldades, criam-se seis novos partidos, que seriam os seguintes: 1) O **PDS** – Partido Democrático Social, govenista, sucessor da extinta ARENA; 2) O **PMDB** – o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sucedâneo do MDB; 3) O **PP** – Partido Popular; 4) O **PT** – Partido dos Trabalhadores, 5) **PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro e 6) O **PDT** - Partido Democrático Trabalhista.

Na distribuição de cadeiras na Câmara Federal, conforme quadro abaixo, podemos ver claramente como ficou essa distribuição entre os deputados, de acordo com a nova opção partidária, dentro dos novos marcos do multipartidarismo.

QUADRO 23- REALINHAMENTO PARTIDÁRIO - CÂMARA FEDERAL – JANEIRO DE 1982

Novos Partidos	MDB	ARENA
PMDB	109	6
PDS	22	193
PP	41	28
PTB	1	3
PDT	10	X
PT	5	X
Indecisos	1	1
TOTAL	189	231

Fonte: KINZO, 1988, p. 209

De acordo com o observado, percebemos que os parlamentares do MDB se fragmentaram em todos os partidos, obviamente concentrando-se no PMDB. Por outro lado, constatamos a coesão dos egressos da ARENA em firmar posição política dentro do PDS,

demonstrando, assim, os acertos do regime militar em dividir a oposição na abertura deste regime.

Ainda, dentro do processo de abertura negociada/pactuada, havia dentro das forças armadas, contudo, uma ala radicalizada, não satisfeita com o percurso que estava se dando à abertura do regime. O caso emblemático desse processo é o atentado do Riocentro no momento da comemoração do 1º de maio de 1981. Esse atentado foi um ato da extrema-direita militar, sendo que felizmente, para os rumos da democracia, a bomba estourou antes, ainda no carro dos militares que estavam forjando o atentado. O intuito era o de acusar a esquerda como a artífice do atentado a bomba que iriam deflagrar. Por fatalidade, o caso teve o reverso esperado, pois serviu para expor e desmobilizar a direita golpista, determinando ainda mais o afastamento da cúpula militar da ala mais radicalizada da ditadura, também tal fato revelou um precioso indício: “forneceu a todos os atores políticos a certeza de que o processo de transição não mais corria o risco de ser interrompido por um golpe proveniente dos setores duros do regime” (ARTURI, 2001, p.19).

Na seqüência direta dos fatos, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva demitiu-se, assumindo Leitão de Abreu, este impondo, nesse ínterim, novas regras ou novos arbítrios: Em 1981, tendo em vista as eleições de 1982, é elaborado o “**Pacote de Novembro**”, o qual previa uma série de alterações legais que teriam peso no processo eleitoral de 1982: 1) proibia-se as alianças partidárias e 2) exigia-se que os partidos lançassem candidatos a todos os cargos que se encontravam em disputa, governador do Estado, senador, deputados estaduais, vereadores e prefeito; sendo que, tornava-se implícito a vinculação do voto do plano local ao nacional, em síntese, se o eleitor votasse em partidos diferentes o seu voto seria anulado. Do lado da oposição, como consequência, as medidas do **Pacote de Novembro**, o PP decide pela incorporação ao PMDB, em fevereiro de 1982, diminuindo, assim, o número de partidos no cenário eleitoral (KINZO, 1988; MOREIRA ALVES, 1984).

QUADRO 24 - REALINHAMENTO PARTIDÁRIO CÂMARA FEDERAL – AGOSTO DE 1982

Novos Partidos	MDB	ARENA
PMDB	136	32
PDS	28	196
PTB	11	3
PDT	09	X
PT	5	X
Indecisos	1	1
TOTAL	189	231

Fonte: KINZO, 1988, p.212

No decurso do ano de 1982, conforme enfatiza Kinzo (1988, p.212), o governo ainda fazia diversas manobras nas vésperas da eleição, a fim de controlar o processo político fazendo alterações na legislação eleitoral: “o governo restabeleceu a exigência de maioria de dois terços para aprovação de emendas constitucionais, limitando o poder de fogo de uma possível aliança oposicionista” (KINZO, 1988, p.212-213). Em síntese, no prelúdio do pleito de 1982 o governo imprimia fortemente a sua marca autoritária, valendo-se de medidas extremamente casuístas de modo a beneficiar explicitamente o partido do regime, e, assim, conduzir com mais segurança a transição e, conseqüentemente, a volta da corporação militar aos quartéis²⁷.

3.3 - O MDB-PMDB E OS PARTIDOS COMUNISTAS: DA RECONFIGURAÇÃO PARTIDÁRIA ÀS ELEIÇÕES DE 1982 NO RIO GRANDE DO SUL

Nesta parte da dissertação abordaremos os desdobramentos no MDB/PMDB resultantes da reconfiguração partidária, em especial, como se processava a relação com os PC's, não somente no tocante ao plano programático, mas também na sua relação cotidiana, uma vez que estes permaneceram no PMDB, configurando a “dupla militância”.

3.3.1 - O MDB-PMDB: DA EVOLUÇÃO PARTIDÁRIA À SUA ESTRATÉGIA ELEITORAL DE 1982

Como já fora abordado, a eleição de 1982 cumprirá um papel importante na transição do regime, tanto por seu caráter de novidade advinda do multipartidarismo, quanto pela função dos eleitos neste pleito, que iriam escolher o novo presidente, através do voto indireto no Colégio Eleitoral. Sendo assim, conforme já explicitado, a ditadura obrigara a vinculação de voto e a não coligação dos partidos, ocasionando desta forma, de acordo com o esperado pelo regime, a fragmentação da oposição. No Rio Grande do Sul, devemos pôr em destaque que o caráter bipartidário rompe-se já com o advento da reforma partidária, conforme podemos ver na distribuição e na composição dos deputados estaduais na Assembléia Legislativa, no período referente a 45ª Legislatura de 31/01/1979 a 31/01/ 1983.

²⁷ É valido lembrar, que nesta eleição ainda estava em curso a Lei Falcão de 1976, que criava restrições na propaganda eleitoral. Esta lei somente será revogada em 17/10/1984.

QUADRO 25- REALINHAMENTO PARTIDÁRIO – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – RS

ANO	ARENA	MDB		TOTAL
1979	25	31		56
1980	25	18	13	56
	PDS	PMDB	PDT	

Fonte: <http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/pdf/1979-1983.pdf>

Portanto, conforme o quadro acima, podemos perceber que assim como o PMDB nacional saiu fortalecido com os egressos do MDB, o mesmo ocorre com o PMDB gaúcho, mas em menor proporção, uma vez que o PDT absorve boa parte dos deputados da Assembléia Legislativa oriundos do MDB, sendo uma terceira força política no Estado.

Quanto ao PMDB nacional, nas eleições de 1982, lembramos que esse partido contou com a estrutura dos diretórios advindos do MDB. Além disso, em virtude do legado de oposição desse partido desenvolveu a sua propaganda eleitoral preponderantemente sob a premissa do **Voto Útil**, enfatizando o papel do PMDB como o real partido de oposição histórica no combate à ditadura. Para justificar tal endosso vem a favor do PMDB o peso do seu nome P-MDB, bem como associava a sua luta partidária ao longo do período de redemocratização e de oposição contra os arbítrios do regime militar. (FERREIRA, 1991). Ainda, conforme já explicitado, o PMDB tornou-se o caudatário da incorporação dos egressos do PP, vindo, assim, em âmbito nacional, a engrossar ainda mais o PMDB, dando a este partido peso e legitimidade para a sua estratégia eleitoral.

Quando comparamos a distribuição dos deputados estaduais do Rio Grande do Sul (quadro 25) com a distribuição nacional da Câmara Federal (quadro 24, p.84), percebemos que a distribuição das três forças políticas no Rio Grande do Sul – PDT, PMDB e PDS, conforme vista no quadro 25 – não se evidencia com igual intensidade no plano nacional: No RS o PDT obteve 42% e o PMDB 58% dos egressos do MDB; já em âmbito nacional, o PMDB obteve 72% e o PDT em torno de 4,7% do total da parcela emedebista. Portanto, devemos enfatizar que em âmbito nacional, permanece a característica da polarização bipartidária do período anterior, agora, entre o PDS e o PMDB; dando margem, assim, para os peemedebistas elaborarem uma estratégia eleitoral, em âmbito nacional, condizente com o seu real poder de oposição, dito de outra maneira, conclamava a retomada da votação plebiscitária através da proposta do **voto útil** (FERREIRA, 1991, p.107).

Para definirmos a estratégia do PMDB, primeiramente teríamos que entender qual era a estratégia da ditadura, que era o óbvio: dividir para governar. Compreendendo a estratégia

da ditadura, o PMDB tentava argumentar justamente o contrário para o conjunto das forças opositoras, a fim de não se dispersarem; uma vez que a oposição, quando ainda estava unida no MDB, apresentava uma evolução eleitoral muito positiva (1974, 1976, 1978), ou seja, a ditadura estava perdendo fragorosamente em Estados importantes da nação. Assim, se de um lado o regime militar precisava conter este avanço plebiscitário por parte da oposição, a fim de garantir uma transição confiável; de outro lado, o PMDB, a seu turno, precisava nesta eleição de 1982 se legitimar politicamente, como o herdeiro natural do MDB, bem como garantir unidade e agrupar a oposição dentro das suas hostes, a fim de garantir a vitória eleitoral. Nas palavras de Ferreira (1991):

a partir de sua criação, o PMDB se autoproclama o herdeiro do MDB e, por isso, o depositário das esperanças da oposição brasileira; enquanto tal, torna-se o alvo principal do regime no seu afã de dividi-la [...] ao procurar assegurar seu espaço enquanto oposição o PMDB se remete ao que os seus partidários denominam de a ‘oposição histórica’. (FERREIRA, 1991, p.116-117).

Neste processo de nova configuração partidária que surge no período, os outros partidos criados com o advento da reforma partidária não são bem vistos pelo *staff* diretivo do PMDB, uma vez que interpretavam esses partidos como fruto da vontade divisionista da ditadura; sendo vistos, assim, com muita desconfiança pelos seus principais dirigentes.

O argumento principal através do qual o PMDB procura polarizar a disputa eleitoral, e que foi peça-chave de sua estratégia, foi a defesa do voto útil. E segundo ele, a consequência natural do voto útil seria o avanço do processo de abertura política no país. A partir disso o voto útil passaria a ser sinônimo de garantia do aprofundamento da democratização no país. (FERREIRA, 1991, p.129)

Com este respectivo discurso denunciava que os outros partidos não eram investidos de legado histórico para tal, no que tange do combate à ditadura via urna. Nesta eleição questões como economia, disputa de classes e outros discursos que compunham o tradicional repertório da esquerda ficam aquém na mídia eleitoral, sendo a transição do regime o foco principal da disputa. Segundo Ferreira: “as clivagens econômicas e de classes acabaram por ocupar uma posição secundária em relação aos fatores determinantes do voto” (Idem, p. 151).

Quanto às características partidárias do PMDB, podemos considerá-lo como sendo uma grande frente democrática, com viés ideológico de centro-esquerda, tal conotação dava-se, entre outras razões, justamente pelo fato do PMDB acomodar internamente correntes de esquerda. Entre estas, os PC's destacavam-se, pois contribuía com relevante peso

elaborativo e programático ao PMDB. Obviamente, sem que se atribua ao PMDB as características de partido *stricto sensu* de esquerda, uma vez que, conforme enfatizado, a agremiação peemedebista não tinha um discurso de oposição de classes, pois o mais importante, ou seja, o centro da estratégia era a derrubada do regime autoritário.

Dentro desse discurso do voto útil a retomada da democracia torna-se o ponto central por parte do PMDB, sendo amplamente discutida e legitimada em seus discursos. Conforme editorial de lançamento da revista do PMDB, em junho de 1981, temos os seguintes comentários:

A democracia é definida pelo partido como a possibilidade de alternância de poder; divergência e heterogeneidade tidas como mérito e necessidade e não como um mal a exorcizar; maioria que não suprime minorias nas decisões que nos dizem respeito; legitimidade no leito de interesses divergentes e, por conseguinte, da negociação, ética política, sem a qual não há política democrática (FERREIRA, 1991, p. 86).

Também é relevante destacar neste pleito o peso que se dava às eleições para governadores estaduais, pois devemos evidenciar que desde 1966 não havia eleição direta, sendo estes escolhidos de forma indireta, ficando os eleitores longe do processo de escolha. Neste item, podemos dizer que cristalizava-se com grande relevo a disputa eleitoral, pois, de acordo com o governador que assumiria o poder no Estado, este, obviamente, definiria a correlação de força com Brasília, ou seja, se o Estado iria se tornar situação (pró-ditadura) ou oposição ao centro do país. Quanto ao slogan de campanha o PMDB fazia uso de frases do tipo: “PMDB – Partido da mudança”, da “Frente Democrática” ou PMDB – “Emprego, Descentralização e Participação”

Segundo observa Silva (s/d), o PMDB de 1982 já estava depurado de várias organizações de esquerda, as quais em sua maioria, migraram para compor o PT. No entanto, PCB, PCdoB, MR-8 e PRC, permaneceram no PMDB e tinham como pensamento análogo, *a priori*, acreditar no PMDB como sendo uma frente democrática unificada no combate à ditadura, ou seja, ainda vendo este partido claramente como uma frente de oposição importante naquele momento.

3.3.2 - OS PARTIDOS COMUNISTAS DENTRO DO MDB-PMDB -1979–1982: ALGUMAS QUESTÕES GERAIS

No final dos anos 70 e início dos anos 80 encontramos os PC's um tanto quanto acéfalos e golpeados de um lado pela repressão implacável do regime militar e de outro lado

espremidos por novos movimentos sociais emergentes. Segundo Pandolfi (1995), os comunistas participaram do processo de luta e redemocratização do período, mas tiveram seu protagonismo relativizado e suplantado por outros novos atores que emergiram no processo de transição, dando aos PC's um semblante de anacronismo político, como se fossem partidos do passado. Além do mais, tanto o PCB, quanto o PCdoB, foram duramente combatidos ao longo do regime militar: Quanto ao PCdoB por sua tática de enfrentamento ao regime militar e, também, em virtude da Guerrilha do Araguaia, granjeou uma ofensiva muito grande por parte da ditadura contra o seu partido, sendo fortemente combatido, tendo, assim, seus militantes postos na mais dura clandestinidade e, quando presos, executados. No que tange ao PCB, em virtude da sua tática mais moderada e em franca aliança com o MDB, acabava por gerar uma menor clandestinidade, conseqüentemente, uma maior exposição de seus militantes, ocasionando, muitas vezes, prisões generalizadas de quadros da sua agremiação, principalmente a partir do ascenso da viragem eleitoral de 1974. Conforme já enfatizado, o PCB justamente por ter vários militantes eleitos, nos sucessivos pleitos – 1974, 1976, 1978, tornara-se, também, o alvo dos militares neste fim de década.

Em meio a mortes, prisões e exílios no campo dos comunistas, o Brasil, no final dos anos 70, viu-se diante dos novos movimentos sociais em curso, como as ondas de greves que varreram o ABC paulista, assim como as campanhas contra a carestia, a luta pela anistia, etc. Os PC's, debilitados nestes anos finais da década de 70, às vezes com as unidades regionais sem ligação com o Comitê Central²⁸, em virtude da fragilidade partidária face a repressão, viu-se a reboque dos novos atores. Podemos ver claramente tal debilidade nas lutas sindicais do período, em que os PC's tinham menor poder no movimento sindical, ficando longe de serem os protagonistas, assim como estiveram à distância de dirigir o processo e ter a hegemonia no campo das lutas²⁹.

Quanto ao PCB, conforme Menezes:

Durante os anos de 1978 e 1979 [...] na verdade, o que restava do PCB era apenas uma unidade aparente. No Brasil, o Partido encontrava-se disperso sob as asas dos vários MDB's regionais, muito mais ligados à frente

²⁸ No que tange ao PCdoB gaúcho, conforme entrevista feita com Raul Carrion, do PCdoB, em virtude das quedas da Chacina da Lapa, a direção do Rio Grande do Sul tinha perdido o elo de ligação com o Comitê Central. Coube a Raul Carrion a tarefa política, no final da década de 70, de ir para a Argentina na mais absoluta clandestinidade e lá encontrar os dirigentes comunistas que encontravam-se exilados, a fim de estabelecer contanto com o Comitê Central em São Paulo, ligando assim novamente o núcleo gaúcho à direção nacional sobrevivente.

²⁹ Os movimentos sociais de combate a ditadura tinham várias frentes, obviamente o movimento sindical destacava-se com grande relevo. No que tange as outras frentes, é dito que o movimento da carestia foi uma das grandes bandeiras dos partidos comunistas em conjunto com a Igreja e outros setores progressistas, sendo que Aurélio Peres, do PCdoB de São Paulo, obtém uma grande liderança, vindo a ser eleito deputado federal por São Paulo, em 1978.

oposicionista (MDB) em cada estado do que ao Comitê Central. Este também encontrava-se dispersos, com seus membros em vários países da Europa e na URSS, reunindo-se apenas ocasionalmente. Por sua vez, as bases pecebistas no exterior também encontravam-se dispersas uma das outras e mais ainda em relação ao Comitê Central (MENEZES, 2002, p. 348).

De qualquer modo, embora houvesse debilidade aparente, os PC's estavam ainda vivos, em núcleos regionais/estaduais no Brasil, com as suas respectivas células levando a política partidária, construindo partido e resistindo no processo de abertura política. Vemos que no curso do final dos anos 70, há alguns pontos em destaques no que tange a abertura política que são: o fim do AI-5 e a Anistia; estes dois adventos são bem relevantes, pois trouxeram de volta os exilados e a liberdade dos presos políticos, e, conseqüentemente, a oportunidade de uma reorganização mais efetiva por parte dos comunistas. Como podemos observar, de acordo com a fala dos entrevistados, foi somente após a Anistia que puderam melhor construir (ou reconstruir o partido), efetivar recrutamentos e divulgar as idéias partidárias; agora numa situação de maior visibilidade, como por exemplo a venda de jornais. Porém, ainda com cuidado, uma vez que com a extinção do AI-5 findavam-se algumas regras de exceção, mas não findava totalmente as advertências da militância no quesito segurança, pois embora se vivesse nos primeiros atos do crepúsculo da ditadura, ainda as agremiações partidárias se dividiam entre o legal (PMDB) e o ilegal (PC's).

Neste momento, entre a reorganização partidária de 1979 e a eleição de 1982, vivia-se o período da denominada semi-clandestinidade, portanto, não mais a clandestinidade absoluta. Quanto à clandestinidade, é relevante enfatizar que essa era uma situação extrema da militância política, em que por uma questão de sobrevivência física e em face da perseguição sofrida, muitos militantes comunistas precisaram tornar-se clandestinos em seu próprio país. Entrar para a clandestinidade implicava a troca dos seus nomes verdadeiros por outra identidade “fria” em seus documentos pessoais, também, era necessário afastarem-se da família e de seu círculo de convivência, com o intuito de preservar a si mesmo e os seus afins (ARANTES, 1999). Em síntese: trabalhavam e viviam como se fossem uma outra pessoa. Obviamente, que dentro da rede partidária ilegal (PC's), a sua verdadeira identidade de militante comunista se mantinha, sendo que, mesmo assim, tinham que usar codinomes e medidas extremas de segurança, a fim de garantir a sua sobrevivência e, conseqüentemente, da sua organização. No entanto, neste novo momento que se abria (1979-82), tinha-se a chamada semi-clandestinidade: trabalhavam, viviam, militavam com a verdadeira identidade, porém sempre receosos, não abrindo as questões do partido, não expondo totalmente o seu verdadeiro partido, enfatizava-se o trabalho na dupla militância, tanto nos PC' quanto dentro

do PMDB. Ou seja, o PMDB dava o suporte legal do *locus* militante, mas ainda ocultava-se o vínculo partidário, os recrutamentos partidários ainda eram feitos com cuidado, efetivados com muito receio, a fim de não expor a base partidária, sempre com medo de um possível retrocesso político.

Através da pesquisa percebe-se dois modelos diferenciados de estruturação partidária: O PCdoB era muito fechado, organizado dentro de sua estrutura própria partidária, no modelo clássico duvergeniano de célula, base, militantes, dirigentes, etc (DUVERGER, 1970). Quanto ao PCB, em virtude da longa convivência dentro do MDB, era muito mais fluido, muito mais disperso, tendo até mesmo os seus militantes dificuldade em apontar quem era quem dentro do PCB, ou seja, quem era PCB ou quem era PMDB.

Podemos observar que tanto para o PCB, quanto para o PCdoB, a questão da dupla militância foi um recurso acertado pelos militantes comunistas, pois puderam por em curso a sua política partidária, também, elegendo deputados e vereadores a fim de distender o regime militar, a partir dos pleitos eleitorais. Quanto ao PCB, este partido no Rio Grande do Sul, teve sempre uma base organizada dentro do MDB, com candidatos “mesclados” com os nomes do MDB, e, muitas vezes, passando “despercebidos” pela repressão da ditadura militar, nas sucessivas eleições dos anos 60 e 70³⁰.

Em relação à questão da dupla militância, este fenômeno poderá ser percebido com muito mais clareza e visibilidade no pleito de 1982. Ainda, neste pleito, além da disputa interpartidária do período também é relevante enfatizar, obviamente, que havia disputa entre os próprios PC's, assim como entre as demais correntes de esquerda, sendo que estas disputas transcorriam em diversas arenas políticas, entre essas, o movimento sindical adquire relevo sintomático do percurso que estava mergulhada a esquerda naquele período. Entre os outros movimentos que emergem no cenário, destacam-se as associação de moradores, movimento feminista, retomada do movimento estudantil, etc. No tocante ao engajamento dos comunistas, tal multiplicidade de *locus* políticos proporcionava que os seus militantes ou também denominados “duplos militantes” do PMDB (justamente por militar nos PC's e usarem o PMDB como biombo político) disputassem o campo de luta com os outros segmentos da esquerda em vários *ambientes/arenas* de competição política (PANEBIANCO, 2005).

³⁰ Não podemos esquecer que Lauro Hagemann, notório comunista gaúcho, foi eleito, conforme explicitado, deputado estadual em 1966 já pelo MDB, de acordo com a tática comunista de construção de uma Frente Única. No entanto, em virtude do advento do AI-5, teve o seu mandato cassado; mais detalhe, ver in.:<http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/pdf/1967-1971.pdf>.

Também, devemos enfatizar que essas diferentes expressões/organizações de esquerda dava-se por diversos fatores, como por exemplo: 1) em virtude dos alinhamentos internacionais geopolíticos; 2) adequação do pensamento partidário aos líderes do comunismo; 3) as correlações de forças existentes no movimento sindical; 4) a intensidade de inserção dentro dos novos movimentos sociais; etc. Essas diferentes situações acabavam por distinguir os PC's em relação às outras agremiações de esquerda, assim como perante os outros atores que surgiam na cena política. No campo partidário tínhamos, os stalinistas, os trotskistas, os prestistas, etc., no campo sindical tínhamos os sindicalistas autênticos, os sindicalistas pelegos e novos sindicalistas, ou seja, um grande número de organização, disputando a seara do campo da esquerda.

Portanto, o importante é compreender que no final dos anos 70 e início dos anos 80 havia uma pulverização da esquerda em diferentes grupos, assim como a emergência de novas organizações que hegemonizavam setores específicos das lutas sociais, como o sindical. Do mesmo modo, devemos colocar em destaque que ser militante de esquerda, neste período, configurava-se em ter uma palavra de ordem (tática): **abaixo à ditadura**. Para tanto, a fim de atingir tal propósito a militância multiplicava-se em diferentes *ambientes* de lutas, diferentes formas de engajamento, conjugando, assim, modos diferenciados de atuações e repertórios contra o regime militar. (REIS, 2001 e 2007)

Quanto aos comunistas (PC's), eles aproveitavam o ascenso político do período, que era bastante propício, tanto para granjear espaço, quanto para ganhar novos militantes e, conseqüentemente, consolidarem-se no cenário político. Para tanto, contava a seu favor com uma bem consolidada estrutura institucional do MDB-PMDB, uma vez que a relação infrapartidária dos comunistas com este partido legal estava bem estabelecida em virtude dos longos anos de convivência. Assim, o PMDB servia perfeitamente como suporte para a consecução tática dos comunistas, tornando a eleição de 1982 um grande cenário político, onde poderiam denunciar a ditadura com mais veemência e com isto granjear mais apoio, aliados e militantes na luta contra o regime militar que caminhava para o seu fim.

3.3.2.1- O PCB E O PMDB: CRUZAMENTO DE OPINIÕES E REFLEXOS NA TÁTICA ELEITORAL

Conforme já enfatizado, no final dos anos sessenta o PCB foi assolado por uma série de cisões e dissidências, de expressiva relevância em todo o Brasil, em virtude, principalmente, das divergências da linha tático-estratégica do VI Congresso (1967). A

trajetória política do PCB, portanto, demonstra que além deste partido ser massacrado e aniquilado pela repressão ao longo da ditadura militar nos anos 60 e 70, também, fora berço igualmente de inúmeras e expressivas dissidências, fatos que ocasionaram muitas defecções de seus quadros. No final dos anos 70 e início dos anos 80 o PCB fora ainda palco de outros movimentos de disputas e rupturas no seu interior, sendo o caso mais emblemático denominado de Corrente Prestista, justamente pelo agente protagonista desta cisão: Luiz Carlos Prestes.

O rompimento público de Luiz Carlos Prestes com o PCB ocorreu em março de 1980, ocasião em que elaborou uma carta “Carta aos brasileiros” criticando as posições “reformistas” assumidas pelo partido. [...] Além da disputa pelo poder, questões políticas separavam Prestes dos seus companheiros de direção. Diferentemente da maioria do Comitê Central, o secretário geral não concordava com a proposta de uma transição negociada para a saída do regime ditatorial. Também não concordava com a importância atribuída à burguesia na revolução brasileira. Ao invés de uma “frente democrática” para derrubar o regime, propunha uma “frente de esquerda” (PANDOLFI, 1995, p.219).

Quanto às disputas internas do PCB, conforme já realçado, Pandolfi (1995) aponta que existiam posições diferenciadas no início da década de 80, com destaque para as que mais polarizaram e, conseqüentemente, mais polemizaram: 1) crítica que associava as posições do partido à social-democracia, essa corrente era a de Prestes, sendo expulso logo na seqüência dos debates; a outra, 2) que punha a democracia como valor universal. Quanto a primeira corrente, temos o seguinte pronunciamento de Prestes:

Um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores [...] Reconhecendo que sou o principal responsável pela atual situação a que chegaram o PCB e a sua direção, assumo a responsabilidade de denunciá-la a todos os companheiros, apelando para que tomem os destinos do movimento comunista em suas mãos (PRESTES apud PANDOLFI, 1995, p.220)

Quanto a segunda tese, que propunha a democracia como valor fundante enfatizava que o “PCB precisava romper com todos os dogmatismos e avançar ainda mais na questão democrática”. Portanto, esta corrente punha em cheque todos os velhos cânones do PCB, defendendo a democracia como sendo um valor histórico universal. (PANDOLFI, 1995, p.212).

Segundo Menezes:

Entretanto, a correlação de forças já estava selada no interior do Comitê Central: Prestes, não obstante sua posição mais coerente frente ao marxismo-leninismo, estava irremediavelmente derrotada pelos “reformistas”. No resto do partido, a sua posição também se mostraria minoritária. Uma razão para isso era o fato de que grande parte dos quadros intermediários do PCB estava em uma ligação promíscua com o MDB, tendo uma “praxis” mais identificadas com esta frente do que com os princípios do marxismo-leninismo (MENEZES, 2002, p.362)

Obviamente, o partido de Prestes sem o principal líder perdia de certa forma a sua identidade construída, que era conjugada quase que em comunhão entre a figura do velho líder e o partido; perdia-se o líder, e, igualmente, o partido perdia, destituído da sua figura mítica. Um pequeno grupo passa a se organizar e denominar-se como prestistas, vindo a constituir-se como força política, embora diminuta, e escorando-se na figura carismática do líder Prestes, como um *locus* para tentar construir no campo da esquerda uma outra identidade política, a despeito da URSS e do PCB (PANDOLFI, 1995, p.221).

Nos reportando aos apontamentos de Panebianco (2005), o autor enfatizava que a estratégia dos líderes dependem também do equilíbrio de forças dentro das coalizões internas do partido. Portanto, diferentemente do racha de 1962, desta vez, em 1980, Prestes representava o lado mais fraco da coalizão dominante. Ademais, devemos considerar que este período fora fértil de debates, conforme aponta Pandolfi (1995) a discussão em curso a respeito de democracia era reflexo de todo um arcabouço teórico desenvolvido pelo marxismo acerca da diferença sobre democracia burguesa e a democracia proletária, muitas vezes apontadas que estas concepções eram um contra ponto uma da outra, não podendo, obviamente, ser compatíveis em programas de organizações revolucionária (Idem, 1995, p.213). Ainda, a matriz desse processo de discussão está na negação das teses da II Internacional Comunista, considerada reformista e aliada à social-democracia e da III Internacional, que tinha por característica o rompimento com essas teses e propunha a exemplo de URSS a tomada de poder, ou seja, a idéia de revolução, que *a priori* o PC se alinhava desde a sua gênese (idem, 1995, p.55-56). Quanto às teses a respeito da democracia como valor universal, estas eram reflexos dos partidos comunistas da Europa, aproximando o PCB do chamado Eurocomunismo, mais precisamente o PCI (Partido Comunista Italiano).

As teses democráticas no interior do PCB vicejavam no início da década de 80, fazendo com que o partido assumisse incondicionalmente a luta pela redemocratização como condição *sine qua non* para a sua legalização partidária. Da mesma forma, estabelecia-se dentro do PCB um maior engajamento dos militantes diretamente na estrutura peemedebista e

isto, em conseqüência, gerava uma verdadeira “interiorização³¹” do PMDB entre os militantes comunistas, causando, assim, um maior afastamento dos seus militantes com o próprio PCB. Pois, na medida que estabelecia-se a democracia como valor universal e que o único instrumento para isso era através do jogo político, o PCB imprimia um grande esforço na construção partidária do PMDB e, por conseguinte, a sua respeitável aprovação nas urnas, o que deixava, muitas vezes, em segundo plano a consolidação da sua estrutura partidária própria.

Segundo depoimento de militantes do período, algumas palavras de ordem, que o PMDB adotaram na eleição de 1982 eram *slogan* do PCB, como o *slogan* do **Voto Útil**, sendo o jornal comunista Voz Operária um dos primeiros veículos de comunicação que propagou tal premissa:

Foi o PCB que inventou a estratégia do voto útil e democrático, foram nós que divulgamos através do jornal Voz Operária, e isso foi importante para o processo de transição. O partido atuava dentro do PMDB pensando nele como uma frente. (Domingo Tódero, PCB).

Assim, o PCB se confundia e misturava com o PMDB, como se fosse uma *bricolage* dos dois partidos; compreensível, uma vez que muito dos militantes comunistas estavam no MDB desde a gênese deste partido. Tal proximidade afetará a estratégia do partido, pois mesmo tendo ainda o socialismo como objetivo estratégico final *sine die* (MENEZES, 2002) e o centralismo democrático como organização partidária, sofrerá alguns reveses dessa política a curto prazo, como por exemplo, no que tange a perda de militantes para as fileiras do PMDB em virtude da dupla militância.

No entanto, como pudemos constatar este problema da dupla militância nunca fora um empecilho para a dinâmica infrapartidária entre o PMDB e o PCB, somente começou a ser problema apenas bem mais adiante, com a distribuição de cargos de CC's (Cargo de Confiança³²), fazendo com que os PMDB's “verdadeiros” passassem a apontar quem era do PCB, alegando a dupla militância.

Militar com os comunistas nunca foi problema, muito pelo contrário eles eram o que havia de mais avançado naquele período dentro do MDB-PMDB, mais avançando em questão da habitação, saúde, etc. Sempre militei em

³¹ Nesse contexto, interiorização tem como sentido tanto o processo de assimilação partidária peemedebista por parte do pecebistas, quanto da despersonalização da identidade do *ethos* de militante comunistas com o próprio PCB, ou seja, seu partido de origem.

³² Os cargos de CC's eram, via de regra, cargos de assessores em Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa ou Câmara Federal de candidatos comunistas eleito nos sucessivos pleitos. Também, havia casos que quando o MDB ganhava em alguma cidade, e nestas cidades o PCB era organizado, ocorria que alguns cargos de confiança também poderiam ser ocupados “disfarçadamente” por militantes comunistas.

conjunto com os comunistas, embora nunca fui do PCB, sempre fui do MDB-PMDB, as outras correntes achavam que eu era do PCB em virtude da proximidade com eles na questão das políticas de saúde. [...] Mas, essa dupla militância alegada aos comunistas nunca foi problema, começou a ser mais adiante, principalmente quando passou a envolver dinheiro, questão de cargo, começaram a denunciar quem eram os comunistas e que eles deviam se posicionar entre o PCB e o PMDB. [...] Nós não tínhamos divergência entre o pessoal do PCB, do PCdoB e o PMDB, na verdade havia sim muita amplitude, no meu caso especificamente na questão do movimento da saúde. Também, tinha muitos deputados progressistas que protegiam os comunistas como o Fogaça e o Busatto, é só ver a relação do MR-8. (Lúcia Silva e Silva, PMDB)

Nós é que éramos os tarefeiros, nos é que colávamos cartazes, íamos pra rua, fazíamos pichações, éramos nós que apanhávamos da polícia e íamos presos fazendo pichações e não as dondocas do PMDB. Nós é que tocávamos a militância orgânica do PMDB (Regina Abrãao, PCB).

Na visão de uma comunista do PCdoB, crítica do alinhamento “excessivo” do PCB ao MDB-PMDB:

O PMDB tinha a seguinte tática: quando uma figura, principalmente, do PCB se destacava ele guindava para cargos institucionais, como CC (Cargo de Confiança), a fim de tirar ele do partido e entrar definitivamente para o PMDB, aconteceu com vários, as pessoas eram cooptadas [...] Muitas vezes em virtude da clandestinidade ou da semi-clandestinidade, nós nos reuníamos com outros militantes do PCB sem saber que eles eram do PCB, pensando que eles eram do PMDB. (Jane Argolo, PCdoB)

Com relação à fala da última entrevistada citada sobre a cooptação partidária, é preciso considerar que não se entrava em uma organização comunista como o PCB, que implicava no risco de ser preso e torturado com o objetivo explícitos de virar CC (Cargo de Confiança), obviamente, esse elemento é apenas um dos reflexos desta *bricolage* partidária. Sendo que, realçamos a fala de Lúcia Silva e Silva, sobre a importância da troca de experiências entre os setores mais avançados do MDB-PMDB com os comunistas em diversas áreas de trabalho dentro do corpo partidário. Ainda, conforme verificado, pode-se dizer que um dos reflexos mais visíveis é justamente no tocante as diretrizes partidárias, pois podemos observar que a estrutura do PCB estava entrelaçada ao PMDB, havendo, assim, dificuldade de distinguir a linha tático-estratégica do PCB e a linha estratégica do PMDB como a campanha dos peemedebistas do **Voto Útil**, assim como a questão premente da democracia. Tal fato não trazia apenas prejuízo no que tange a perda da sua militância para o PMDB, mas como aponta Pandolfi (1995) produziu também o esvaziamento do caráter de identidade do próprio partido, que fazia que o nome *partidão* fosse somente um jargão afetivo da esquerda, de algo grandioso que já não mais existia. Assim sendo, o PCB delineava e consolidava as suas teses,

ao mesmo tempo em que buscava imprimir um caráter novo ao partido, buscando assim se desvencilhar de elementos que não mais precisava ser posto em destaque naquela conjuntura:

De acordo com as teses defendidas nos anos 80, o único caminho possível para atingir o socialismo no Brasil era através de uma democracia de massas, organizada de baixo para cima, centrada nas diversas formas de organização da população. Consolidar as instituições da democracia política era uma tarefa prioritária. O partido procurava se desvencilhar de um passado comprometido com uma concepção “golpista”, “elitista” e “radical” sobre o processo de transformação da sociedade brasileira. A idéia de tomada brusca do poder, presente ao longo de várias décadas, foi sendo gradativamente substituída pela proposta de revolução processual (PANDOLFI, 1995, p.121).

Acerca da discussão a respeito da linha tático-estratégica do PCB, no início da década de 80, verificamos a negação a alguns princípios da III Internacional, assim como uma readequação das suas teses, para as regras do jogo em que vivia o Brasil no momento. Também, percebemos que além do PCB ter a necessidade de (re)afirmarem a sua identidade, também se propunham a apontar os rumos do socialismo no Brasil, que seria dividido em duas etapas: 1) a primeira etapa seria a revolução democrática nacional e 2) só após concluída a primeira é que passariam para a etapa socialista. (SILVA, s/d, p.155). Quanto a este enunciado, podemos nos reportar aos apontamentos de Panebianco, em que o autor enfatizava a respeito do processo de articulação dos fins partidários:

A meta originária (a revolução, o socialismo) é constantemente reafirmada porque dela depende a identidade coletiva do movimento; por outro lado, as estratégias eleitas, pragmáticas e reformistas, garantem estabilidade organizativa sem, contudo, tirar muita credibilidade da tese de que se está sempre “trabalhando” para a obtenção dos objetivos oficiais. De fato, a práxis reformista quotidiana é sempre justificada com a tese a qual as reformas não estão em contraste, mas representam uma passagem intermediária no caminho do socialismo (PANEBIANCO, 2005, p.32-33)

Assim, quanto à linha tático-estratégica do PCB em 1982, percebemos nitidamente a continuidade da política do VI Congresso de 1967, que seguia as diretrizes da Declaração de Março de 1958 e que tinha por centro tático a Frente Única, ou seja, ampliar o trabalho dentro de bases legais, neste caso no MDB-PMDB:

No Rio Grande do Sul o PCB, no âmbito do MDB e, após, PMDB, sempre buscou ter candidatos, ou apoiar candidatos próximos às posições defendidas pelo Partido. Recordo-me, pelo menos, de termos ou apoiarmos candidatos a deputados federal e estadual, em 1966, 1974, 1978 e 1982[...] Em 1966, o Lauro Hagemann foi eleito deputado estadual, sendo cassado em 1969. Em

1974, os candidatos foram Dulphe Pinheiro Machado, para deputado federal, e o Fernando do Canto, para deputado estadual, tendo sido eleito Fernando e o Dulphe não. Em 1978, os candidatos foram o Eloar Guazelli, para federal, e o Fernando do Canto, o André Fosters e o José Ivo Sartori, para estadual, tendo sido eleito o Eloar e os candidatos à estadual não, apesar das expressivas votações dos mesmos. Em 1982, os candidatos foram Eloar Guazelli, para deputado federal, e o Fernando do Canto e o José Ivo Sartori a deputado estadual, não tendo sido eleito o Eloar, nem o Fernando, elegendo-se o Sartori (Domingo Tódero, PCB)

Percebemos que esta tática eleitoral do PCB era aproveitada, no início, também pela direção do PCdoB. Justamente, pelo PCB estar melhor estruturado dentro do MDB, dispunha de candidatos ao longo dos pleitos na década de 70, fazendo com o que o PCdoB votassem nos candidatos comunistas pecebistas e divulgando-os como candidatos mais “progressistas” do MDB:

Em 1982, nós já fazíamos um trabalho mais aberto, o problema era antes que nós fazíamos as eleições no boca a boca, dos candidatos do PCB, sem poder dizer quem era, me recordo que a campanha do Fernando do Canto em 1974 nós fizemos assim, só no boca a boca e elegemos ele, a esquerda é que fez a campanha dele (Jane Argolo, ligada ao PCdoB).

No tocante especificamente à tática do PCB na década de 80, ela será direcionada ao processo eleitoral em curso, de acordo com o que podemos ver no título da matéria *Os Comunistas e as Eleições*, na qual temos a seguinte diretiva no jornal Voz da Unidade:

Com a linha de orientação geral para vencer o regime no pleito de novembro, derrotando o PDS, os comunistas propõem o **voto democrático útil**: convocam todos os democratas para eleger, a 15 de novembro, o maior número de candidatos do PMDB, principalmente aos governos estaduais. [...] A dimensão maior do **voto democrático útil**, que não se reveste de traços revanchistas, é a construção de uma força social e política que sustente a transição da sociedade brasileira para um regime de amplas liberdades para a massa da população, que só assim poderá converter-se em sujeito da sua própria identidade (VOZ DA UNIDADE, 10/06/82, p.3, grifo nosso).

De acordo com o exposto no parágrafo anterior, vemos similaridade no que confere ao programa do PMDB nas eleições de 1982. Ainda, no que tange ao Rio Grande do Sul, obviamente, o PCB regional ratifica a posição nacional, conforme podemos ver no boletim intitulado: *Por que os Comunistas vão votar em Pedro Simon*.

Os comunistas gaúchos consideram que, na atual conjuntura política, o PMDB é o único partido de oposição com condições eleitorais de derrotar a ditadura. Isto porque tem a mais numerosa e combativa bancada

parlamentar, tem uma estrutura partidária organizada na maioria dos municípios, aglutina o mais amplo leque de forças, é o partido que melhor compreendeu as manobras da ditadura com o pacote eleitoral e se manteve em defesa da unidade das oposições, conta com programa que no fundamental atende aos interesses dos trabalhadores e demais forças democráticas, é o maior herdeiro da experiência do antigo MDB na luta contra a repressão ditatorial, conta com uma liderança que nas condições mais difíceis soube conduzir com equilíbrio e firmeza a luta contra o arbítrio e pelas liberdades democráticas. (BOLETIM PCB/RS – 1982)

Grosso modo, esse boletim, sintetiza a linha eleitoral do PCB, assim como a compreensão que este tinha do PMDB, sua evolução, sua história e o seu combate aguerrido na luta contra a ditadura militar. O que importa reter deste documento é justamente a defesa do PMDB como herdeiro histórico, assim, como mais adiante enfatiza a necessidade de votar na liderança adequada (Pedro Simon) que soube conduzir o partido sem a perda do foco. Também, pertinente destacar que na leitura do boletim verifica-se claramente a opção de permanecerem no PMDB, pois é o único partido de oposição e com reais chances de derrotar a ditadura.

Convém realçar, que a eleição de 1982 foi a cristalização da opção tática do PCB em permanecer dentro das hostes peemedebistas, ou seja, conforme já explicitado, o PMDB era o melhor partido e respondia perfeitamente a tática política elaborada pelo Comitê Central do PCB, que tinha o intuito de distender o regime dentro do processo eletivo em curso. No entanto, o processo de adesão ao PMDB, por mais linear que possa aparentar, justamente em virtude da sua longa permanência interna, não fora absorvido igualmente por toda a militância partidária, pois houve divergências no seio pecebista, justamente nas prévias da eleição de 1982, pelo fato do PP se incorporar ao PMDB, fazendo com que os descontentes migrassem para outras siglas partidária³³. Sendo que, obviamente, como todo o partido regido por um Comitê Central que, às vezes, premiava com a expulsão os seus párias, qualquer contexto de divergência poderia produzir defecções, sanções partidárias ou situação anômalas, conforme podemos ver nesses trechos das entrevistas:

Teve um grupo de pessoas do PCB que não concordaram em ficar no PMDB, principalmente pelo fato da incorporação do PMDB do pessoal do PP. Então, um grupo de militantes do PCB decide romper com o PMDB e não com o PCB e ir, enquanto grupo organizado, para o PT. O detalhe é que nós ficávamos respondendo enquanto PCB dentro do PT, isso até o momento da abertura total do regime e a legalização do PCB, somente neste momento a gente retoma integralmente o PCB (Regina Abrãao, PCB)

³³ Corroborando com o que foi dito, no caso do Rio de Janeiro, Eli Diniz (1983) enfatiza que o ingresso do PP no PMDB, ao invés de fortalecer a tática do voto útil, teve efeito reverso, esvaziou o partido e serviu para afastar militantes e potenciais eleitores de oposição das hostes peemedebista.

Ocorreram no Estado, na época, perdas de companheiros para o PDT e para o PT.³⁴ Deve-se destacar, porém, que havia no PCB, como regra, a desconfiança, em relação aos partidos que surgiam então, notadamente o PTB/PDT e o PT. No período anterior às eleições de 1982, após a conquista da anistia, o principal para a política do PCB era ampliar os espaços democráticos, evitar qualquer retrocesso e derrotar as forças que tinham dado sustentação à ditadura. De outro lado, passa-se a salientar como tema relevante para o partido, a questão da legalidade do PCB³⁵. [...] Entendíamos, de um lado, que o surgimento dos mesmos partidos potencializava a possibilidade de diminuição e mesmo o rompimento de uma significativa coesão política alcançada no âmbito das forças que faziam oposição ao regime ditatorial. De outro lado, achávamos que especialmente o PDT podia auxiliar, em face da divisão de votos oposicionistas, a vitória do partido do Governo³⁶. De outro lado, entendíamos que o MDB/PMDB conseguira aglutinar o que de mais relevante havia na oposição às forças do regime ditatorial e que era o Partido com melhores condições, nacionalmente e mesmo aqui no Estado, de derrotar política e eleitoralmente as forças de sustentação ao regime ditatorial e o seu partido. Igualmente, para parcela do PCB, os partidos que surgiam no âmbito da esquerda e que haviam conseguido se legalizar, ao contrário do nosso Partido e de outros, eram vistos também como concorrentes que saíam na frente para a ocupação dos espaços da esquerda. De outra sorte, compartilhávamos de uma visão de que no Brasil havia uma ampla possibilidade de crescimento da esquerda e de que o PCB tinha boas condições de ocupar a parcela relevante do mencionado espaço. A possibilidade de um significativo crescimento da esquerda ocorreu, mas quem terminou ocupado o espaço que prevíamos para nós foi o PT. Na época não víamos no PT a potencialidade política que o mesmo passa a demonstrar posteriormente.³⁷ Víamos, em segmentos relevantes do mesmo, elementos problemáticos como uma relativa negação da teoria, uma precária visão de sociedade em conjunto e demasiadamente calcada no sindicalismo, a inexperiência e o estreitismo político, bem como posições esquerdistas (Domingos Tódero, PCB)

A última citação, embora longa, é de grande valia, pois registra o pensamento do presidente do PCB gaúcho no período da década de 80, imediato a redemocratização. A respeito das duas entrevistas, podemos depreender as seguintes considerações: 1) A opção partidária, embora já consolidada no PMDB, ainda nas vésperas das eleições suscitavam divergência em virtudes de manobras casuístas da própria ditadura e 2) a opção pelo PMDB não se dava apenas por questões práticas, ou melhor dizendo, táticas, mas também por acreditarem que no cenário eleitoral futuro, em virtude da reorganização do PCB no início da

³⁴ O entrevistado anotou a perda para o PDT, no âmbito do PCB de Caxias do Sul, no início da década de 1980, da expressiva liderança de Bruno Segalla.

³⁵ Destacou o entrevistado que tal ficará muito evidente quando, em 1985, companheiros não aderem ao PCB.

³⁶ O entrevistado lembra que, em 1982, por uma série de razões, que não devem ser somente debitadas ao PDT, ocorreu, no Estado a vitória de Jair Soares, do PDS, para Governador. Como também anota que Brizola terminou por vencer de forma inesperada as eleições para o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

³⁷ O entrevistado destaca o crescimento do PT a partir da metade da década de 80, bem como salienta que os resultados do mesmo em 1982 pareciam dar razão aos pecebistas.

década de 80, os comunistas teriam condições de ser o grande partido de esquerda do Brasil. Ainda, a respeito da citação, torna-se pertinente realçar a fala do entrevistado sobre a interpretação que a esquerda mais “tradicional” tinham dos grupos que emergiam no cenário no fim da década de setenta e início de oitenta; pois, segundo depoimento deste havia muito ceticismo quanto aos grupos que compunham o PT.

No tocante às unidades partidárias internas, Célia Soibelman Melhem em seu livro, *Políticas de Botinas Amarelas: O MDB - PMDB Paulista de 1958 a 1988* (1998), quando trata a respeito das unidades internas em processo de disputa pelo poder realça a expressão de Sartori: “a natureza de um partido está na natureza de suas frações” (MELHEM, 1998, p.131 apud SARTORI, 1982). Ou seja, a autora seguindo as indicações de Sartori “adota esse enfoque na evolução interna do partido”. Assim, para a autora as subunidades assumem a expressão de frações que se articulam; e, com essa abordagem e a despeito das pretensões dos pecebistas de enfatizarem sempre que eram um partido dentro de um outro partido numa frente democrática, a referida autora considera os comunistas como uma fração menor:

Na outra pequena fração³⁸, a dos comunistas, os de maior influência em São Paulo eram sobretudo os do PCB e gravitavam em torno do Deputado Alberto Goldman [...] Eles sempre tentaram influir nos programas partidários, com o mesmo empenho que elegiam seus parlamentares e participavam das campanhas majoritárias. Seus candidatos eram escolhidos por decisão do PCB, mas se curvavam à dinâmica do MDB nas eleições e no legislativo, uma vez que para eles a luta pelo retorno da democracia era prioritária, tendo o MDB como seu principal condutor (MELHEM, 1998, p.147).

No entanto, os pecebistas de acordo com as entrevistas, rejeitavam essa terminologia e insistiam em se identificarem como partido dentro de uma frente democrática, ou seja, através da idéia clara de subunidades, na qual a “unidade ´partido` é articulada, ou desarticulada, pelas subunidades” (SARTORI, 1982, p.94). Segundo os pecebistas, enquanto a estratégia do PMDB era a conquista da democracia, para o PCB a democracia era um processo ainda mais amplo e universal, e que o PMDB serviria como veículo para tal intento.

No que tange à estruturação do PCB, no Rio Grande do Sul, percebemos de acordo com as entrevistas que ele era muito respeitado pelas lideranças do PMDB, principalmente pela capacidade laboriosa de seus militantes. Também as direções do PCB eram prestigiadas pelos dirigentes emedebistas, na medida que compunham com o PMDB direções de zonais, fechavam chapas e coalizões, a fim de efetivar resoluções partidárias. Demonstrando, assim,

³⁸ Conforme já sublinhado, Kinzo denomina os PC's como facção (1988, p.56).

que o PMDB compreendia e aceitava a existência do outro (PCB), como parte integrante da sua estrutura partidária, obviamente, que o peso maior em coalizões ficava com as lideranças “verdadeiras” do PMDB.

3.3.2.2 - O PCdoB E O PMDB: DAS TRILHAS DO ARAGUAIA PARA O CAMINHO DAS URNAS

Neste período, o PCdoB sofria igualmente como o PCB, os reflexos do ascenso dos movimentos sociais; sendo que, se o PCB precisava brigar para se legitimar frente as novas correntes de esquerda para construir ou reafirmar a sua identidade, como sendo o real partido histórico da classe operária, o PCdoB, contudo, ainda tinha o ônus de ser um partido com a pecha de stalinista e que fora um racha do PCB. No entanto, não era somente isso que pesava na biografia do PCdoB, pois o que também pesava muito ao partido era o fato de ter sofrido processo de perseguição contínua e sistemática ao longo da ditadura, vide Guerrilha do Araguaia e Chacina da Lapa, em que o PCdoB perdeu uma grande quantidade de militantes assassinados pela repressão. Estas perseguições serviram para moldar muito a “personalidade” do partido e a forma de inserção deles nos movimentos sociais, pois, ao contrário do PCB que tinha uma atuação mais fluida e em consonância com o MDB-PMDB e outras expressões do movimento social, o PCdoB tinha uma atuação mais compacta, coesa e fechada. Percebe-se isso pela forma que o partido era estruturado nacionalmente e na forma rígida do centralismo-democrático adotado, assim como nas severas normas de segurança, mesmo no pós AI-5 e Anistia.

Essa configuração partidária se refletia na forma de recrutamento, em que os candidatos a militantes do PCdoB passavam por um longo processo avaliativo, primeiramente como área de influência do partido, para somente depois ser formalizada a sua inserção partidária. Obviamente, os longos anos de clandestinidade do partido serviram para dar essa feição. Não podemos esquecer que o PCdoB herdou também um grande contingente de militantes da AP, que em 1972 veio a incorporar-se ao PCdoB. (SALES, 2007; SILVA, s/d). Ou seja, duas estruturas clandestinas fortemente combatidas pela ditadura, que obrigou os seus militantes a viverem um longo período na clandestinidade.

Pelo relato dos entrevistados, percebe-se uma forte compreensão das expressões - clandestinidade, semi-clandestinidade e legalidade, em virtude das experiências reais vividas. Para os militantes do PCdoB, a clandestinidade correspondia ao período anterior a 1979, antes do fim do AI-5 e do advento da Anistia; a semi-clandestinidade, englobava o período de 1979 até 1985; e, legalidade, a partir da conquista legal da sigla PCdoB, junto ao TRE, em 1985.

Todos esses períodos geraram formas diferenciadas de atuação partidária, assim como o modo diferenciado de recrutamento de militantes, e, igualmente, uma maneira distinta de atuação dentro do MDB-PMDB.

Outra questão importante, é que no período de 1979 a 1982 o PCdoB ainda primava por uma compreensão a respeito da revolução como instrumento no rumo ao socialismo, dito de outra forma, pela tomada de poder do Estado burguês. Ainda, conforme já enfatizado, em 1976, na ocasião da reunião do Comitê Central que ficou conhecido como Chacina da Lapa, uma das questões (inacabada por causa da repressão) era a respeito do Araguaia, no qual o partido apontava como importante a ofensiva revolucionário do PCdoB do período correspondente à Guerrilha (SALES, 2007, p.174), demonstrando, assim, que mesmo havendo um processo democratizante em curso, a opção pela via revolucionária de assalto ao poder ainda era uma perspectiva pensada pelo PCdoB. Assim, no final dos anos 70, o PCdoB se equilibrava num fio tênue, conjugar as teses do partido dentro de um processo de abertura política; sendo importante salientar, que somente puderam melhor elaborar as opções programáticas a respeito do processo redemocratizante do Brasil na VII Conferência do PCdoB, em 1979.

A 7ª Conferência Nacional reitera a idéia que vem norteando a atividade e a orientação do Partido, de que **a luta armada é uma questão fundamental e decisiva para a política partidária**, uma vez que os objetivos perseguidos pela classe operária e as massas populares somente podem ser alcançados por intermédio da revolução violenta³⁹ (Documentos históricos PCdoB, 1979, grifo nosso)

No entanto, no mesmo documento apontava para a amplitude das forças democráticas:

Unir as mais amplas forças políticas sociais em torno de bandeiras democráticas e populares a fim de travar a luta contra o governo e o regime que ele representa. Propugnar a organização de **uma ampla frente democrática em escala nacional que agrupe todas as forças de oposição**, e trabalhar pela sua concretização. Dentro dela contribuir para articular e fortalecer a oposição popular como seu núcleo mais ativo e combater todas as restrições ao crescimento do movimento de massas ou as discriminações, tendo em vista unir a classe operária e despertar para a luta as grandes massas camponesas⁴⁰.(Documentos históricos PCdoB, 1979, grifo nosso)

Ainda no mesmo ano era lançado no jornal A Classe Operária, órgão máximo de comunicação do PCdoB, o seguinte documento - *Manifesto à Nação*, assinado pelo Comitê Central, atestando o caráter de partido revolucionário, de fato, na luta contra a ditadura.

³⁹ <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1979.asp#04>

⁴⁰ <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1979.asp#04>

Uma revolução nacional, democrática e popular tendo como base a aliança das duas principais forças da nação brasileira - o proletariado e o campesinato - unidas às correntes democráticas e progressistas. É utópico ou engano consciente afirmar ser possível, sob o domínio do imperialismo, do latifúndio, dos grupos monopolistas da burguesia, das Forças Armadas retrógradas e antipopulares, conseguirem as mudanças indispensáveis por meio de mera pressão de massas, de entendimentos de cúpula, gradualmente, eleitoralmente. **A revolução é o único meio de salvar o país da crise**, da completa dependência aos monopólios estrangeiros, da degradação acelerada das condições de vida das massas, do atraso progressivo e obscurantista⁴¹ (Documentos históricos PCdoB, 1979, grifo nosso)

Conforme podemos observar, nestes documentos ainda estava presente o caráter estratégico de existência do PCdoB, a luta pelo socialismo, já a sua tática era expressa por diferentes experiências, inclusive eleitoralmente, mas não a única como enfatizavam o PCdoB, pois realçavam os limites a respeito de uma transição negociada, pacífica e democratizante. Quanto ao PMDB, tinham uma relação estreita e respeitosa, às vezes ambígua e reticente como nos primeiros tempos do MDB (CARVALHO, 2007, p.301), mas, posteriormente, abraçando o PMDB como alternativa tática. No entanto, embora a adesão do PCdoB às hostes peemedebistas, procuravam sempre respeitar o seu caráter particular de ser partido dentro de uma frente democrática de luta que era o PMDB, ou seja, dentro de um processo de luta maior que era trazer a democracia ao Brasil e com isso a legalização do partido e a divulgação de sua estratégia maior – o socialismo.

A partir da segunda metade dos anos 70, o PCdoB havia tirado como diretiva a dupla militância de seus quadros dentro do MDB, obviamente a dupla militância só se aplicava a quem ainda tinha uma vida legal, não aos clandestinos de fato. Assim, ao longo dos anos 70 e início dos 80 a relação de proximidade com o MDB-PMDB se estreitou, com seus quadros fazendo uso da máquina do PMDB para eleger-se nas eleições. Ainda, não há registros no PCdoB, do Rio Grande de Sul, de militantes comunistas eleito pelo MDB, mas há a indicação clara de proximidade do partido junto aos setores encarado como mais progressistas do MDB e posteriormente o PMDB.

O MDB sempre foi e serviu como esteio legal para o nosso partido, na segunda metade dos anos 70 quando queríamos denunciar questões de tortura ou desaparecimento dos nossos camaradas era para deputados do MDB que levávamos as nossas denúncias, e, como eles tinham de certa forma uma posição política importante e de destaque, iam na tribuna e anunciavam: estamos recebemos uma carta de um democrata denunciando contra tortura, [...], uma denúncia assim e tal, ou seja, sempre tivemos o apoio, dentro da estrutura do MDB. Já, depois da anistia, nós nos apresentávamos como PCdoB, pois já vendíamos os jornais do partido, havia uma maior abertura, inclusive na UFRGS quando nós precisávamos de

⁴¹ <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/dochist/1979.sp>

ônibus para o movimento estudantil, para participar de congresso os deputados do PMDB que contribuía sabiam a quem estavam ajudando. (Lígia Chiarelli, PCdoB)

Quanto ao apoio eleitoral ao longo da década de 70:

No período da campanha política fazíamos campanhas para as pessoas como André Forsters, João Gilberto Lucas Coelho, que não eram da Tendência Popular, mas eram pessoas que nós considerávamos progressistas. A direção do partido procurava em qual quadro do MDB-PMDB teríamos mais acesso caso eleito e nós fazíamos campanha (Lígia Chiarelli, PCdoB)

Ainda, de acordo com as diversas entrevistas, é ratificada a importância que somente com o fim do AI-5 e da promulgação da Lei de Anistia que há uma maior abertura do partido e assim, conseqüentemente, há uma maior visibilidade real do PCdoB junto aos setores da esquerda e de oposição ao regime, inclusive eleitoralmente, lançando candidatos próprios para as eleições. Também, salientam a forma como se processava a ligação do partido entre as esferas legais e ilegais:

É tudo um processo, tudo a seu tempo, o legal e o ilegal, a clandestinidade e a semi-clandestinidade. No início não sabíamos quem era do partido, mas através das posições políticas de algumas pessoas dentro do MDB, percebíamos – esse é do partido, mas não podíamos falar, notávamos que havia alguma coisa em comum, mas somente depois da anistia é que fomos saber, um “pouco” quem era camarada. Só para tu ter uma idéia o meu próprio filho era do partido e eu não sabia, somente fui saber quando fui participar de um congresso clandestino do partido, em 1980, e ao chegar me deparei com o meu filho, que tinha sido recrutado pelo PCdoB (Jussara Cony, PCdoB)

As pessoas que não estavam clandestinas faziam a ponte do partido com o MDB, ou seja, quem estava com a vida legal conseguia articular com quem estava ilegal (José Loguercio, PCdoB)

Com base nas indicações dos diferentes momentos vividos pelo partido após o golpe de 1964, dos quais já falamos, o partido tinha uma relação ambígua e recente com o MDB-PMDB, diferentemente da longa mesclagem partidária do PCB com o MDB. Ainda, é unânime entre os militantes do PCdoB a importância da Guerrilha do Araguaia como marco político, assim como é consenso para a pouca literatura política que trata do PCdoB que após o “fracasso” do Araguaia o partido se voltou para a via institucional (CARVALHO, 2007, p.301), norteando a nova dinâmica partidária.

Em 74 a guerrilha ainda estava em curso, além dela passava a somar na luta contra a ditadura a luta institucional, pois ela torna-se viável também, como política oficial e ela se dá na eleição de 1974 (José Loguercio, PCdoB)

Com o ascenso dos novos movimentos sociais, a reforma partidária, enfim, com as conseqüências favoráveis geradas pela abertura política, o PCdoB terá a oportunidade de ampliar a sua política a partir do ascenso de 1974. Uma vez que, o PCdoB tinha a necessidade imperiosa e vital de uma maior ofensiva junto aos novos movimentos emergentes, com o intuito claro de não somente nortear e dar a linha política, mas com objetivos táticos de tentar influenciar nos rumos da redemocratização do Brasil. Convém registrar que nesse período, tivemos a volta legal da UNE, em 1979, sendo que na primeira direção colegiada eleita a sua composição era composta por integrantes do PCdoB, mostrando a influência e o legado da AP agora carregado para dentro do PCdoB⁴² (SOUZA, 2006, p.43; SALES, 2000, p.219). Ou seja, o momento era de ampliação do partido - ampliar e influenciar - ampliar para avançar nas mudanças, porém, sem esquecer os limites, ainda, da semi-clandestinidade.

A política do partido era a de maior amplitude possível, ai de ti se fosse sectário, ai de ti se fizesse o jogo da ditadura, por exemplo: reforma partidária fazia o jogo de quem? Da ditadura. Então era a nossa tarefa, jogar no pólo da amplitude, tentando negociar, articular para o MDB não se dividir, não deu, infelizmente Brizola e Simon brigaram. Os comunistas ficaram no PMDB, pois ficar no PMDB era reunir força para continuar a luta, pois dentro do PMDB tínhamos mais espaço, éramos respeitados enquanto lideranças. Já ir para o PT nem pensar, pois era o partido elaborado pelo Golbery, isso sim era fazer jogo da ditadura. (Roberto Rivera, PCdoB).

Quanto à opção de permanecerem no PMDB, após a reconfiguração partidária, não se processou, assim como no PCB, de forma tão simples e mecânica, havia sim a clara diretriz do Comitê Central a respeito da adesão ao PMDB; mas também discussões candentes agitavam as bases do partido, proporcionando, igualmente, dissidências das fileiras do PCdoB que migraram para outros partidos de oposição legais, principalmente o PT. Torna-se pertinente lembrar que a oposição legalizada se dividia entre PMDB, PT e PDT, fator esse que ampliava o leque de opções para a esquerda ilegal, imprimindo discussões acaloradas entre as diversas clivagens da esquerda, ou seja, as “novas” e as “antigas”:

Por que para nós esse setor saiu da frente e estava fazendo o jogo da ditadura, pelo fato que Collares e Olívio ajudaram o Jair Soares a se eleger [...] Recordo-me que fui, depois de 1979, após a Anistia, fazer divulgação e

⁴² Não podemos esquecer que ao longo da década de 60 e início dos anos 70 quem dirigiu a UNE foi a AP, mesmo na ilegalidade e, também, após o famoso 30º Congresso de Ibiúna de 1968. Obviamente, com a incorporação da AP pelo PCdoB, em 1972, o partido granjeou uma ampliação no espaço estudantil, na qual a AP tinha grande base de militantes. Aldo Rabelo, do PCdoB, foi secretário geral dessa gestão da UNE, do ano de 1979, vindo a ser no ano seguinte o presidente da UNE. No Rio Grande do Sul, em 1980, David Fialkow, também do PCdoB, torna-se presidente da UEE (União dos Estudantes Estaduais). (BORTOT & GUIMARAENS, 2008, p.220-221).

vender o Jornal do PCdoB, Tribuna Operária, em uma reunião política que ocorria dentro do PDT, bem no início do PDT, e tratava sobre os rumos e estruturação partidária [...] falei:- olha, vocês falam que são socialistas e não vi ninguém falando nada de socialismo; então eu estava saindo e a Dilma Rousseff me responde em tom de provocação: - Zé, aqui no PDT ninguém lê ‘O que Fazer do Lenin (José Loguércio, PCdoB).

Apesar do PDT tentar imprimir uma imagem de partido socialista à brasileira, não há registro de egressos comunistas para este partido no Rio Grande do Sul⁴³. No entanto, quanto à disputa com o PT, estas foram mais acirradas e palco de rugas no seio do partido. Temos os seguintes trechos de entrevista que são bem marcantes e dão o entendimento necessário da compreensão e da distinção que os dirigentes do PCdoB procuraram imprimir, a respeito da agremiação petista:

[...] dentro do PMDB nós íamos para as plenárias com a nossa força, e ganhávamos a militância do PMDB para a nossa proposta que era a mais avançada. Só que não tínhamos a clareza de que dentro do PT isso também iria acontecer, não estava claro. A única certeza que tínhamos era que dentro do PT somente iríamos disputar espaço com outras forças, de maneira geral, quase que submetendo a nossa política ao PT. Dentro do PMDB isso não aconteceria, pois conseguíamos manter a nossa independência, o que não ocorreria dentro do PT. Seríamos somente mais uma força, além do mais desapareceríamos dentro do PT. [...] Achávamos que o PT iria ser cassado e que era precipitado ingressarmos em um outro partido de oposição. Foi muito forte a discussão sobre ingressar no PT ou não, principalmente no movimento estudantil, que na época era a área em que mais atuávamos. Mas nunca pensamos em ir para o PDT, pois o PDT o que era? O PDT, afinal, também era pertencente ao MDB na sua origem, porque nós sairíamos do PMDB e iríamos para o PDT? Não havia sentido! (Lígia Chiarelli, PCdoB).

[...] Como fizeram reforma partidária, se dividiu a oposição, e o que fizeram logo em seguida foi proibirem a coligação, quando perceberam isso o Tancredo percebeu que era uma jogada, então ele voltou para o PMDB [...] aqui no estado fizeram a jogada do regime, dividiram a oposição e quem ganhou aqui foi o Jair Soares, foi nessa perspectiva que resolvemos manter o esquema com o PMDB e não com o PT e o PDT, que na real estava fazendo o jogo da ditadura. (Raul Carrion, PCdoB).

⁴³ Quanto ao perfil de esquerda do PDT, convém explicitar, que no Rio Grande do Sul este partido além de contar com egressos do velho PTB e do MDB, tinha a característica singular de apresentar em seu interior um grupo de esquerda organizado. Esse grupo era composto por militantes oriundos da Var-Palmares, organização adepta da luta armada, no final dos anos 60 e início dos anos 70, que mantiveram laços de militância ao longo da década de 70 no MDB, vindo a formar no PDT o Grupo de Unidade Socialista (GUS), dando um caráter de uma “ala esquerdista” no PDT (REIS, 2007). Ainda, lembramos que Brizola durante o seu exílio, filia-se, juntamente com o seu grupo de apoiadores, à Internacional Socialista, num encontro ocorrido em Lisboa, no mês de Junho de 1979, poucos meses antes da anistia e da reforma partidária, o que veio dar um tônus singular ao PDT, pois conjugava em suas diretrizes discursos socialistas e do legado trabalhista, cunhando pra si um *slogan* ideológico *sui generis* de “socialismo moreno”. (SENTO-SÉ, 2007, p.435).

Grosso modo, mediante as entrevistas podemos observar que as discussões a respeito da orientação partidária da esquerda eram bem intensas e presentes neste cenário de transição democrática. Conforme Hirschman (1973), o uso da *voz* era presente, como instrumento político legítimo para as discussões candentes, no entanto o peso da *lealdade* ao PCdoB se fazia mais presente evitando possíveis *saídas*, o que tornava o partido bem mais coeso. Ainda, quanto ao PT, embora este partido fosse o grande móvel de discussão e de disputa da juventude estudantil politizada, era consenso entre a direção do PCdoB a limitada capacidade política do PT, pois os consideravam ainda, neste período, imaturos politicamente.

Não obstante as discussões tão propícias e candentes do período, o Comitê Central, como era esperado, ratifica a posição da maioria em ficar no PMDB. Tal decisão acarretará reflexos positivos tanto na relação interpartidária do PCdoB com o PMDB, quanto na condução da sua própria política partidária. Pois, na medida em que havia uma maior abertura e, conseqüentemente, o fim dos dispositivos de exceção, o PCdoB se legitimava mais enquanto partido e menos como militantes isolados, dispersos e “mascarados” como se fossem militantes do PMDB. No entanto, ainda eram fortes as incertezas, justamente em face dos próprios limites e garantias políticas que a denominada transição pactuada assegurava, pois os comunistas não sabiam ainda até que ponto podiam forçar nos caminhos da distensão e até mesmo o quanto podiam se expor, pois tinham ciência que eram vigiados pelo aparelho repressivo do Estado.

Com esses indícios e com a necessidade do PCdoB acumular forças, construir partido, recrutar novos militantes o PCdoB lança-se na tarefa do seu caminho rumo às urnas, como uma tarefa tática, assim como o PCB. Era o ciclo da elaboração tática da transição em etapas, primeiramente, construir os lastros firmes da transição, para depois o processo revolucionário socialista (SILVA, s/d, p.155). De acordo com os documentos do VI Congresso de 1983, podemos ver perfeitamente a tática do partido neste novo momento.

o PC do Brasil estabelece sua tática que visa a fazer avançar o processo revolucionário no país, sem fugir ao curso da vida política. A derrubada do regime militar e a conquista da mais completa liberdade política é o centro da tática, a meta a ser alcançada em futuro próximo, o que corresponde ao desejo da maior parte da nação. Esse regime criou todo um sistema jurídico-institucional, antidemocrático, modelou um Estado autoritário. Isso precisa ser erradicado. Não bastam medidas corretivas superficiais ou mesmo uma adaptação da situação atual à democracia. O Brasil, face à grave crise estrutural em que se acha, necessita de outros rumos e, **antes de mais nada, de um regime efetivamente democrático que permita a livre organização do povo e um amplo debate dos problemas candentes de modo a mobilizar, sem entraves, todos os setores da população, a fim de**

encontrar a melhor e mais justa solução desses problemas⁴⁴.
(Documentos históricos PCdoB, 1983, grifo nosso)

Tal congresso aconteceu no início do ano de 1983, mas o partido se dedicou ao longo do ano de 1982 em prepará-lo, sendo que os documentos extraídos do encontro servem para demonstrar a tônica em que se processavam os debates a respeito da tática do PCdoB. Devemos ressaltar a expressão do texto fazer avançar o processo revolucionário no país, sem fugir ao curso da vida política, ou seja, o processo estratégico estava claro, assim como o curso tático, em que a vida política implicava na ampliação do partido em todas as esferas, inclusive, obviamente, a institucional.

Ainda, quanto aos rumos do processo eleitoral o PCdoB precisava adequar a sua estratégia e a sua tática, dentro da dinâmica possível do momento político do país, ou seja, dentro dos marcos institucionais. O PMDB, enquanto frente democrática, era o partido que melhor poderia avançar para o fim do regime militar e a vislumbrada democracia futura. Também, nesse processo de transição, a dupla militância começava a ser bem mais visível e menos clandestina, sendo que também já havia o entendimento por parte dos militantes “verdadeiros” do PMDB acerca dos militantes do PCdoB e das suas várias tarefas: distender o regime, reforçar o partido que respondia como frente democrática, eleger parlamentares comunistas, legalizar o seu partido num futuro próximo.

Em 1982 quando se decide que eu devo concorrer à vereadora, o partido apresenta o meu nome para o PMDB para ser vereadora, com a filiação oficial ao PMDB com a presença inclusive de Simon; todos sabiam que eu era do PCdoB, e nós tínhamos uma relação dentro do PMDB, depois de 1979, com muito respeito, basta ver a relação que tinha o João Amazonas (presidente do PCdoB) com o Ulysses Guimarães (Presidente do PMDB). Havia dentro do PMDB esse respeito. (Jussara Cony, PCdoB)

Em linhas gerais, segundo depoimento dos entrevistados, pode-se dizer que as principais lideranças do PMDB reconheciam e assim legitimavam o PCdoB como força política expressiva, diminuta, porém extremamente aguerrida. Ainda, o PCdoB, assim como os comunistas do PCB, não se enxergavam como fração e tinham a necessidade de se afirmarem sempre como partido dentro de um outro partido e nunca como uma tendência, fração ou facção. A explicação dos entrevistados era a compreensão nítida que estavam dentro do PMDB por uma imposição e perseguição em virtude da justiça arbitrária do regime ditatorial, portanto, como se enxergavam como um partido vislumbravam a legalização partidária com o fim da ditadura, como de fato ocorrera.

⁴⁴ <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1983a.asp>

3.4 – A CAMPANHA ELEITORAL DE 1982 NO RIO GRANDE DO SUL

O cenário das eleições de 1982 no Rio Grande do Sul se processava sob o espectro do multipartidarismo recente, tínhamos, então o PMDB, o PDS, o PDT e PT. Conforme já enfatizado, o PMDB, herdeiro do legado do MDB, insistia na premissa do **voto útil**, a fim de granjear e unificar os votos dos opositores do regime militar. No entanto, novas clivagens emergiram e consolidaram-se, diferenciando o cenário da campanha, com novos e velhos personagens, assim como com diferentes discursos de campanha política, dando origem a divisão na seara de oposição entre o PMDB, o PDT e o PT, diferentemente do PDS que continuava firme como partido representante do regime.

Quanto ao PDT, este surge e se inscreve no processo de reconfiguração partidária quando Leonel Brizola perde a legenda do PTB para Ivete Vargas, numa manobra patrocinada pela ditadura militar. Descontente com os rumos do PTB, e não podendo ser a grande liderança da sigla, conforme pretendia, Brizola decide, juntamente com o seu grupo de apoiadores, fundarem o PDT e disputar a herança do legado trabalhista, agora na nova agremiação. Porém, esse espólio varguista teria vários herdeiros, que sob a égide de egressos do velho trabalhismo tentaram a legitimidade de aglutinar os ex-petebistas após o bipartidarismo, cabendo a Brizola a herança do trabalhismo de Getúlio Vargas (GRILL, 2005). Convém enfatizar que, assim como Ivete Vargas e Brizola disputaram a sigla do PTB, também Simon tentou a reunificação dos velhos trabalhistas dentro do PMDB, a fim de dar viabilidade ao projeto de unicidade necessária e a não fragilidade da oposição, em face da divisão que se aproximava com o advento do multipartidarismo. (GRILL, 2005, p.533). Não conseguindo tal intento, Simon rompe com Brizola, e este consegue capitalizar expressiva fatia de ex e novos trabalhistas vindo, assim, a engrossar o PDT. Brizola ficou com a maior parte do legado da tradição do trabalhismo, como se fosse o continuador da tradição varguista, obviamente que devemos considerar que a biografia de Brizola tem um peso sobremaneira pra tal espólio, fazendo com que os velhos petebistas o enxerguem como o herdeiro legítimo e não Ivete Vargas ou mesmo Simon.

Conforme explicitado no Capítulo 2, Simon elegeu-se deputado estadual pelo PTB em 1962. Posteriormente, dentro do MDB elegeu-se deputado estadual em 1966, 1970 e 1974, vindo a ser presidente do partido no estado e a figura mais eminente da hoste emedebista, principalmente, quando disputa e ganha a vaga para o Senado em 1978. Simon, até esta

contenda com Brizola, mantinha-se alinhado a seu grupo original de opositores do regime militar, os petebistas históricos, quando acaba rompendo com Brizola em 1979. No entanto, todos os aspectos da trajetória de Brizola, credenciavam-no como o grande representante do antigo PTB e não Simon. Portanto, a divisão proveniente da adesão a cada uma dessas lideranças⁴⁵, cristalizou-se no processo de reconfiguração partidária no Rio Grande do Sul.

O slogan do PDT era: Democracia, Nacionalismo e Socialismo, ou seja, as palavras chaves que coroavam o ideal do PDT (FERREIRA, 1991, p.96). Segundo Sento-Sé (2007, p.442), tal slogan é fruto do tríplice pensamento ideológico de formação do PDT: 1) O compromisso do PDT com a democracia e as suas instituições democráticas; 2) O nacionalismo, marca do antigo PTB; e, 3) O socialismo, como parte constitutiva desse projeto. Tais premissas levaram, na campanha de 1982, que Darcy Ribeiro criasse o mote de *socialismo moreno*, a fim de nominar o projeto eleitoral daquele ano. No Rio Grande do Sul, o candidato foi Alceu Collares, que em sua trajetória era identificado como pertencente à ala dos autênticos do MDB, sendo deputado federal eleito ao longo da década de 70 com expressiva votação.

Quanto ao PT, como tem sido observado, constituiu-se de forma um tanto diferenciada da tradição partidária no Brasil. Segundo a literatura sobre os sistemas partidários no Brasil, sempre tivemos partidos com o seu nascedouro tutelado pelo Estado. No entanto, o PT rompe com tal perspectiva, uma vez que nasceu fruto dos movimentos sociais em curso no final dos anos 70 “de baixo para cima”⁴⁶. O PT usou como slogan nessa campanha as palavras de ordem: Terra, Trabalho e Liberdade (FERREIRA, 1996, p.96), fruto da influência da sua gênese formativa. No Rio Grande do Sul, para governador do Estado é lançado o sindicalista Olívio Dutra, figura emblemática e liderança das greves dos bancários do final da década de 70 e início dos anos 80.

Ainda, no Estado do Rio Grande do Sul, assim como no resto do Brasil, o PT era a grande novidade política eleitoral que surgia, ou seja, era um novo partido que emergia por

⁴⁵ Quanta à carreira de Brizola, Bodea (1992) ao longo do seu livro enfatiza os seguintes aspectos: 1) fundador do PTB, integrante da ala moça; 2) deputado estadual em 1947; 3) prefeito de Porto Alegre em 1955; 4) governador do RGS em 1958; 5) proximidade com Vargas e mais especificamente com Jango, em virtude do grau de parentesco; 6) protagonista da campanha da legalidade no Rio Grande do Sul; 7) exilado político e 8) opositor do regime militar. Todos esses aspectos o credenciam como dirigente ilustre do PTB, tais fatos mesclavam a sua própria trajetória com história política do Brasil, projetando-o como grande liderança nacional, enquanto Simon ficara restrito ao cenário regional no estado.

⁴⁶ A literatura a respeito do processo formativo do PT é bem ampla, como por exemplo: MENEGUELLO, Raquel. **PT**: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro. Paz e terra. 1989. KECK, Margaret. **PT**: a lógica da diferença. São Paulo. Ática. 1991. CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT**: a contemporaneidade possível. *Base social e projeto político* (1980-1991). Porto Alegre. Editora da Universidade. UFRGS. 2002.

fora do Estado, fruto dos acontecimentos e conjunturas políticas específicas daquele período no país; apresentando nas suas fileiras novos e desconhecidos candidatos aos cargos eletivos. Não obstante ainda contava com o ônus da pouca estruturação partidária. Tais fatos pesaram sobremaneira no processo eleitoral do PT, pois em virtude da novidade no cenário, o PT ainda era um partido eminentemente de oposição ao governo central, dificultando ainda mais a instalação dos comitês e dos diretórios municipais em pequenas cidades e também em algumas regiões do Brasil.

O partido dos Trabalhadores foi o principal atingido pela tese do voto útil. Sem a máquina dos demais partidos, sem um grande número de municípios (onde não chegou a estruturar diretórios), com uma cobertura mínima da grande imprensa e as conseqüências da Lei Falcão, o PT não esperava uma grande performance. Mas tinha expectativa na Grande Porto Alegre e em algumas cidades do interior, onde o trabalho do Partido estava bem implantado. Com isso esperava garantir uma vaga na Câmara Federal e dois deputados estaduais (PONT, 1985, p. 146)

No que tange à construção do PDS, este deita raízes na velha estrutura partidária da ARENA. Assim como é impossível compreender o PMDB sem associá-lo a gênese e dinâmica de desenvolvimento emedebista, igualmente, tal análise evolutiva se aplica ao PDS associando este a ARENA. A ARENA pode beneficiar-se ao longo da ditadura das benesses da proximidade do poder central, podendo construir e ampliar a sua base de ação, especialmente em cidades do interior e em estados do Norte e Nordeste, os quais o MDB não tinha grande expressão.

No Rio Grande do Sul o PDS, contava, também, com uma expressiva e bem consolidada base de deputados estaduais e federais. Como já dissermos a ARENA tinha boa e tradicional aceitação de votos em cidades pequenas do interior do Rio Grande do Sul, consolidando a dominância política para o seu herdeiro - PDS (TRINDADE, 1978 e NOLL & TRINDADE, 2004). Em seu slogan de campanha em 1982 tinha a seguinte frase: Democracia Verdadeira. No Rio Grande do Sul é lançado Jair Soares para governador, este constrói a carreira política junto a ARENA, vindo a ocupar diversas pastas ao longo da sua trajetória política, sendo ministro da Previdência Social do Brasil, no Governo de João Figueiredo, durante o período de 1982. Ou seja, havia toda a proximidade necessária ao PDS junto a Brasília, a fim do partido construir e legitimar a sua campanha eleitoral em 1982.

Quanto ao PTB, este partido não se estrutura no Rio Grande do Sul para as eleições de 1982.

3.4.1 - RESULTADOS ELEITORAIS DE 1982 NO RIO GRANDE DO SUL:

Em face dos antecedentes políticos em âmbito nacional, as eleições de 1982 se apresentavam com uma nova configuração partidária, assim como, uma conjuntura política em disputa extremamente acirrada. Também, convém lembrar que o período foi fértil de medidas casuístas e oportunistas, de modo a respaldar o regime militar e seus apoiadores durante este pleito eleitoral. Assim, poderemos ver os reflexos desses fatores através dos resultados eleitorais, pois no Rio Grande do Sul a ditadura militar conseguiu o seu intento, ou seja, dividir para governar. Conforme realçado ao longo do capítulo, o Pacote de Novembro construiu as amarras e os obstáculos, impedindo que a oposição compusesse alianças, obrigando o voto em todos os candidatos da mesma legenda, sob a pena de anulação do voto.

Quanto ao PMDB, embora este partido tenha se valido da velha legenda emedebista e feito referências à herança política e vitoriosa do MDB no período do bipartidarismo, a fim de se legitimar para os eleitores no Estado, tal vinculação, todavia, não surtiu o efeito esperado, pois o PDT como força política se materializou e emergira neste cenário eleitoral, vindo a dividir os votos oposicionistas no Rio Grande do Sul. Entretanto é importante reter nesta análise a força da oposição que juntos somavam 55,24% dos votos. O PDS, embora se valendo dos “casuísmos” do regime militar, vence com uma diferença mínima e amplamente contestada de 1%⁴⁷.

QUADRO 26- ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR DO ESTADO - 1982

PARTIDO	CANDIDATO	VOTOS	% VOTOS
PDS	Jair Soares	1.292.962	34,10
PDT	Alceu Collares	775.546	20,42
PT	Olívio Dutra	50.713	1,32
PMDB	Pedro Simon	1.272.319	33,50
Branços		334.125	8,80
Nulos		71.348	1,86
Total		3.799.013	100

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.228

⁴⁷ De acordo com as entrevistas recolhidas de integrantes do PMDB, PCB e PCdoB, é enfatizado nos depoimentos que o governo manipulou a contagem de votos, uma vez que o resultado neste pleito era manual. Soma-se que, durante as entrevistas, ainda hoje, há indignação dos militantes destes partidos a respeito do fato de Simon ter ido na televisão antes do término da contagem dos votos, dizendo que tinha perdido as eleições, dando margem tanto para a desmobilização dos militantes opositores que trabalhavam como fiscal, quanto para a direita manipular os resultados anulando os votos do PMDB.

Conforme podemos observar, em relação aos resultados absolutos, a diferença entre Jair Soares e Simon é menor que a votação no PT, dando margem, a duas interpretações distintas: 1) o voto útil funcionou contra o PT que esperava fazer 200 mil votos e fez na realidade 50.713; e 2) o voto útil não funcionou o suficiente para permitir a vitória da oposição sobre o regime no executivo estadual. No Rio Grande do Sul, realmente, se atingiu a meta do regime - dividir a oposição, quebrando a unicidade oposicionista que garantiria a vitória do senador em 1974 e 1978.

Neste processo de divisão da oposição, o PDT se legitimou como a terceira força política no Estado. Obviamente, não podemos desconsiderar a história e a vinculação do PDT com o legado trabalhista do velho PTB, demonstrando no Estado do Rio Grande do Sul uma situação em que mesmo com o longo tempo da ditadura militar, esta não conseguiu apagar totalmente as marcas deste legado.

Outro elemento posto em destaque é perceber que o slogan do **voto útil** proposto pelo PMDB não obteve sucesso, ou seja, o caráter plebiscitário se desfez no Estado, justamente pelo fato do PMDB não perceber ou por ter subestimado o caráter multipartidário que já se desenhava no Estado, visível tanto nas pesquisas prévias, quanto pelo fato da consolidação da estruturação partidária do PDT no Estado (AYDOS, 1988, p.72). Embora, nos programas eleitorais e debates de campanhas o candidato do PMDB (Pedro Simon) desse uma ênfase preponderante ao caráter divisionista que o regime tentava imprimir na campanha, alardeando que os outros partidos eram frutos do regime militar, mesmo assim, o plebicitismo não vicejou no Estado. Pois, os outros partidos tinham críticas à política eleitoral do PMDB, acusando-o de oportunista; demonstrando, assim, nas urnas a estruturação e cristalização das clivagens em curso no Estado, principalmente a Nova Esquerda, que rebatiam chamando de *o inútil voto útil*⁴⁸ (PONT, 1985).

Para o Senado, conforme tabela abaixo, Paulo Brossard de S. Pinto do PMDB foi o mais votado. No entanto, Carlos Chiarelli do PDS granjeou a vaga de senador, pois agregou o percentual dos votos de Alberto Hofmann do mesmo partido, dando a vitória para ao PDS, em virtude da sublegenda. Convém realçar que era uma vaga que estava em disputa. Ainda, podemos depreender que alguns fatores pesaram positivamente para o lado do PDS, pois além da vinculação de votos e uma grande área de dominação no interior, possui também uma

⁴⁸ Relataram ao longo da dissertação que também Brizola teria ridicularizado a premissa do voto útil afirmado na mídia a seguinte frase: “*de que adianta o voto útil num inútil*”, criticando abertamente a ação de Simon no Senado.

expressiva estruturação em termos de comitês eleitorais. Tais fatos somados ao lançamento de dois candidatos garantiram, portanto, ao PDS terem um candidato eleito ao Senado.

QUADRO 27 - ELEIÇÃO PARA SENADOR DA REPÚBLICA – 1982

PARTIDO	CANDIDATO	VOTOS	% VOTOS
PDS	Carlos Alberto Chiarelli	906.791	23,86
PDS	Alberto Hofmann	364.781	9,60
PDT	Getúlio Pereira Dias	730.869	19,23
PT	Raul Pont	47,234	1,24
PMDB	Paulo Brossard de S. Pinto	1.209.432	31,83
Branco		456.659	12,04
Nulos		83.247	2,20
Total		3.799.013	100

Fonte: NOLL & TRINDADE, 1995, p.234

Quanto às eleições proporcionais à Câmara Federal, os votos somados da oposição foram majoritários, PDT e PMDB somados ficaram com 19 das cadeiras, contra 13 do PDS, tal peso delimitaria, também, a correlação de forças de quem elegeria o próximo presidente do Brasil, através do Colégio Eleitoral. Dentro das hostes dos comunistas no PMDB não tivemos nenhum candidato eleito, Eloar Guazelli eleito em 1978 não se reelegeu. Também, não houve nenhum candidato eleito do PT.

QUADRO 28- ELEIÇÕES PARA CÂMARA FEDERAL - 1982

PARTIDO	VOTOS	% VOTOS	CADEIRAS
PDS	1.277.460	33,62	13
PDT	699.384	18,25	7
PMDB	1.170.849	30,82	12
PT	43.378	1,14	0
Branco	505.344	13,31	-
Nulos	108.599	2,86	-
Total	3.799.013	100	29

Fonte: NOLL E TRINDADE, 1995, p.240

Ao analisarmos os votos proporcionais, percebemos nitidamente a forte expressão advinda do voto vinculado, em virtude da proporcionalidade em que se mantêm os resultados entre governadores, senadores e deputados respectivamente, demonstrando o acerto da ditadura, quanto a fragilização da oposição, dito de outra forma, o voto vinculado como instrumento do arbítrio da ditadura foi sem dúvida um grande mecanismo para dividir os opositores. Ainda, no que tange aos resultados das eleições proporcionais para a Assembléia Legislativa, conforme quadro abaixo, tivemos um somatório de 33 deputados do PDT e

PMDB, o que dará a tônica de uma Assembléia Legislativa com peso oposicionista. No que tange a candidatos do PCB, Fernando do Canto não consegue voltar para a Assembléia Legislativa⁴⁹. Quando comparamos a distribuição das cadeiras na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, do período imediatamente posterior a reconfiguração partidária (Quadro 25, p.86), observamos que a eleição de 82 manteve a mesma proporcionalidade entre os deputados dos diferentes partidos. Destacamos, ainda, que o PT não elegeu nenhum deputado.

QUADRO 29 – ELEIÇÕES PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – 1982

PARTIDO	VOTOS	% VOTOS	CADEIRAS
PDS	1.255.716	33,05	23
PMDB	1.156.326	30,43	21
PDT	687.478	18,10	12
PT	42.371	1,12	0
Branco	533.896	14,05	-
Nulos	123.226	3,25	-
Total	3.799.013	100	56

Fonte: NOLL E TRINDADE, 1995, p.246

Ainda, quando analisamos os resultados para Assembléia Legislativa e Câmara dos Deputados, percebemos que a oposição vence, obtendo a maioria das cadeiras, mantendo a mesma força que na eleição de 1978, em que a oposição tinha a unicidade dentro do MDB.

O PDT saiu das eleições legitimado como a terceira força eleitoral do Estado, tal fato torna-se muito importante para o partido nascente. Pois, um partido “novo” e que tinha uma proposta de ser um partido de “esquerda” à brasileira, o denominado *Socialismo Moreno* de Brizola, saíra vitorioso em seu projeto político, uma vez que consegue uma grande abrangência no Rio Grande do Sul. Torna-se pertinente lembrar que, no Rio de Janeiro, Brizola também saiu vitorioso do pleito sendo eleito governador do Estado. Quanto à votação total nacional, tivemos os seguintes resultados comparativamente para governadores de Estado:

⁴⁹ Segundo depoimento de entrevista de militantes do PCB, este partido teve outro candidato eleito como deputado estadual, porém com a redemocratização e legalização do PCB, este deputado sai do partido, não acompanhando o PCB na sua legalização partidária, continuando no PMDB, negando atualmente que um dia fora do PCB, assim como qualquer vinculação com o partido. Corroborando com o meu depoimento, MELHEM (1998, p. 149) em seu livro sobre o MDB-PMDB de São Paulo, afirma que muitos parlamentares pecebistas eleitos em 1982, também não optaram em aderir ao PCB com a legalização da legenda em 1985, entre outras razões, pela fraqueza da legenda comunista na disputa eleitoral que viria a ocorrer em 1986; também, houve casos de alguns parlamentares que foram para o PCB em 1985 e perderam o seu mandato com o pleito de 1986, não se elegendo e voltando para o PMDB com o intuito de eleger-se no pleito vindouro de 1990, enfraquecendo, assim, ainda mais o combalido partido.

QUADRO 30 - RESULTADOS NACIONAIS DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNOS DE ESTADOS

Partidos	Estados	Votos	Eleitorado	População	Território	% do PNB
PDS	12	7.807.696	22.225.818	47.425.296	2.810.207 Km ²	23,90
PMDB	9	11.612.702	30.134.704	58.400.155	5.037.937 Km ²	58,22
PDT	1	1.416.630	6.292.265	11.297.962	44.268 Km ²	16,68

Fonte: MOREIRA ALVES, 1984, p.286

Conforme podemos depreender do quadro acima, o PMDB granjeou uma grande ofensiva como partido de oposição contra a ditadura militar, pois logrou eleger 09 governadores, mais importante é enfatizar que foi em Estados de grande relevo no cenário político nacional, pois detinham a maioria do PNB e a maioria da população. Ainda, torna-se pertinente realçar o caráter extremamente bipartidário da eleição de 1982, demonstrando, assim, a continuidade das forças políticas, agora redefinidas em PMDB e PDS⁵⁰. Entre os estados mais relevantes do Brasil, o Rio Grande do Sul, se diferencia, justamente em virtude da divisão da oposição, que foi fomentada com a emergência das novas clivagens e que proporcionou ao regime vencer o pleito, para o Executivo, criando ao mesmo tempo, a moldura de um “novo” cenário partidário no Estado.

Quanto aos vereadores comunistas eleitos na cidade de Porto Alegre tivemos Lauro Hagemann e Jussara Cony, respectivamente pelo PCB e pelo PCdoB. O primeiro identificado a longo tempo como direção do PCB, sendo eleito inclusive pelo MDB em 1966; já, no caso da Jussara Cony, era a primeira vez que ela se elegia, sendo que, segundo os militantes do PCdoB, seria a volta dos comunistas à Câmara dos Vereadores. Obviamente, segundo depoimento dos entrevistados o PCB teve outros militantes comunistas eleitos em cidades do interior, no entanto, em virtude da dupla militância não há informações concretas a respeito dos nomes, tornando-se mais conhecidos os vereadores eleitos em Porto Alegre. Quanto ao PCdoB, Jussara Cony foi a única representante popular comunista eleita em todo o Estado, assim como o PT que elegeu somente Antônio Holfeldt como seu vereador em Porto Alegre.

⁵⁰ Nas palavras de Lamounier e Meneguello (1986, p.80): “Em termos estritamente eleitorais, o esquema bipartidário vigente desde 1965 não foi realmente desfeito pela reforma de 1979 e pelas subsequentes alterações na legislação eleitoral. Somente em quatro estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Acre) a soma dos votos dados aos três partidos menores (PDT, PTB e PT) ultrapassou 5% do total. Nos demais, permaneceu o dualismo de forças, na realidade uma mera troca de nomes, de ARENA versus MDB para PDS versus PMDB”.

3.4.3 – AS AVALIAÇÕES DO PROCESSO ELEITORAL PELOS PARTIDOS COMUNISTAS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS RESPECTIVAS ATUAÇÕES

Em âmbito nacional, os comunistas consideraram uma grande vitória o processo eleitoral de 1982, pois eles tiveram a idéia clara que se abria um novo ciclo no Brasil e, com certeza, o medo de um possível recuo aos anos negros do regime não teria mais tantas condições de um retrocesso. Uma vez que, a esquerda conseguiu eleger um grande número de vereadores e parlamentares em todo o Brasil, fato este que animava sobremaneira os PC's, principalmente em Estados pólo como São Paulo, onde o PMDB elegeu o governador do Estado, dando margem, assim, para os comunistas do PCB apostarem ainda mais no PMDB para a condução do fim do regime militar, conforme podemos ver no editorial nacional do PCB em seu jornal Voz da Unidade, em artigo intitulado: *A frente democrática*.

Passado o processo eleitoral, uma realidade é óbvia: O PMDB se fortaleceu como eixo da frente democrática. Esta não se reduz ao maior partido oposicionista, mas o inclui obrigatoriamente. Se o PMDB não se comportar como o dono da verdade e mantiver a sua vocação frentista, as outras forças democráticas serão levadas a uma necessária colaboração com ele, porque terão aprendido com o povo que o infantilismo radicalizador dá no fracasso (PT) e que uma vitória isolada não faz avançar a democratização (PDT). (Voz da Unidade, 25/11/82)

Como podemos depreender, segundo os pecebistas a aposta tática pelo PMDB se mostrou a mais acertada para este partido, em virtude da vitória dessa legenda em âmbito nacional. O PCB aproveita em seu artigo para fazer duras críticas e caçoar do esquerdismo do PT, associando a sua atitude política ao livro clássico de Lenin, *Esquerdismo doença infantil do comunismo*; e também, alude às vitórias isoladas do PDT, como foi o caso no Rio de Janeiro. Ainda, neste seu artigo, como podemos ver, aproveita também para temperar o espírito da própria entidade peemedebista, a fim de continuarem no caminho da amplitude da frente democrática, que na visão dos pecebistas seria necessário para o fim definitivo do regime, dentro de um quadro que se avizinhava com situação favorável à abertura, pois com o resultado eleitorais já vislumbravam o seguinte quadro para o Colégio Eleitoral:

QUADRO 31- SÍNTESE DO COLÉGIO ELEITORAL

COLÉGIO ELEITORAL				
Partido	Câmara	Senado	Delegados Estaduais	Total
PDS	231	46	75	352
PMDB	203	21	57	281
PDT	24	1	6	31
PTB	13	1	-	14
PT	8	-	-	8
PDS: 352				
OPOSIÇÃO: 334				
DIFERENÇA PRÓ-PDS: 18				

Fonte: Voz da Unidade 02/12/82

Conforme enfatizado ao longo da dissertação, era através da eleição de 1982 que iria ser escolhido o novo presidente civil do Brasil, votado pelo Colégio Eleitoral⁵¹; assim sendo, o resultado da eleição de 1982 era bastante promissor para as forças progressistas e de esquerda. Em síntese, a tática de ambos os partidos comunistas estava tomando corpo e se consolidava positivamente a partir dos resultados desta eleição.

No entanto, no Rio Grande do Sul, a despeito das vitórias peemedebistas em âmbito nacional, o PCB gaúcho quando comparado com as diretrizes do Comitê Central, tem uma visão mais crítica do processo, pois no Estado o PDS conquistara o governo, frustrando todo o trabalho empreendido pelos comunistas e pelos peemedebistas na premissa do voto útil e democrático. Conforme editorial da Voz da Unidade acerca do RS, em artigo intitulado: *As eleições no Rio Grande do Sul*.

Apesar de as oposições, somadas, terem obtido uma votação de 800 mil votos a mais do que o PDS, perderam as eleições no Rio Grande do Sul, embora o PMDB tenha ficado a apenas pouco mais de 20 mil votos da Agremiação governista [...] Como explicar estes resultados negativos? A nosso ver, devem ser considerados vários fatores que, conjugados, contribuíram para a derrota das oposições. Entre estes fatores, destacamos o casuísmo imposto pelo sistema; a influência do velho trabalhismo e do brizolismo conflitado com o PMDB; a fraqueza orgânica do partido do Senador Pedro Simon em alguns municípios e na capital; a questão da vice-governança e da capital; sublegenda para o Senado; e o voto em branco, entre outros. (Jornal Voz da Unidade, 07/04/83)

Como podemos observar no informe do Jornal do PCB, enfatizavam o casuísmo do governo e a ruptura da esquerda. Convém também realçar quando o editorial salienta a fraqueza orgânica do partido do senador Pedro Simon, em Porto Alegre, pois mesmo Simon vencendo o PDS em Porto Alegre, o PMDB apresentava-se mais frágil que o partido governista em virtude da máquina política da ditadura, que fornecia instrumentos, recursos e

⁵¹ Quanto à composição do colégio eleitoral ele era constituído por todos os senadores e deputados federais e por seis representantes de cada estado – escolhido estes pelo partido majoritário na Assembléia Legislativa estadual, totalizando 686 votos (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986, p.78).

peso político para o PDS⁵². Ainda, mais adiante neste mesmo artigo, o editorial enfatizava a seguinte tática política: reforçar a frente democrática, tanto no legislativo, quanto nos municípios, afim de buscarem a unidade e, também, incorporarem amplas massas para a consecução do processo de transição política.

Quanto ao PCdoB, embora este partido possuísse uma posição mais crítica a respeito dos limites da transição pactuada, festejava, assim como o PCB, a vitória das chamadas forças mais progressistas e avançadas do PMDB. Porém, no Rio Grande do Sul, a vitória de Jair Soares no executivo, serviu justamente como móvel para o PCdoB se lançar numa política mais ofensiva e de visibilidade de seu próprio partido, como podemos ver neste depoimento:

Durante a campanha de 1982, nós ainda fazíamos pichação como PMDB. Mas, quando Jair Soares ganhou a eleição, na madrugada de sua posse a direção do partido orientou as bases a pintar os muros de Porto Alegre com a palavra de ordem - Fora Jair, Capacho dos Generais – assinado PCdoB [...] então foi nesse momento, enfaticamente, que a gente começou a ‘botar para fora’ a sigla PCdoB, pois durante a campanha não podíamos falar, mas depois que o PMDB perdeu, no Estado, chegara finalmente o momento de marcarmos presença como PCdoB no cenário político local (Roberto Rivera, PCdoB)

Conforme o depoimento do entrevistado, os militantes do PCdoB sofreram diversas coações e ameaças pelos órgãos de repressão ao longo da campanha, não sendo raro às vezes que uma panfletagem redundasse em prisão de militantes durante a atividade política, mesmo empunhado a bandeira, “de fachada” do PMDB. De acordo com os militantes do PCdoB, não obstante a dificuldade ainda do período, o fato de estarem disputando a eleição de 1982 tinha um grande peso e importância, sendo recorrentes em suas falas os mesmos argumentos sintetizados por Jussara Cony:

Para nós, comunistas, não precisava nem eu ter sido eleita como vereadora, somente o fato de estar em um palanque e poder denunciar a ditadura já era um grande feito para o partido [...] Imagina só a minha responsabilidade e compromisso: um partido que foi tão massacrado, que teve tantos camaradas assassinados, e na eleição de 1982 poder denunciar, na medida do possível, a ditadura [...](Jussara Cony, PCdoB).

Portanto, a campanha de 1982 para o PCdoB foi emblemática, pois representou o momento que o partido começaria a sair do biombo político das instâncias peemedebistas.

⁵² Quanto à distribuição de votos na capital, segundo o TRE tivemos os seguintes dados: PDT-32%, PMDB-31% e PDS-27%. Conforme Baquero (1988, p. 17), o PDS investiu pesado na cidade de Porto Alegre, contando com o volume impressionante de 22.000 comitês eleitorais na cidade. No tocante ao PDT, este partido demonstrava toda a força eleitoral de Alceu Collares, lastreando-o, portanto, para a eleição da prefeitura em 1985. Conforme os prognósticos dos analistas políticos, Alceu Collares foi o primeiro prefeito de Porto Alegre eleito pelo voto direto após a redemocratização e, posteriormente, em 1990, governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, a partir do ascenso de 1982 o PCdoB passa a imprimir, segundo os vários depoimentos, uma política com muito mais visibilidade e combatividade, não que isto rompesse completamente o véu da semi-clandestinidade, mas lançava-o numa política de ampliação da ação partidária do próprio PCdoB; visando futuramente a (re)construção do seu próprio partido, tão logo fosse possível, em face da legalização partidária, que estava cada vez mais próxima.

Eu nunca me esqueço do jornalista: uma farmacêutica está na Câmara Municipal, Jussara Cony se elege, a defensora dos frascos e comprimidos, o que isso quis dizer, que uma comunista estava eleita. [...] Eu cheguei a ser secretária do movimento feminino do PMDB, eu fui tanto presidente da zonal do PMDB por dois mandatos, quanto presidente do setor feminino do PMDB e secretária geral da União dos Vereadores do Brasil, tu vê só a fachada que o partido botava a gente, eram várias formas que o partido botava a gente para militar [...] Dentro do PMDB participávamos como tendência, dentro da Tendência popular, nós do PCdoB, o pessoal do Tarso. Eu fui presidente da segunda zonal do PMDB e reeleita, nesse período o pessoal já sabia que eu era do partido, já como vereadora, essa segunda zonal nós trazemos o Teutônio Vilela, para começar a função das Diretas Já! (Jussara Cony, PCdoB).

Quanto à avaliação das eleições de 1982 pelo Comitê Central do PCdoB, podemos ver a sua opinião no jornal Tribuna da luta Operária, em seu editorial intitulado: *A verdade das urnas*.

As eleições não encerram a luta democrática. Pelo contrário, apenas criaram condições para os brasileiros se unirem e lutarem para a liquidação do regime militar. O povo unido precisa exigir que os governadores democratas cumpram o programa oposicionista e façam de seus governos pontos de apoio para a luta pela democracia. A organização da unidade popular, e sua atuação com fisionomia própria, representará dentro da frente única contra o regime, o papel de destacamento mais combativo e ponto de apoio fundamental para garantir a direção política da classe operária na luta pela liberdade, rumo ao socialismo. (Tribuna da Luta Popular, n°97, 1982)

Grosso modo, podemos depreender que estava implícito neste editorial o seu caráter de frente única oposicionista, como intuito de reforçar e lutar pela democracia, mas realçavam também seu caráter estratégico partidário: *rumo ao socialismo*. A fim de compreendermos a linha tático-estratégica, torna-se necessário vermos as elaborações políticas que foram realizadas no Congresso do PCdoB no início de 1983, no imediato após a eleição de 1982, em que podemos perceber a questão da tática partidária em consonância com os reflexos eleitorais, pois assim como os pecebistas o PCdoB enfatizava importância da questão presidencial que se aproximava:

No período que irá até o princípio de 1985, **a tática do Partido deve considerar seriamente a questão da sucessão presidencial**. Na história do

nosso país, as épocas de sucessão dos governantes originaram clima de comoções sociais e políticas, de rachaduras do sistema dominante, de brechas na frente inimiga que devem ser utilizadas pelas forças democráticas e revolucionárias em proveito do avanço do movimento progressista. Mesmo na vigência da ditadura militar, a substituição dos generais de plantão fomentou tensões políticas [...] Deve-se ter em vista o aparecimento de uma séria crise política em período não muito distante que pode converter-se em crise revolucionária. O regime atual poderá cair tanto no curso de um movimento democrático que acentue a obtenção das liberdades quanto no processo de vigorosas ações de cunho patriótico, ou ainda como decorrência da combinação dos fatores democráticos e patrióticos. A crise pode manifestar-se na seqüência da disputa pela sucessão presidencial⁵³.(DOCUMENTOS HISTÓRICOS PCdoB, 1983, grifo nosso).

Conforme podemos ver o que estava em jogo taticamente a curto prazo era a questão sucessória via colégio eleitoral, sendo que o caráter estratégico socialista de partido comunista se fazia presente. Pois enfatizavam da necessidade, caso houvesse a oportunidade, de uma ação revolucionária de transformação mais profunda; ou seja, seria a combinação da estratégia e da tática em face da conjuntura nacional que se abria naquele período de redemocratização e abertura política. No entanto, conforme podemos observar nos relatos e entrevista, embora vivessem naquele período o crepúsculo da ditadura militar, com o aparato militar repressivo mais suavizado, ainda, os militantes dos partidos comunistas sofriam coações da polícia política. Tal fato, não pesava apenas em um partido mais fechado e tido como mais à esquerda como o PCdoB, pois o PCB tentou realizar em dezembro de 1982 o seu VII Congresso Nacional, em São Paulo, tendo todos os seus dirigentes presos⁵⁴.

Grosso modo, podemos considerar que a ditadura fazia, ainda, severas restrições para a legalização partidária dos comunistas, tentando o regime, até os seus últimos momentos, perseguir os militantes de esquerda a fim de amarrar ao máximo o seu projeto de legalização partidária. Sendo assim, o PMDB servia de instrumento eficaz para os comunistas levarem e impulsionarem as suas políticas partidárias até o fim do regime militar. A partir da eleição de 1982 o que estava em jogo, além da sua legalização partidária também era a transição democrática completa, fato este que esperavam conseguir com o Colégio Eleitoral, tornado o PMDB e as suas lideranças os parceiros naturais desta linha tático-estratégica. O conjunto das

⁵³ <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1983a.asp>

⁵⁴ Quanto às diretrizes políticas deste Congresso Pandolfi (1995, p. 222) aponta o seguinte: “a novidade do VII Congresso era que se invertia a velha fórmula que definia a revolução brasileira como nacional-democrática. Agora ela passava a ser democrática-nacional, como queriam os renovadores ausentes. Segundo os congressistas, não se tratava de uma mera inversão formal. A intenção era colocar a principalidade do processo revolucionário na questão democrática. Isto porque, desligada da democracia, a questão nacional tenderia a prejudicar a luta de classe. Essa inversão, segundo o dirigente Salomão Malina, significava um rompimento com qualquer visão etapista do processo revolucionário brasileiro. A luta pelo socialismo só poderia ser realizada com a democracia”.

diretrizes dos PC's, embora considerada a mais correta naquele período, carregam um outro olhar atualmente, quando comparado com a evolução dos outros partidos que trilharam outra linha tático-estratégica:

Nós nos atrasamos um pouco na luta institucional, e foi aí que o PT avançou. Aí eu acho que foi um erro!!! Quem levou para o segundo turno o Lula fomos nós e não o Brizola, o Lula disse ao Amazonas (João Amazonas) eu vou ficar devendo para IBOPE, pois estou descendo tanto na pesquisa [...] e acrescentou, chegou um momento naquela eleição que somente ele e o Amazonas acreditavam que ele iria para o segundo turno (José Loguércio, PCdoB – referindo-se a um discurso de Lula num Congresso do PCdoB).

Para Tódero:

Atribuimos um papel maior que a burguesia poderia ter, na verdade foi uma transição conservadora, em minha opinião o PCB, o PCdoB e o MR8 se perderam. Já o PT caiu num outro extremo, pois não acreditava nisso, e isso demonstrou o ascenso do PT. Assim, se subestimou e se mostrou evidente na opinião pública quem era à esquerda, Logo em seguida tivemos o plano cruzado, juntamente com o calote eleitoral, quem ganhou com isso foi o PT que sempre foi oposição. Achávamos que o PT iria ficar num gueto e que a nossa política em 1982 do voto útil estava certa, isso foi uma falsa ilusão, pois a eleição de 1986 provou que não tinha ido para o gueto e houve a troca dos personagens, assim encaro que a eleição de 1986 foi um prenúncio (Domingo Tódero, ligado ao PCB)

De acordo com a fala dos dirigentes comunistas, o processo de dupla militância, voto útil, transição pactuada onerou um atraso aos PC's e com isto pouca visibilidade destes nos processos eleitorais seguintes.

CONCLUSÃO

Conforme salientado, a ditadura soube pautar, negociar e barganhar a distensão, de forma que conseguiu, até certo ponto, o seu intento: dividir para governar. Como vimos, utilizou-se para isso de várias medidas casuístas e oportunistas, com o intuito de fazer a oposição chegar cindida ao pleito eleitoral de 1982. Tivemos assim, o fim do bipartidarismo entre o MDB e a ARENA, sendo que o MDB em virtude da nova configuração partidária foi matriz para diferentes agremiações, com distinto peso político e expressão ideológica. No tocante à ARENA, esta permanece coesa, servindo como força de sustentação necessária à ditadura no seu objetivo de ensejar a volta aos quartéis da corporação militar com segurança e tranqüilidade, uma vez que esperavam que o novo presidente civil escolhido, através do colégio eleitoral, fosse do PDS.

No tocante ao enfrentamento eleitoral, o PMDB, herdeiro do legado do MDB, tinha como sua bandeira principal a volta da democracia sob o slogan do **Voto Útil**. Ainda, em virtude do forte apelo histórico de luta contra a ditadura, o PMDB conseguiu carrear para a sua estrutura o *staff* do MDB, garantindo assim uma infra-estrutura bem consolidada, se comparada com o PDT e o PT. Obviamente, o PDS conseguia, também, manter a coesão partidária da ARENA, além do mais mantinha uma ótima estrutura e redes de contatos, o que lhe garantia não somente uma quantidade grande de diretórios estaduais e municipais bem estruturados, mas, também, em virtude da proximidade de Brasília receber as benesses do poder, o que lhe proporcionava importantes dividendos eleitorais. Torna-se pertinente frisar que estes dois partidos tiveram, portanto, o seu processo de implantação facilitado, quando comparado com o PT e PDT.

No que tange aos resultados do pleito de 82, no Rio Grande do Sul, pode-se tecer as seguintes conclusões: 1) O PDS saiu vitorioso nas urnas, obtendo a vitória eleitoral para governador do Estado; já o PDT saiu vitorioso em seu projeto político, pois mesmo contando com a dificuldade de construir uma legenda nova, conseguiu o seu intento de se firmar no cenário político gaúcho e 2) No que tange ao PMDB, que tentou colar a campanha nacional do **voto útil**, no Rio Grande do Sul, não conseguiu o pretendido, tendo frustrado o seu projeto político de continuidade da trajetória de oposição do antigo MDB. (FERREIRA, 1991). Portanto, a lógica da engenharia institucional do regime, que planejou os caminhos da eleição de 1982, foi plenamente bem sucedida, ou seja, o dividir para governar encontrou no Rio Grande do Sul um terreno fértil.

No que diz respeito aos partidos comunistas, em virtude das limitadas regras eleitorais, estes não puderam se reorganizar como força política independente, ficando ainda no PMDB e utilizando-se desse partido como via legal para a sua consecução política. Houve discussões das bases comunistas sobre o alinhamento tático partidário que deveriam seguir; contudo, como era de se esperar, a maioria do partido, endossou a decisão dos seus respectivos Comitês Centrais, optaram pela continuidade dos PC's no PMDB, que na visão deles era o partido da frente democrática. Tal linha política não causava tanto “desconforto” a esses partidos, pois os comunistas já estavam bem estruturados há anos dentro do MDB, vindo a permanecer dentro desse ambiente partidário com relativa estabilidade e com uma relação muito próxima com o corpo de militantes exclusivamente peemedebistas. Além disso, os comunistas entendiam que ficar dentro do PMDB, embora as limitações e as restrições, fazia parte de um processo, ou seja, apenas uma etapa; a fim de consolidar definitivamente a transição, e, finalmente, conseguirem a sua legalização partidária.

Restam ainda, ainda, algumas considerações comparativas desses dois partidos dentro do PMDB: 1) ambos se entendiam como partido dentro de um outro partido, ou seja, dentro de uma frente democrática e nunca como fração partidária; 2) o PCB em virtude do longo período de convivência dentro do MDB, manteve uma relação fortalecida e consolidada junto as instâncias do seu sucedâneo (PMDB), justamente em decorrência da dupla militância, assim como pela grande assimilação dos militantes pecebistas às hostes do PMDB e 3) o PCdoB, por entrar no MDB mais tardiamente, segunda metade dos anos 70, após a Guerrilha do Araguaia, tinha uma relação cortês, mas de distinção clara com o PMDB, sendo encarado pelos outros comunistas (PCB), assim como pelo conjunto do PMDB como sendo realmente um partido dentro da esfera peemedebista.

Ao longo da pesquisa percebe-se que o ato de militar e se engajar numa causa específica, neste período, respondia a um discurso unificado que era pelo fim da ditadura que correspondia ao objetivo tático dos comunistas, porém com repertórios diferenciados (REIS, 2001 e 2007). Até aquele momento os partidos comunistas permaneciam com a sua estratégia: o socialismo. No entanto, as táticas se diferenciavam: 1) O PCB assumia o valor da democracia como premissa universal e 2) o PCdoB entendia que a democracia era parte integrante de um processo maior de luta revolucionária no rumo do socialismo. Percebemos que as duas visões táticas correspondem aos caminhos diferentes adotados pelos comunistas no Brasil, como decorrentes das teses pacifistas da Declaração de Março de 1958, refutada pelo PCdoB em 1962 através da sua (re)fundação. Já o PCB reafirma, em 1967, essas teses democratizantes pacifistas de 58, apontando pela necessidade de reforçarem a tática da frente única no combate à ditadura em conjunto com as forças progressistas.

Em relação especificamente ao engajamento político, percebemos que este ato era realizado em várias frentes – ambientes políticos – que tinham como objetivo forçar a distensão do aparato militar. Assim, os comunistas multiplicavam-se em diferentes arenas, muitas vezes dirigidas pelos PC's, como por exemplo: movimentos estudantis, movimentos feministas, movimento comunitários, sindical, reforma na saúde, etc. De acordo com as entrevistas empreendidas, a luta não se processava exclusivamente nas instâncias internas do MDB-PMDB: podemos dizer que muitas discussões, tomadas de decisões e construção de lideranças ocorriam nestas outras arenas do movimento social organizado; entretanto, era nas instâncias legais partidárias que emergiam e cristalizavam-se esses atores e suas resoluções políticas, uma vez que acreditavam no MDB-PMDB como o veículo principal para a consecução efetiva da sua principal tática política: abaixo a ditadura.

Quanto à avaliação do processo eleitoral de 1982, o Comitê Central dos comunistas consideraram extremamente alvissareiro os resultados obtidos em âmbito nacional, pois os números ampliavam ainda mais as forças tidas como progressistas ou avançadas de oposição contra a ditadura. Devemos considerar que o que estava em jogo era o Colégio Eleitoral, ou seja, o cheque mate do regime militar, que segundo os comunistas estava próximo. Quanto especificamente aos resultados do Rio Grande do Sul, justamente pelo fato de Jair Soares ter ganho, gerou protestos pelos comunistas: 1) O PCB, fazia críticas e observações, enfatizando a necessidade de imprimir uma força mais aguerrida na unidade da frente democrática no combate final da ditadura; 2) O PCdoB igualmente crítico dos resultados obtidos, foi um pouco mais longe, pois aproveitou o processo justamente para, como protesto, denunciar Jair Soares assinando a legenda do PCdoB nos muros da capital, divulgando, agora, publicamente a sua identidade partidária.

O período da anistia, de 1979 a 1982, foi importante para a democratização do Brasil, possibilitando a organização e atuação de várias correntes partidárias, independentes de seu espectro ideológico. No que tange aos comunistas, em especial, o período demonstrou a necessidade de se legitimarem em face do novo momento do país, sendo que isso implicava não somente mostrar a sua expressão política, suas teses – táticas e estratégias, mas, também, o seu legado e a sua identidade. Ainda, era necessário para os comunistas a disputa de espaço, como força vital para a sua sobrevivência partidária, tanto em face dos vários partidos emergentes, quanto nas diferentes organizações que se reivindicavam como de esquerda. Não obstante aos seus esforços, após a legalização eleitoral em 1985, os partidos comunistas se viram ofuscados diante da ascensão do PT no cenário político. Assim, em âmbito nacional, o PCdoB já em 1989 opera com o PT numa frente de esquerda, que foi denominada nesta campanha de Frente Popular, mantendo-se desde então nas alianças encabeçadas por Lula. No Rio Grande do Sul, se alia ao PDT em 90 e ao PT a partir de 1994. Quanto ao PCB, no RS tenta lançar Domingos Tódero para candidato a governador em 1986, porém o partido retira a sua candidatura e torna a apoiar Pedro Simon do PMDB. Em 1989, durante o processo de campanha para presidente, os pecebistas lançam Roberto Freire em chapa própria, também sem sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Rio Grande do Sul, em face da divisão da oposição, patrocinada pela ditadura militar, o resultado do pleito de 1982 apresentou uma configuração assemelhada ao pluralismo moderado (SARTORI, 1982). Conforme exposto, o estado gaúcho ao longo dos processos eleitorais apresentou características diferenciadas, em virtude de suas antigas clivagens, quando comparadas com o restante do Brasil. No período da eleição de 1982, o sistema partidário gaúcho retorna as características peculiares antes do Golpe de 1964 (CÁNEPA, 2005), prenunciando um pluralismo moderado que viria a se consolidar posteriormente nas eleições subsequentes. Tais considerações divergem um pouco das considerações de Mainwaring (2001), o qual enfatizava que em virtude do longo tempo da ditadura militar e com a emergência do bipartidarismo as velhas clivagens foram postas à margem da história.

Quanto a isso, procuramos mostrar que, embora houvesse um caráter nitidamente artificial no bipartidarismo instalado pelo regime militar, no Rio Grande do Sul, em virtude das antigas clivagens já sedimentadas no período multipartidário de 1947 e 1964, essa nova moldura não teve um caráter tão artificial, pois algumas alianças já estavam consolidadas anteriormente na fase pré-golpe. Podemos atestar que quase a totalidade dos antigos petebistas vieram a formar o nascente MDB, constituindo a oposição civil à ditadura, obviamente que a outra coalizão política expressiva (PSD, UDN, PL) veio a ocupar a ARENA. No entanto, embora o PTB fosse uma força muito grande no Estado, com o advento da ditadura seu poder se retrai, pois a dominação política da ARENA se faz sentir, principalmente em cidades pequenas onde era mais fácil coagir os eleitores a votarem na ditadura. (TRINDADE, 1978, KINZO, 1988).

Como vimos, não obstante o caráter de oposição do MDB, este não era aceito de início por todas as parcelas de oponentes do regime, pois a esquerda, na sua maioria, via o MDB como mais uma expressão do arbítrio que tomou conta do país a partir do advento da ditadura militar. Por outro lado, algumas parcelas de opositoristas viram no MDB um instrumento legal de oposição. Mesmo que limitado, era o único que seria capaz de operar, de fato, como oponente legal ao regime. Com relação às forças de esquerda representadas pelos PC's, no entanto, não houve consenso a este respeito. Ao longo dos anos 60 inúmeros rachas partidários se materializaram no seio do PCB, justamente em virtude do seu posicionamento em aceitar as regras do jogo: continuidade da Declaração de Março, que visava uma frente única pacífica, agora, com as instâncias partidárias do MDB. Os militantes pecebistas que não

aceitaram essas resoluções políticas saem do PCB, vindo a compor os famosos rachas dos anos 60, constituindo as diversas dissidências da chamada Nova Esquerda.

Por parte do PCdoB, este partido ainda via com muitas reticências a sua política junto ao MDB, muito desconfiado acerca da sua proximidade a este partido, principalmente pelo fato do MDB contar com setores da burguesia nacional, alojados internamente em sua estrutura, mesmo que esses setores fossem os estratos mais avançados no Brasil. Para o PCdoB, o centro da sua tática política estava em comunhão com a sua estratégia maior, que seria a guerra popular prolongada, e que, conseqüentemente, ocasionaria a revolução final. Para tanto vai investir pesadamente no preparo da Guerrilha do Araguaia. Ainda, no tocante a cisões internas devemos ratificar que não foi somente o PCB que sofreu as conseqüências das diversas dissidências, pois outras cisões ocorreram nas diferentes organizações de esquerda que nasceram nos anos sessenta - AP, POLOP- e, inclusive no PCdoB também houve rachas importantes, justamente em virtude das posições e das orientações diferenciadas que as bases partidárias elaboravam em face da luta que pretendiam empreender contra a ditadura. Tais dissidências vieram a constituir novas clivagens políticas no seio da esquerda, tendo estas, em alguns casos, uma visão ainda muito mais dura e crítica a respeito das limitações institucionais do MDB como instrumento efetivo de oposição à ditadura militar. Quanto ao PCdoB, este partido somente mais adiante, na década de 70, vai aderir integralmente ao MDB.

No Estado do Rio Grande do Sul, assim como no resto do Brasil, a ARENA consolida-se com características de partido predominante, vindo o MDB neste período a quase pensar na sua dissolução, em virtude das dificuldades de operar politicamente (KINZO, 1988; MADEIRA, 2006). No entanto, a virada da configuração do sistema partidário dá-se na década de 70 (eleição de 1974), por inúmeros fatores, entre eles destacamos: 1) o fim do milagre econômico que pôs água ao modelo econômico da ditadura, e, por conseguinte, a sua credibilidade; 2) migração campo-cidade modificando tanto a estrutura urbana em algumas cidades, quanto o perfil agrário do Brasil e, conseqüentemente, vindo a criar uma nova massa de trabalhadores e subempregados na cidade; 3) uma campanha política expressiva por parte do MDB, focada nos meios de comunicação e contando com uma linguagem ágil, mostrando, assim, os problemas advindos da ditadura militar; 4) novos políticos do MDB, denominados como autênticos pela imprensa, em virtude do combate aguerrido imprimido por esses setores contra a ditadura militar; e 5) o “repensar” forçado da esquerda após o fracasso da experiência armada, que fez com que estes atores passassem a atuar no MDB, pois era o único pólo legal para uma política que visasse à distensão do regime.

O importante reter no que se refere a este ponto específico é a inflexão a partir da eleição de 1974, em que o MDB torna-se um partido com mais expressão de oposição, mais reconhecido e aceito tanto pela esquerda, quanto por ampla parcela da população que o legitimava através do voto. Percebemos com este fato que também o próprio sistema partidário deixa de apresentar uma configuração assemelhada a um sistema de partido predominante, pois passa a contar com um bipartidarismo aparentemente real (MADEIRA, 2006). Nesse processo, a esquerda começa a participar do MDB de forma mais efetiva. Das organizações de esquerda destaca-se, obviamente, o PCB, já amplamente consolidado na estrutura do MDB e, também, o PCdoB, que após o fracasso da sua política revolucionária no campo (Guerrilha do Araguaia), centra sua política sobre as bases da estrutura legal do MDB, para uma consecução mais ampliada de sua política. Portanto, ao longo dos anos 70, as diferentes organizações de esquerda que afluíram ao MDB como biombo político, conseguiram lograr a ditadura e eleger dentro da estrutura emedebistas alguns deputados estaduais, deputados federais e vereadores. Em especial o PCB, justamente pelo fato de que este partido, a partir do seu VI Congresso, em 1967, já enfatizava o total apoio ao MDB, e propunha a adesão dos seus militantes nesta estrutura partidária com o intuito de construir, juntamente com os setores mais progressistas da sociedade, uma alternativa de oposição legal que pudesse fazer frente à ditadura militar, o que eles denominaram de frente única.

Com o final dos anos 70 e início dos 80, respectivamente, o final do Governo Geisel e início do Governo Figueiredo, a abertura estava em vias de consolidação, principalmente com a revogação do AI-5, com a promulgação da anistia, com a reforma partidária e, conseqüentemente, com o fim do bipartidarismo. Mas, as regras do arbítrio eram ainda estreitas e bastante restritivas, para os partidos conseguirem efetivar a sua legalização partidária. Como era de se esperar, os PC's não tiveram o seu direito de registro partidário reconhecido, ficando na clandestinidade. Assim, os PC's optam, mesmo com algumas divergências e defecções, por manterem-se internos e estruturados dentro das instâncias legais do PMDB no advento da eleição de 1982, tendo seus candidatos eleitos como se fossem ainda candidatos do PMDB.

Obviamente, que o PCdoB e o PCB apresentavam divergências políticas, no que condiz a sua tática e estratégia. Quanto à tática eram "aparentemente" similares, em síntese: fortalecer o PMDB, consolidar a oposição legal com o intuito de não fracioná-la e assim enfraquecer as bases do regime a partir do próprio PMDB. No entanto, havia distinção quanto à linha tático-estratégica final dos PC's: O PCB enfatizava a sua estratégia na democracia como valor universal, tal estratégia não era consensual, havendo divergência e com reflexo na

sua estruturação partidária; pois parcelas de militantes denunciavam que esta estratégia era um desvio à social-democracia. Por outro lado, o PCdoB reafirmava a sua estratégia revolucionária, enfatizando que somente com a revolução efetiva chegariam ao socialismo, ou seja, o objetivo final. Podemos dizer que as diferentes resoluções tático-estratégicas eram reflexos da conjuntura específica do momento em que se inseria a luta dos PC's, tanto no Brasil como em relação ao alinhamento geopolítico internacional. No que tange ao PCB a sua política era reflexo do Eurocomunismo aportado no Brasil, em virtude da volta do exílio do seu Comitê Central.

Ainda, podemos perceber que assim como os PC's se diferenciavam a respeito de diretrizes e teses, havia também a emergência de diversas clivagens na seara da esquerda, fruto dos acontecimentos do final dos anos 70 e início dos 80, e estas se expressaram, em certos casos, em distinções interpartidárias. Assim, com a reconfiguração partidária tivemos o surgimento de novos partidos, como reflexos dessas novas e velhas clivagens, como o PDT e o PT, que tinham uma visão diferenciada dos PC's. Esses partidos entretanto acabariam disputando militantes dentro da própria seara dos PC's por vários motivos, entre esses: 1) por uma visão diferenciada e singular a respeito das novas matrizes do socialismo; 2) por que viam de forma diferente os caminhos da transição (se pactuada ou de frente de esquerda) e 3) também, por alinhamentos internacionais diversos a respeito do marxismo.

Quanto aos PC's vimos que embora houvesse diferenças no que tange à questão infrapartidária, é importante, que tanto o PCB quanto o PCdoB partilhavam da visão de que eram um partido dentro de um outro partido. Tal perspectiva talvez respondesse aos compromissos táticos de aceitarem o PMDB como sendo uma frente democrática, ou seja, viam o PMDB também como expressão materializada desse processo de transição, no qual os PC's precisavam estar estruturados internamente para poderem fazer a sua política e para futuramente virem, de fato, a se institucionalizarem. Em síntese, era uma necessidade se verem como partido, a fim de não perderem o seu objetivo tático a curto prazo: a legalização partidária.

No entanto, o PCB, ainda no limiar dessa primeira fase do processo de transição, viu perder parcelas consideráveis de militantes para as hostes peemedistas, através da adesão dos pecebistas à estrutura partidária do PMDB. Quanto ao PCdoB, em virtude deste partido ter uma maior coesão e disciplina, e em face da severa clandestinidade e perseguição da ditadura, não abria espaço para essas adesões advindas da dupla militância. Quanto à questão da dupla militância, pode-se dizer que esta é uma das situações de engajamento político mais complexas de ser estudada, justamente, pela dificuldade que era fazer política nos

subterrâneos do legal, ou seja, buscando a articulação das diretrizes partidárias do PMDB com a política programática dos combatidos partidos comunistas. Assim, torna-se relevante enfatizar a capacidade que essas organizações (PC's) tinham para impulsionar as políticas dos seus partidos através dos meandros dos canais partidários legais, fazendo a difícil ligação entre o legal e o ilegal, nas diferentes fases de convivência entre os PC's e o MDB-PMDB.

Portanto, a eleição de 1982, para os partidos comunistas, foi extremamente significativa, pois puderam melhor se (re)organizar politicamente, reconstruindo espaço político, impulsionando candidaturas, agregando novos militantes, consolidando militantes antigos. Em síntese, esta eleição serviria como o lastro para os anos vindouros, uma vez que o regime militar, embora ainda vigente, caminhava a passos céleres para o seu fim. Por outro lado, as eleições de 1982 ao mesmo tempo que representavam a cristalização da relação dos comunistas com a máquina peemedebistas, também, devemos realçar, que foi a última eleição que esses três partidos - PCB, PCdoB e PMDB - funcionaram como se fosse uma *bricolage* partidária.

No tocante aos caminhos dos comunistas no Brasil após a redemocratização, podemos afirmar que além da influência da conjuntura nacional, sofreram as conseqüências da crise do socialismo real, respectivamente a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética. O PCB foi o partido mais afetado em virtude desses acontecimentos, pois em 1992 realizou o seu X Congresso, no qual os pecebistas decidem trocar o seu nome, mudar o seu programa e o seu estatuto, passando a se chamar PPS (PANDOLFI, 1995), vindo os seus militantes a compor outros partidos, trilhando outras trajetórias políticas. Quanto ao PCdoB, este “aproveita” a crise do Leste Europeu justamente para reafirmar como o único e real partido comunista no Brasil, fortalecendo o seu partido na via institucional.

Ainda uma nota final: ficam algumas observações acerca dos resultados advindo das entrevistas com os militantes dos PC's, principalmente a respeito de militância enquanto conceito e às diferentes formas de militância, clandestina, semi-clandestina e legal. Embora não seja esse o objeto dessa dissertação, fica a sensação de coisas que poderiam ser ditas, mas que não puderam ser muito enfatizadas em virtude do silêncio, ainda hoje, compactuado pelos militantes, omitindo durante as entrevistas a citação de nomes e lugares, a fim de preservar os camaradas e apoiadores dos PC's. Tais percalços foram naturalmente aceitos durante a pesquisa, pois segundo Pollak (1989, p.08) esses silêncios referem-se “a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos”. Assim, entre os vários elementos que poderiam ser melhor trabalhados reside o desdobramento sobre

a difícil tarefa de manter um partido vivo, mesmo nos momentos mais cruéis de clandestinidade, e as respectivas formas elaboradas pelo partido, assim como pela sua militância para a sobrevivência partidária, sendo que tais procedimentos implicavam, também, necessariamente na sobrevivência física dos militantes.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de (Org). **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Tendências recentes de negociação coletiva no Brasil: primeiras idéias para discussão**. CLACSO México. 1980

AMAZONAS, João. **30 de anos de confronto ideológicos**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1990.

AYDOS, Eduardo Dutra. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul. In.: **Texto para discussão: Programa de Mestrado em Ciências Políticas**. Porto Alegre. N. 3 (Out. 1988).

ARANTES, Maria Auxiliadora. **Pacto (revelado): psicanálise e clandestinidade política**. São Paulo: Ed. Escuta, 1999.

ARTURI, Carlos. O debate teórico sobre mudanças de regime político: O caso brasileiro. In.: **Revista de Sociologia e Política**. Nº 17: 11-31 NOV. 2001.

BAQUERO, Marcelo. O multipartidarismo e o realinhamento eleitoral no Rio grande do Sul nas eleições de 1982. In. **Texto para Discussão**. Porto Alegre. Julho de 1988.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade. 1992.

BORTOT, José & GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão! Movimento estudantil e as liberdades democráticas**. Porto Alegre: Ed. Libreto, 2008.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Painéis da Crise Brasileira**. Tomo II. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. O partido político operário: Marx e Lenin. In.: **Textos para Discussão**. Programa de Mestrado em Ciência Política. UFRGS, 1988.

_____, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio grande do Sul (1945 – 1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARDOSO, Ruth. Sociedade em Movimento: novos atores dialogam com o Estado. In.: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 32. Junho 1991.

CARONE, Edgar. **O P.C.B (1943-1964) Volume II**. São Paulo: Ed. Difel, 1982a.

_____, Edgar. **O P.C.B (1964-1982) Volume III**. São Paulo: Ed. Difel, 1982b.

CARVALHO, Maria Alice Resende. Breve história do “comunismo democrático” no Brasil. In.: **Revolução e Democracia (1964-...)**. Org. FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007, p.261- 282.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível**. Base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: Editora da Universidade. UFRGS, 2002.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

DINIZ, Eli. Voto e realinhamento Eleitoral no Rio de Janeiro. In.: **Série Estudos**. N. 12. IUPERJ. Fevereiro de 1983.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica de democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DREIFUSS, René. 1964. **A conquista do Estado: ação, política e golpe de classe**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Path dependency e os Estudos comparados. **BIB**. São Paulo, n. 53, 1 semestre de 2002.

FERNANDES, Florestan. **Lenin: política**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Coleção Grandes cientistas sociais. Marx**. São Paulo: Ática, 1987.

FERRAZ, Francisco. As eleições de 1974 e o futuro do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul. In.: **Os partidos políticos no Brasil**. Org. FLEISCHER, David. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

FERREIRA, Denise. **Oposição e transição democrática: a estratégia peemedebista nas eleições de 1982**. Dissertação de Mestrado PPGCP. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

FLEISCHER, David. **Os partidos políticos no Brasil**. VII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____, David. As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário. In.: Fleischer, David (org). **Da distensão à abertura: as Eleições de 1982**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRILL, Igor Gastal. Bases sociais e intérpretes da “tradição trabalhista no Rio Grande do Sul. In.: **Revista Dados**. Rio de Janeiro. Vol. 48. N 3. 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALL, Peter & TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. In.: **Lua Nova**. Nro. 58-2003.

HIRSCHMAN, Alberto. **Saída, voz e lealdade**: reações ao declínio de firmas, organizações e estados. Imprensa. São Paulo: Perspectiva, 1973.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

KECK, Margaret. **PT: a lógica da diferença**: São Paulo. Ática, 1991.

KINZO, Maria D`Alva Gil. **Oposição e Autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

_____, Maria D`Alva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **Revista São Paulo em Perspectiva**. 14 (4). 2001.

LAMOUNIER, Bolivar. **Voto de Desconfiança**: eleições e mudança política no Brasil. 1970-1979. São Paulo. Editora Vozes. 1980.

_____, Bolivar. Perspectiva da consolidação democrática: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. N 4. Vol. 2. Junho. 1987.

LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Raquel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrático**: O caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer?** São Paulo: Hucitec, 1975.

_____, Vladimir Ilitch. Duas táticas da social democracia. In.: **Estratégia e Tática**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.

LIMA, Haroldo. **Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil**: PCdoB. Salvador: Ed. Maria Quitéria, 1985.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional (1945/64). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LINZ, Juan & STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

MADEIRA, Rafael. **Vinhos antigos em novas garrafas**: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. Tese de Doutorado. PPGCP. UFRGS. 2006.

MARENCO, André. Devagar se vai longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In.: **A democracia Brasileira** : Balanço e perspectivas para o século 21. Org. Melo Carlos e Sáez, Manuel. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto/Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1873 – 1974)**. Porto Alegre: Ed. Palmarinca, 2004.

MELHEM, Célia Soilbelmann. **Políticas de botinas amarelas**: o MDB-PMDB paulistano de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec. 1998.

MENEGUELLO, Raquel. **PT**: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

_____. **Partidos e governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. **Estratégias e Táticas da revolução Brasileira. Prestes versus o comitê central do PCB**. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. UNICAMP. 2002.

MICHELS, Robert. **Os Partidos políticos**. São Paulo: Editora Senzala, 1960.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In.: **Revolução e Democracia (1964-...)**. Org. FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes. 2 Edição, 1984.

NOLL, Maria Isabel & TRINDADE, Héglio. **Estatísticas eleitorais comparativas do rio grande do sul**. 1945-1994. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995.

_____. **Estatísticas eleitorais do rio grande do sul 1822/2002**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

O'DONNELL & SHMITTER. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

PIERSON, Paul. **Politics in time: history, institutions and social analysis**, Princeton: University Press. 2004.

PIZZORNO. Alessandro. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In.: Foxley, A . (et alli). **Desenvolvimento e política**. São Paulo: Vértice. 1988.

POLLAK. Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In.: **Estudos Históricos**. Vol2. N.3. Rio de Janeiro. Vértice. 1989.

PONT, Raul. **Da crítica ao populismo à construção do PT**. Porto Alegre: Ed. Seriem. 1985.

QUINTANEIRO. Tânia. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx, Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1996.

REIS, Eliana Tavares. **Juventude, intelectualidade e política: espaços e atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70**. Reis, Eliana Tavares. Dissertação de Mestrado PPGCP, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

_____. **Contestação, engajamento e militância** : da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado PPGCP. UFRGS. 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. Boito Jr.. Armando (org). **Sindicalismo nos anos 80**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1990.

ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. In.: **Revolução e Democracia (1964-...)**. Org. FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO, Daniel. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 2007. P. 199-220.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PCdoB: proposta teórica e prática política – 1962 – 1976**. Dissertação de Mestrado em História. UNICAMP. 2000.

_____, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: A história do Partido Comunista do Brasil. In.: **Revolução e Democracia (1964-...)**. Org. FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007, p. 163-182.

SADER, Eder. **Quando Novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SARTORI. Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar/Brasília:UNB, 1982.

SENTO-SÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In.: **Revolução e Democracia (1964-...)**. Org. FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

SHARE, Donald & MAINWARING, Scott. Transição pela transação: a democratização no Brasil e na Espanha. In.: **Revista Dados**. Rio de Janeiro. V. 29. N 2. 1986.

SILVA, Antonio Ozaí da. **História das tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. 2 Edição (revisada e ampliada). São Paulo: Proposta Editorial, s/d.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República. São Paulo: Difel, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A democracia populista (1945/1964): Bases e limites. In.: **Como renascem as democracias**. Org.: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar & SCHVARZER, Jorge. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Deusa Maria de. Caminhos Cruzados: **Trajatória e desaparecimento de quatro gaúchos no Araguaia**. Dissertação de Mestrado em história. UNISINOS, 2006.

STALIN, Josef. A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos. In.: **Estratégia e Tática**. São Paulo. Editora Anita Garibaldi. 1989.

TRINDADE, Héliogio. Padrões e tendência do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In.: **Os partidos e as eleições no Brasil**. Org.: Lamounier, Bolívar e Cardoso, Fernando Henrique. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1978.

_____. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In.: **RS : Economia e política**. Org.: DACANAL, José Hidelbrando & GONZAGA, Sergius: Mercado Aberto. Porto Alegre, 1979.

_____. Eleições e partidos no rio grande do sul: do sistema multipartidário à criação do bipartidarismo (1950-1976). In.: **Os partidos políticos no Brasil**. Org.: FLEISCHER, David. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

TRINDADE, Héliogio e CEW, Judson de. Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do sul. In.: **Os partidos e o regime : a lógica do processo eleitoral brasileiro**. Org.: Reis, Fábio Wanderley: Ed. Símbolo, 1978.

VECHIA, Renato da Silva. **Origem e evolução do Partido comunista brasileiro revolucionário (1967-1973)**. Dissertação de mestrado. UFRGS. 2005.

VIANA, Luiz Werneck. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: Ed. CERIFA, 1983.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

XAUSA & FERRAZ. O surgimento do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In. **Os partidos políticos no Brasil. VII**. Org.: FLEISCHER, David. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

SITES DA INTERNET – Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

<http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/pdf/1967-1971.pdf>

<http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/pdf/1971-1975.pdf>

<http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/pdf/1979-1983.pdf>

DOCUMENTOS ANALISADOS

PCdoB – DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DA INTERNET

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos:** união dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. São Paulo, SP: Parte das resoluções da 6ª Conferência do Partido Comunista do Brasil, 1966. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1966.asp>>. Acesso em: 03 dez. 2008.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos:** alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina. 1968. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1968.asp>>. Acesso em: 03 dez. 2008.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos:** Acerca da luta antiimperialista: crítica a tese da terceira posição entre o capitalismo e o socialismo, 1973. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1973.asp>. Acesso em: 03 dez. 2008.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos:** Resoluções da 7ª Conferência, 1979. Disp.: <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1979.asp#04>>. Acesso em: 03 dez. 2008.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos:** manifesto à nação, 1979. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1979b.asp>>. Acesso em: 03 dez. 2008.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos:** Informe político ao 6º Congresso do PCdoB. Resolução Política aprovada no 6º Congresso, 1983. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1983a.asp>>. Acesso em: 03 dez. 2008.

DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS E PERIÓDICOS CITADOS

JORNAIS DO PCB

BOLETIM PCB/RS. **Por que os comunistas vão votar em Pedro Simon.** 1982.

O COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. Os comunistas e as Eleições. **Jornal Voz da Unidade.** São Paulo. P. 3, 10 de Jun. de 1982.

O povo votou na oposição. **Jornal Voz da Unidade.** São Paulo. p. 5, 02 de Dez. de 1982.

A frente democrática. **Jornal Voz da Unidade.** São Paulo. p. 3, 25 de Nov. de 1982.

As eleições no Rio Grande do Sul. **Jornal Voz da Unidade.** P. 7, 07 de Abr. 1983.

JORNAIS DO PCdoB

A verdade das urnas. **Tribuna da Luta Operária.** São Paulo. p. 1, N. 97. 1982.

ANEXOS

PERFIS DOS ENTREVISTADOS CITADOS:

Domingos Tódero: Nasceu em 1949, na cidade de Caxias do Sul. Inicia a militância no MDB em 1969, em 1971 entra para o PCB, vindo a participar da juventude do MDB, sendo membro do Conselho Estadual do Setor Jovem do MDB-PMDB de 1975 a 1982. Torna-se no período de 1971 a 1975 membro suplente da delegação da Convenção Estadual do MDB, a partir de 1975 assume como membro titular. Foi fundador do IEPES em Caxias do Sul. Assume diversos cargos no MDB e no PCB ao longo dos anos 70. No início dos anos 80 transfere-se para Porto Alegre com o intuito de auxiliar na reorganização do PCB, sendo membro do Diretório e da Executiva estadual de 1981 até 1992, foi presidente do PCB no Rio Grande do Sul de 1987 até 1991. Foi candidato a deputado Federal pelo PCB em 1990. Membro do Diretório Nacional do PCB de 1987 a 1992. Em 1991, com o advento do X Congresso do PCB, ratifica acerca do legado do PCB, não apoiando a construção do PPS. Ainda, no âmbito do PMDB foi assessor da Assembléia Legislativa do Estado de 1983 até 1985. Com o “fim” do PCB, na década de noventa entrou para o PT. Atualmente é funcionário público, trabalha na FAPERGS como advogado e não mantém militância ativa.

José Vieira Loguércio: Nasceu em Bagé, veio com a família para Porto Alegre em 1963. Atuou e teve posições de destaque na AP. Em 1968 entra para o curso de filosofia na UFRGS, sendo destacado líder estudantil, tendo sido preso em virtude do Congresso de Ibiúna do mesmo ano. Solto no ano seguinte, entra na clandestinidade, permanecendo durante todos os anos setenta com outra identidade, morando em diversas regiões do Brasil. Em 1972, em virtude da incorporação da AP pelo PCdoB, adere a este partido, vindo a ser dirigente comunista desta organização até o presente momento. Retoma a vida acadêmica em 1995, no curso de Ciências Sociais, concluindo mestrado em Ciências Políticas, sendo doutorando do mesmo curso. Atualmente, é funcionário público tendo atuação sindical no SINTRAJUFE/RS.

Jussara Rosa Cony: Nasceu em Cacequi, em 1942, de família comunista. Vindo a residir em Porto Alegre nos anos cinqüenta. Formou-se Farmacêutica, na UFRGS, na qual também é funcionária. Foi recontatada pelo PCdoB, em meados dos anos setenta, vindo a ter destaque nos movimentos populares no final desta década com atuação dentro do MDB-PMDB, com destaque, também, expressivo no movimento sindical. Em 1982, o PCdoB apresenta o seu nome para concorrer a vereadora em Porto Alegre, tendo sido eleita neste pleito.

Posteriormente, se elege novamente para vereadora em 1988 como a mais votada da cidade, não assumindo porque o seu partido não atingiu o coeficiente de votos necessários. Se elegeu para Deputada Estadual no Rio Grande do Sul, respectivamente nas eleições de 1990, 1994, 1998 e 2002. Em 2004, em aliança com o PT, assume a candidatura de vice-governadora, na chapa encabeçada por Olívio Dutra, não elegendo-se. Atualmente é presidente do Grupo Hospitalar Conceição. Faz parte do Comitê Central do PCdoB desde a década de 90.

Lígia Maria Ávila Chiarelli: Nasceu em Porto Alegre, ingressou no curso de Arquitetura na UFRGS, em 1973, tendo sido presidente do DAFA (Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura). Foi filiada ao PCdoB no final dos anos 70. Como dirigente do DCE da UFRGS, participou da reconstrução da UNE, estando presente no primeiro Congresso da UNE reconstruída (1979), ocorrido em Salvador/Bahia. Na época participava da tendência estudantil Viração, ligada ao PCdoB. No ano seguinte a Viração, juntamente com outros grupos conquistou a direção da UNE, em eleição direta em todo território nacional. Participou também da reconstrução da UEE/RS (União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul), no qual a Viração também obteve a direção. No final dos anos 70, fez parte da Direção Municipal do PCdoB, em Porto Alegre. Na década de 80 transfere-se para Canoas, como professora universitária. Nesta época foi da Diretoria do 20º Núcleo do CPERS (Canoas, Esteio e Sapucaia) e presidente municipal do PCdoB desta cidade ao longo da década de 80. Passou a fazer parte da Direção Regional do PCdoB/RS, desde o final da década de 80 até 2001. Atualmente mora em Pelotas, é professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel e compõe a direção municipal do PCdoB desta cidade. De 1998 a 2000 fez parte da diretoria do sindicato nacional de professores universitários, a ANDES/SN, sendo primeira vice presidente da regional do RS. Recentemente concluiu mestrado na área de Meio Ambiente, na escola de Engenharia Civil da UFRGS.

Lúcia Silva e Silva: Nasceu em Uruguaiana. Mudou-se para Porto Alegre nos anos 60, vindo a ingressar no curso de Ciências Sociais da UFRGS, formou-se em meados dos anos setenta, dedicando-se à carreira de funcionária pública na Secretária de Saúde, vindo a ocupar vários cargos nesta área. Fez seu mestrado na área de Sociologia da Saúde na UFRGS nos anos 70. Militante exclusiva do MDB-PMDB, tendo participado de várias zonais do partido ao longo dos anos 70, 80 e 90, na cidade de Porto Alegre. Ingressou como professora da UFRGS nos anos noventa, no departamento de Ciências Políticas, do curso de Ciências Sociais, se

aposentou no início da década de 2000. Atualmente é professora da Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul e possui vínculo com a UERGS.

Perpétua Janete de Argolo Mendes (Jane Argolo): Nasceu em Santa Catarina, em 1947, de família comunista. Ingressou no PCdoB na década de sessenta, tendo sido presa nos diversos Congressos Estudantis da UNE dos anos 60. No início dos anos 70 veio para Porto Alegre, clandestina, adotando uma nova identidade, permanecendo com outro nome até a Anistia. Funcionária da UFRGS aposentada, continua no PCdoB e dedica-se, também, a Fundação Jose Marti, que entre outras, apoia os presos políticos Cubanos nos Estados Unidos.

Raul Carrion: Nasceu em Porto Alegre, em 1945. Inicia sua militância partidária na AP no início dos anos 60, posteriormente, em 1969 incorpora-se ao PCdoB. Em 1971 é preso, quando libertado parte para o exílio no Chile e na Argentina. Retorna clandestino para o Brasil em 1976, fixando-se em Goiás. Com a anistia, volta para Porto Alegre e faz parte das lutas sindicais na década de 80. No final de década 80 fixa-se na cidade de Canoas, com o intuito de dirigir o partido nesta cidade. Na década de 90 retorna a Porto Alegre, dando início a sua trajetória como representante popular em cargos eletivos, foi respectivamente vereador por Porto Alegre em 2000 e 2004. Em 2006 é eleito deputado estadual pelo PCdoB.

Regina Abraão: Nasceu em Porto Alegre, em 1957, iniciou a sua militância política no PCB no final dos anos 70, posteriormente, no início dos anos 80 ingressou no PT, quando era acadêmica da PUCRS. Retorna ao PCB com a legalização partidária, ficando nesta legenda até 2001, quando entra para o PCdoB. É funcionária pública da FPE, licenciada desta entidade por estar assumindo atividade como dirigente sindical, em 2006 foi eleita para a diretoria estadual da CUT/RS. Atualmente, é acadêmica do curso de Ciências Sociais na UFRGS.

Roberto Rivera: Nasceu em Porto Alegre. Foi recrutado para o PCdoB no final dos anos 70, na organização de base que o partido tinha no bairro Partenon. Participou ativamente na campanha eleitoral de 1982. Foi funcionário do primeiro gabinete da vereadora Jussara Cony. Manteve vínculo com o partido, tendo vários cargos partidários. Entre 2002 e 2006 foi Presidente Municipal do partido em Porto Alegre. Atualmente, é funcionário do Gabinete do Deputado Raul Carrion. Faz parte da Direção Regional do PCdoB.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Nome?
- 2) Profissão?
- 3) Data de nascimento?
- 4) Início da militância?
- 5) Qual a organização pertencia e/ou pertence?
- 6) Vida clandestina – como se processava a luta do partido na clandestinidade?
- 7) Qual era a compreensão, hoje, que vc tem a respeito de como foi processada a transição democrática brasileira?
- 8) Qual foi, em sua opinião, o papel do PCdoB/PCB neste processo de transição?
- 9) Por que a opção de seu partido de ficar no PMDB?
- 10) Por que não ir para o PT ou PDT?
- 11) Vc acha que a tática política do teu partido contribuía para a estratégia eleitoral do PMDB, no período?
- 12) Qual era o documento a ser seguido (linha política) do teu partido neste processo (transição do regime militar)?
- 13) Funções realizadas na eleição de 1982? Militância?
- 14) Como funcionava a eleição (1982)? Operacionalização por parte da militância partidária?
- 15) Como faziam a eleição (1982) na clandestinidade? Boca a boca?
- 16) Como trabalhavam o material dos candidatos (eleição de 1982), havia identificação ou ocultação que o candidato era vinculado ao PCB e/ou PCdoB?
- 17) Havia denúncia contra a ditadura, que tipo? Econômico, direitos humanos? Como era o formato do material de campanha na eleição de 1982?
- 18) Como funcionava, no período desta eleição, a relação do seu partido com os outros PC(s)?
- 19) As resoluções nacionais respeitavam as decisões locais?
- 20) Como se dava a relação com os dirigentes do PMDB? Assim como os demais militantes do PMDB?
- 21) Havia militantes do PMDB, sem necessariamente serem vinculados aos PC(s) e/ou organizações católicas? Quem eram? Que tipos de trabalho faziam?
- 22) Quem dirigia o teu partido no RGS, no período desta eleição?
- 23) Qual era a tua base/célula partidária na eleição de 1982?
- 24) Como era escolhido o candidato comunista para ser candidato? E, como era apresentado o nome a direção do PMDB? Quem referendava?

25) Olhando hoje, vc acha que seu partido acertou na tática política e errou na estratégia (se comparando com o PT)?